



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**JANETE CHAVES CARLIN**

**ENTRE CAMPOS E FLORESTAS: TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM NO  
MUNICÍPIO DE PALMAS/PR (1950 a 1980)**

**CHAPECÓ  
2019**

**JANETE CHAVES CARLIN**

**ENTRE CAMPOS E FLORESTAS: TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM NO  
MUNICÍPIO DE PALMAS/PR (1950 A 1980)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Marlon Brandt

CHAPECÓ  
2019

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E  
Centro, Chapecó, SC – Brasil  
Caixa Postal 181  
CEP 89802-112

### Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Carlin, Janete Chaves

Entre campos e florestas: transformações da paisagem  
no município de Palmas/PR (1950 a 1980) / Janete Chaves  
Carlin. -- 2019.

133 f.:il.

Orientador: Dr. Marlon Brandt.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em  
História-PPGH, Chapecó, SC , 2019.

1. Transformações da paisagem. 2. Modificação no  
espaço pelo aporte das serrarias. 3. Exploração  
madeira. 4. Lazer e cotidiano nas serrarias. 5.  
Plantas exóticas. I. Brandt, Marlon, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JANETE CHAVES CARLIN

**ENTRE CAMPOS E FLORESTAS: TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM NO  
MUNICÍPIO DE PALMAS-PR (1950 A 1980)**

Dissertação de mestrado, apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

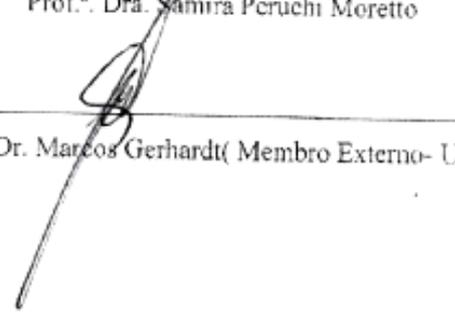
Coordenadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Samira Peruchi Moretto

Esta Dissertação foi defendida e aprovada pela banca em: 30/09/2019

BANCA EXAMINADORA:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª. Dra. Samira Peruchi Moretto

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcos Gerhardt (Membro Externo- UFF)

Chapecó – SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Dedico a Francisco José Chaves, um exemplo de trabalho e sabedoria.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida e pela saúde.

Ao meu esposo, Clovis, por ter vivido minha ausência e cuidado de nossas filhas, Ana Vitória e Valentina.

A minha mãe, Lourdes, e ao meu pai, José, pelos exemplos dados.

Ao meu orientador, Marlon Brandt, pela precisão, coerência, paciência e perfeccionismo durante a orientação. Também, por ter acreditado em mim em momentos nos quais, mesmo não sabendo o que eu passava, via-me como uma mestranda em potencial.

Ainda, em especial, à professora Dra. Samira Peruchi Moretto, pela empatia em perceber além da academia.

Aos meus colegas da segunda turma do mestrado de 2017. Viver e conviver com vocês foi uma honra!

À Prefeitura Municipal de Palmas, em especial às pessoas de Luiza Mara Mota Santos, Jaqueline, Ana, Zenilde e Cleusa. Também, à senhora Cleuza, do arquivo do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e aos profissionais do Cartório de Notas de Palmas/PR.

Ainda, à Patrícia SassTauchert, Joarez Carlin, Liliane Tonial, Elza Cesca, Michele Ribeiro, Maria Lahud, Rosangela Gobbi, José Tadeu Araújo, Jucelino Bannach, Edson Luiz Tauchert, José Ademar de Oliveira Souza, Nivaldo, Robson Cantergiane Santos, Ricardo Zimmer, Jacira Sulema Scalvi Shaefer, José Carlos Pinheiro, Benedito Pinheiro. Pessoas essenciais para a realização de mais essa etapa em minha vida.



Mesmo que o historiador entenda como o seu papel principal seja desconstruir mitos, ele deve se posicionar em favor da evidência e talvez a aproximação com as ciências naturais, pelo menos na história ambiental. Seja um caminho para recuperar o sentido dessa evidência.

Eric Hobsbawm, 1998.

## RESUMO

Ocupado durante séculos por diversos grupos indígenas, os campos e florestas da região que atualmente se encontra o município de Palmas, localizado na porção sul do Paraná, passaram a receber o aporte de fazendeiros luso-brasileiros a partir da década de 1840, em um movimento de expansão das atividades criatórias que já se verificavam ao norte, nos Campos de Guarapuava. A pecuária passou a moldar essa paisagem, cuja principal característica era a criação extensiva nas áreas de campos, os quais não eram, ou eram pouco, manejados, com exceção do emprego do fogo. Essa situação passou a se alterar somente no século seguinte, a partir dos anos de 1950, quando se vislumbrava uma maior presença do setor madeireiro e agrícola, transformando de maneira significativa a paisagem regional. Dessa forma, a presente dissertação tem como objetivo compreender as transformações da paisagem, a partir do momento que se passou a explorar os recursos madeireiros dos campos e florestas da região. Para alcançar o objetivo da pesquisa, foram analisadas as mais diferentes fontes, como os relatórios enviados ao governo do Paraná, ofícios, censos demográficos, dados estatísticos do volume da exploração madeireira, tanto no Estado, quanto no município. Além desses documentos, destacam-se a catalogação no período de vinte anos dos alvarás de licença de localização das serrarias, estes, fornecendo dados importantes, sobre a localização e exploração da floresta. Junto à análise de imagens e mapas, foi possível analisar e cartografar a atuação do ramo madeireiro bem como o processo de transformações na paisagem, promovidas pelas cento e nove empresas que operaram na região ao longo do período analisado, que se encerra na década de 1980, quando novas atividades baseadas no plantio e exploração do pinus (*Pinus sp.*) começaram a se desenvolver no município.

**Palavras-chave:** Campos. Floresta Ombrófila Mista. Indústria Madeireira. Paisagem.

## ABSTRACT

Occupied for centuries by many indigenous groups, the fields and forests from the region where nowadays is the town of Palmas, localized in the southern part of Paraná state, landed many luso-brazilian farmers from 1840s onwards, in an expansion movement of the breeding cattle activities that it had already established on the north, in Guarapuava's Fields. The livestock farming would shape this landscape, which the main feature was the extensive breeding on the fields areas whom they weren't, or were little handled, except by the use of fire ignitions. This situation has changed only on the following century, from 1950s onwards, when it has glimpsed a bigger presence of the timber and agricultural sectors, changing in a significant way the regional landscape. Thereby, the present dissertation has the purpose to understand the transformations of the landscape, from the moment it had happened the exploitation of the timber resources from the fields and forests of the region. To accomplish the objective of this research, we analyzed many different sources, such as the reports sent to Paraná's Government, official letters, demographic census and statistical data of the amount of timber exploitation in both state and municipality. Besides these documents, we highlighted the cataloging, in a twenty years period, of the localization licenses of the lumberyards. They provided important data about the localization and exploitation of the forest. Together with the analysis of images and maps, it was possible to examine and chart the acting of the timber sector as well as the landscape's changes. They were supported by the one hundred and nine companies that operated during the examined time. This period ended in the 1980s, when new activities based on planting and cultivation of the pine tree (*Pinus sp.*) started to develop in the area.

**Keywords:** Fields; Mixed Ombrophilous Forest; Timber Industry; Landscape.

## LISTA DE FIGURAS

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| Figura 1  | Machado de pedra  | 37  |
| Figura 2  | Ruínas da antiga sede da fazenda Santa Cruz, a primeira casa construída no espaço da chamada Palmas de Cima | 43  |
| Figura 3  | Centro urbano de Palmas/PR, 1904, distante 4km do Rocio São Sebastião                                       | 45  |
| Figura 4  | Prato em madeira feito por escravos em Palmas/PR  | 46  |
| Figura 5  | Taipas construídas por escravos no final do século XIX na Fazenda Pitanga, em Palmas/PR                     | 47  |
| Figura 6  | Fazenda Pitanga no início do século XX  | 49  |
| Figura 7  | Pórtico em homenagem aos tropeiros e aos primeiros fazendeiros de Palmas/PR                                 | 53  |
| Figura 8  | Palmas, 1923, Praça Central   | 60  |
| Figura 9  | Campos, araucária, gado e fazenda   | 61  |
| Figura 10 | Álbum Paranaense, apresentando como vivia um pecuarista em Palmas no início do século XX                    | 62  |
| Figura 11 | Família de Luis Ilkiu, em 1928 – estrada Palmas-Pato Branco   | 64  |
| Figura 12 | Caçadore junto a uma onça parda 1940  | 65  |
| Figura 13 | Estrada de União da Vitória a Palmas, 1932, dando acesso à estrada de Ferro e a Curitiba                    | 73  |
| Figura 14 | Caminhão com madeireira passando através da balsa de passagem no rio Chopim, Palmas, 1960                   | 74  |
| Figura 15 | Meios de transporte utilizados na retirada e transporte de madeira em 1956                                  | 75  |
| Figura 16 | Usina de Luz no Rio Chopim - as serrarias precisam de energia elétrica                                      | 77  |
| Figura 17 | Fazenda São Manoel, a Beleza da Floresta Palmense   | 80  |
| Figura 18 | Fazenda São Manoel (1970). Propriedade de Oscar Röcker – Serraria pesada.                                   | 81  |
| Figura 19 | Jornal Palmas – Madeireira Saporiti, Fazenda Alegria, área rural de Palmas/PR (1974)                        | 82  |
| Figura 20 | Revista O Palmense - Palmas exporta Madeira (1970)  | 93  |
| Figura 21 | Serrarias no espaço urbano na década de 1950  | 95  |
| Figura 22 | Madeireira Bona (1971)  | 95  |
| Figura 23 | Serraria Giacomet e Pollo (1973)  | 96  |
| Figura 24 | Serraria Giacomet e Pollo (1983)  | 96  |
| Figura 25 | Jogadores da Serraria Dissenha – Viagem à General Carneiro em 5 abr. 1978                                   | 99  |
| Figura 26 | Atlético Dissenha Club Futebol (1982)   | 100 |
| Figura 27 | Real Tomazi   | 100 |
| Figura 28 | Domingo, dia de lazer no Rio Caldeiras (1982)   | 101 |
| Figura 29 | Trabalhadores da Serraria, Indústria e Comércio de Madeira Dissenha   | 101 |
| Figura 30 | Carga de Nó de Pinho - Caminhão da Indústria Química Carbomafra de Curitiba (23 mar. 1981)                  | 104 |

## LISTA DE MAPAS

|   |    |
|---|----|
| Mapa 1 – Paraná: divisão municipal e área de estudo. ....                             | 25 |
| Mapa 2 – Mapa litológico do Estado do Paraná. ....                                    | 26 |
| Mapa 3 – Formações fitogeográficas do Estado do Paraná .....                          | 28 |
| Mapa 4 – Campos de Palmas e territórios contíguos. ....                               | 39 |
| Mapa 5 – Localização das serrarias no espaço urbano erural de Palmas (1970-1980)..... | 89 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – População livre de Palmas, segundo o censo de 1872.....   | 55 |
| Tabela 2 – Procedência da população de Palmas por província de 1850 a 1890.....                              | 56 |
| Tabela 3 – Povos oriundos de outros países em Palmas, de 1850 a 1890.....                                    | 56 |
| Tabela 4 – Valor oficial da madeira exportada pelo Estado do Paraná. ....                                    | 67 |
| Tabela 5 – Valor da produção industrial em 1951.....   | 76 |
| Tabela 6 – Investimento estadual em energia elétrica e rodovias (1961-1966).....                             | 78 |
| Tabela 7 – Árvores em condições de corte.....  | 80 |
| Tabela 8 – Serrarias, madeireiras e laminadoras em Palmas/PR (1970 a 1980). ....                             | 83 |
| Tabela 9 – Campos, floresta, escola, capela e serraria (1970). ....  | 87 |
| Tabela 10 – Lenha e madeira extraídas e contabilizadas no Censo de 1975.....                                 | 91 |
| Tabela 11 – Árvores abatidas em Palmas/PR (em m <sup>3</sup> ). ....   | 91 |
| Tabela 12 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo..... | 92 |

## **LISTA DE SIGLAS**

|                 |  |
|-----------------|--|
| <b>APREMAVI</b> | Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida         |
| <b>CODEPAR</b>  | Companhia de Desenvolvimento do Paraná                       |
| <b>CODAPAR</b>  | Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná          |
| <b>FOM</b>      | Floresta Ombrófila Mista                                     |
| <b>IAP</b>      | Instituto Ambiental do Paraná                                |
| <b>IBGE</b>     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística              |
| <b>ICMBIO</b>   | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade      |
| <b>IPARDES</b>  | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social   |
| <b>SIDRA</b>    | Sistema IBGE de Recuperação Automática                       |
| <b>SOLCHA</b>   | Sociedade Latino Americana e Caribenha de História Ambiental |
| <b>UFFS</b>     | Universidade Federal da Fronteira Sul                        |

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | 17  |
| <b>2 A MODIFICAÇÃO DO ESPAÇO PALMENSE</b> .....  | 24  |
| 2.1 O ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE PALMAS/PR: CARACTERÍSTICAS DO ECOSISTEMA.....                                       | 24  |
| 2.2 O ESPAÇO PALMENSE ENVOLVIDO PELA FAUNA E FLORA NATIVA.....   | 31  |
| <b>3 AS PRIMEIRAS AÇÕES ANTRÓPICAS MODIFICAM A PAISAGEM</b> .....  | 33  |
| 3.1 AS PRIMEIRAS INCURSÕES HUMANAS E MODIFICAÇÕES DA PAISAGEM PALMENSE.....                                      | 33  |
| 3.2 A “NOTÍCIA DA DESCOBERTA DOS CAMPOS DE PALMAS”: PRIMEIRAS INCURSÕES COLONIZADORAS .....                      | 38  |
| <b>3.2.1 Uma paisagem envolvida em fazendas e gado</b> .....   | 47  |
| 3.3 TROPEIROS E IMIGRANTES EM PALMAS E SUA RELAÇÃO COM A MODIFICAÇÃO DA PAISAGEM.....                            | 52  |
| <b>4 ENTRE CAMPOS, FLORESTAS E SERRARIAS</b> .....   | 59  |
| 4.1 PALMAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX: TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM .....   | 59  |
| 4.2 ASPECTOS DO SETOR MADEIREIRO NO PARANÁ .....   | 66  |
| 4.3 AS SERRARIAS MODIFICAM A PAISAGEM PALMENSE .....   | 71  |
| 4.4 AS SERRARIAS TRANSFORMAM A PAISAGEM E MODIFICAM O ESPAÇO URBANO  | 94  |
| 4.5A PAISAGEM E LAZER: O COTIDIANO NAS SERRARIAS.....  | 98  |
| 4.6O ESPAÇO RURAL OCUPADO E MODIFICADO PELA SERRARIA: OS ÚLTIMOS SUSPIROS DA FLORESTA NATIVA E REMANESCENTE..... | 102 |
| <b>5CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 106 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 109 |
| <b>ANEXO A</b> – Primeira sessão da Câmara de Vereadores de Palmas/PR (17 fev. 1887).....                        | 118 |
| <b>ANEXO B</b> – Lei n. 7, para fazer cercas nos terrenos da zona urbana de Palmas/PR.....                       | 119 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>ANEXO C</b> – Solicitação da Diretoria Geral de Saúde do Paraná em relação à quantidade de fábricas de banha e derivados de carne em Palmas/PR, em 1932 ..... | 120 |
| <b>ANEXO D</b> – Ofício – Questão Paraná-Santa Catarina .....  | 121 |
| <b>ANEXO E</b> – Recenseamento de 1890, envolvendo os distritos na jurisdição da Comarca de Palmas/PR .....  | 125 |
| <b>ANEXO F</b> – Tabela de preços para passagens em balsas, Palmas/PR .....  | 126 |
| <b>ANEXO G</b> – Ofício enviado pela Colonizadora Santa Barbara ao Prefeito de Palmas/PR, Rafael Ribas (1933) .....  | 127 |
| <b>ANEXO H</b> – Jornal O Palmense – descrição de alguns elementos da fauna paranaense e exploração madeireira .....   | 128 |
| <b>ANEXO I</b> – Averbação de cancelamento do contrato entre serraria e fazendeiros .....  | 129 |
| <b>ANEXO J</b> – Averbação envolvendo venda de pinheiros (1971) .....  | 130 |
| <b>ANEXO K</b> – Carteira de trabalho de trabalhador das serrarias de Palmas/PR (1968 a 1988)  | 131 |
| <b>ANEXO L</b> – Pioneiro no reflorestamento de pinus em Palmas/PR .....   | 132 |
| <b>ANEXO M</b> – O cultivo de pomares de maçã também substituiu o espaço da floresta.....  | 133 |

## 1 INTRODUÇÃO

A presente investigação se vincula à linha de pesquisa “História do Povoamento, da Agricultura e do Meio Ambiente”, do Mestrado em História da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó/Santa Catarina. Essa linha de pesquisa objetiva compreender os processos históricos de intervenção humana no meio ambiente, e a influência desses processos sobre as sociedades humanas em diferentes tempos históricos. Assim, a pesquisa foi sendo incorporada aos poucos, contornando caminhos pelo entendimento e compreensão da importância da linha de pesquisa, seja como aluna da disciplina de História Ambiental, ministrada ao longo do mestrado, seja pela orientação de Marlon Brandt, pesquisador desse campo de conhecimento, ou ainda pela aproximação com as outras disciplinas. Isso culminou na vontade de experimentar, para além do enfoque da História Cultural, o cotidiano das serrarias. Dessa forma, tornou-se impossível deixar de construir pontes por meio da História Ambiental e analisar as relações que se processaram entre ser humano e natureza, para que houvesse uma significativa transformação da paisagem no município de Palmas/Paraná.

Esse cenário característico denominado Bioma Mata Atlântica tem grande importância, pois o objetivo é analisar o processo histórico de transformação na paisagem do Município de Palmas/PR por meio do aporte das serrarias. Ao considerar o objeto de pesquisa vale “afirmar que uma paisagem ter história diverge de se dizer que a história tem historicidade” (CORRÊA, 2015, p. 274), uma vez que as características fitogeográficas que formam a paisagem de cada região do Brasil têm uma historicidade, não somente uma história, a qual pode ser analisada ou simplesmente narrada. No caso desta pesquisa, será historicizada a partir da análise das diferentes fontes. A composição ambiental do município de Palmas/PR está inserida no Bioma da Mata Atlântica, incluindo os “campos definidos como ecossistemas naturais” (PILLAR, 2009, p. 2), sendo eles “associados a sua fisionomia típica herbácea, marcada por pequenos refúgios de vegetação chamados capões, que se desenvolvem próximo aos pontos de afloramento de água, constituindo a denominada Floresta Ombrófila Mista (FOM)” (PROCHNOW, 2009, p. 21).

O recorte temporal da pesquisa se coloca entre 1950, quando é possível perceber a intensa presença das serrarias na região, tanto na área rural quanto urbana e a década de 1980, quando diversas dessas empresas fecham suas portas devido à escassez de matéria prima proveniente das florestas. Faremos uma contextualização, apresentando elementos envolvidos nos 10 mil anos de ocupação humana na região e também utilizaremos elementos da paisagem

da região no século XIX, por volta de 1840, com a formação das primeiras fazendas dedicadas à criação de gado bovino em um movimento de expansão espacial das atividades criatórias desenvolvidos nos campos do sul do Brasil.

É importante salientar a década de 1950 no que diz respeito ao momento das serrarias na região, quando campos e a floresta passam a ser alvos de uma profunda intervenção humana. Essa intervenção, que provocou uma intensificação na devastação da cobertura vegetal ao longo dos anos, resulta no declínio das serrarias na década de 1980. A partir disso, a floresta devastada e os campos com seus bosques e capões igualmente deflorestados, são substituídos pela pecuária, pela agricultura intensiva e pela silvicultura, surgindo uma paisagem dominada não mais pela araucária (*Araucaria angustifolia*) mas por lavouras e uma planta exótica ao ecossistema da região, o *Pinus sp.*

Ao considerar esse processo histórico, o texto procura descortinar as diferentes camadas modificadas no espaço, partindo das características ambientais para estudar sua ocupação humana. Nesse processo, após milênios de ocupação por diferentes grupos humanos, seria principalmente com a maior presença europeia e a introdução do gado como fonte comercial, e configurada a novos valores, que se intensificam as mudanças ambientais locais, sendo a paisagem a forma visível desse processo, que um século depois é acrescido da exploração madeireira, com a derrubada da floresta. Essa paisagem, para Bertrand (1971):

[...] não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto, instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 1971, p. 88).

Ainda conforme Santos (2006) “a paisagem exprime as heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza” (SANTOS, 2006, p. 66). Nessa perspectiva de pensamento, a paisagem é parte da construção do espaço geográfico, um espaço dialógico-dialético de interrelação, entre homem e natureza, através de elementos naturais, visíveis, isto é, dos elementos que compõem o espaço. Ao analisar a paisagem, é possível entender o presente, através da interpretação das heranças passadas, e propor medidas com vistas para melhorar o futuro.

Andreis (2014) traz as ideias de cotejo e confroencontro, que correspondem, respectivamente, a pensar a contradição e a oposição, e a existência de confrontos em todos os encontros, que podem ser relacionadas no aspecto do diálogo e da inter-relação do estudo feito nesta pesquisa. Assim, envolve a transformação da paisagem em momento histórico em

que as serrarias no sul do Brasil vêm transforma-la e compor novos modos de vida no interior das serrarias, as quais não se notaram no espaço pecuarista. Isso possibilita um novo olhar sobre essa história, atribuindo valores não somente aos dados econômicos que esse período deixou, mas ao contrário, incluindo a questão ambiental do ecossistema da região atrelada a esses valores, tornando a temporalidade em estudo, um cenário singular, pois retrata um período ainda não analisado pelo viés da História Ambiental. Assim, torna-se relevante pensar no diálogo na pesquisa, considerando que:

Ao colocar a realidade que é vivida num recipiente fechado, imprime uma ação que violenta e exclui, pois, esmaece a espaço temporalidade singular em cada enunciado. Assim, mata possibilidades criadoras, porque o considera em sua profundidade histórica. Assumir essa modalidade de percurso investigativo – partindo de uma base linear, prosseguindo sobre uma linha reta e lisa, olhando apenas numa direção, tendo como meta um pequeno ponto fixo num horizonte (que é sempre imaginário) – desconsidera as entranhas nas quais o enunciado permanente se faz, e coloca em patamares de valoração hierárquica aquilo que não se enquadra no formato utilizado como ferramenta comparativa (ANDREIS, 2014, p. 12).

A pesquisa está atrelada, ainda, ao diálogo promovido na questão da interdisciplinaridade. Japiassu (1991) define interdisciplinaridade como “um método de pesquisa capaz de promover a interação entre duas ou mais disciplinas” (JAPIASSU, 1991). Esse diálogo integra conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa, tornando esse diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, uma ponte entre as dimensões ambientais e culturais. Assim, “onde quer que as duas esferas, natural e cultural, se confrontem ou interajam, a História Ambiental encontra seus temas essenciais” (WORSTER, 2003, p. 26).

Conforme o tempo passa, as necessidades humanas se diferem, como é o caso do surgimento da História Ambiental. De acordo com Worster (1991) tem sua criação relacionada com a emergência da questão ambiental a partir da década de 1970, aparecendo como meio para o estudo das sociedades relacionadas ao meio ambiente. Ainda para o autor, as influências dos movimentos ambientalistas cresciam tanto mundialmente como no Brasil, em uma época de reavaliações e reforma cultural, buscava-se um viés de integração e de não negação da história em seus diferentes saberes e olhares.

Assim, a História Ambiental é, em resumo, parte de um esforço para se tornar mais inclusiva, rejeitando a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supernatural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados não podem ser ignoradas. Somos parte do planeta (WORSTER, 1991, p. 198-215).

Nessa busca, se faz necessário compor um quadro de análise dentro da História Ambiental. Worster (1991) pontuou três níveis para a pesquisa em História Ambiental e suas relações: 1º) entendimento dos aspectos orgânicos e inorgânicos da natureza; 2º) o domínio socioeconômico da relação sociedade-natureza, que comporta as ferramentas de trabalho, relações de poder, modos de vida e produção; e 3º) as interações intelectuais e mentais, as formas de ver, sentir e pensar sobre o mundo natural (WORSTER, 1991, p. 198-215).

Dessa forma, a pesquisa percorrerá esses três níveis, na busca de elementos que possibilitem conexões entre homem e natureza, e interagindo nos diferentes momentos históricos no qual vivem. Tentando sanar suas necessidades econômicas de sobrevivência, promovendo trocas culturais e, por conseguinte, modificando o espaço e a paisagem. Dominando a natureza, consciente ou inconsciente, promovem nessa teia diferentes pensamentos e ações que resultam na paisagem presente. Assim, narrar a história do acontecimento se torna diferente de atribuir valor para a historicidade do arquétipo que se apresenta nesse município, envolvido pela dinâmica da criação de gado. Aliás, a agricultura desse mesmo município cresce em maior escala a partir da segunda metade do século XX. Esse fato está relacionado com a influência, nesse período, dos netos dos primeiros fazendeiros e da chegada de imigrantes. A modificação foi propiciada por uma mudança de mentalidade envolvida no capitalismo financeiro, refletida através da exploração madeireira e a formação das primeiras serrarias. Nesse meio se propiciava maior lucro devido à necessidade da madeira para exportação. Além disso, também se destaca a facilidade propiciada pela estrada de ferro, em sentido São Paulo para Rio Grande, e promovida a partir da abertura das primeiras estradas de rodagem.

Na perspectiva da transformação da paisagem em Palmas/PR, são utilizados como fontes mapas de remanescentes ambientais encontrados no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), bem como, mapas de localização encontrados no Museu Geográfico do Paraná e também outros mapas encontrados em dissertações de mestrado e teses de doutorado envolvendo a região, como o de Cesar Mendes (1985), Adilson Mendes (1989) e Toderó (2000). Outra fonte importante se refere às fotografias da paisagem palmense, encontradas em acervos de famílias envolvidas no recorte histórico. Ainda, utilizando-se de fotografias inseridas e em um grupo no Facebook denominado “Histórias que vivi”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Grupo no facebook no qual integrantes postam e comentam fotos sobre a história de Palmas, Paraná. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2090465001197910&set=g.952463711594967&type=1&theater&ifg=1>>

Esses dados representam diferentes arquétipos que constituem a memória do povo deste município. Ainda, nesta página, as fontes podem ser debatidas entre os usuários, em discussões envolvendo as datas, locais e personagens nos comentários. Também, o motivo do uso de tal material se traduz no pensamento de Le Goff (2003) ao dizer que “a fotografia revoluciona a memória, multiplicando-a e democratizando-a, dando uma precisão e uma verdade que permitem guardar a memória do tempo e da evolução da sociedade” (LE GOFF, 2003, p. 460). As fotografias são consideradas documentos valiosos porque representam um espaço, tempo, um momento que se quer concretizar, e a importância que o fotógrafo dá para o objeto que quer demonstrar, seja com objetivo positivo ou negativo. As fotografias são documentos que precisam de técnicas para ser melhor entendidas. Na História Ambiental, é visualizado o ambiente e a relação do homem no contexto que se insere nesse espaço, que modifica pelo momento cultural, social, econômico ou religioso.

Outras fontes em análise serão os alvarás de funcionamento das serrarias na década de 1970, quando as mesmas já estavam implantadas. E em 1980, momento no qual se nota o declínio desses estabelecimentos. Para maior análise, ainda serão utilizadas atas da câmara municipal e documentos cartoriais de bens móveis e imóveis, encontrados na câmara municipal e registro de imóveis. As fontes cartoriais são importantes para compreender a atuação das empresas, bem como os locais onde atuavam ou compravam madeira. Em diversas transações de compra e venda de terra, encontram-se averbações de compra e venda da madeira onde se apontam o número de árvores, o comprador e o tempo de exploração, por exemplo.

Sobre o arquivo cartorial, Bacellar (2010) indica que:

Os livros de notas são preciosos para a análise da sociedade e da economia do passado. Ali se encontram registros de negócios os mais diversos: escrituras de compra de terras, imóveis urbanos e cativos; escrituras de criação de sociedades e de estabelecimentos de negócios comerciais; registro de procuração, de cartas de alforria de escravos, de emancipação de filhos, contratos de casamento e de óbito (BACELLAR, 2010, p. 38).

Jornais como “O Clarim”, “Palmense”, “Palmas”, “Povo”, darão suporte através das narrativas e imagens inseridas, demonstrando as serrarias nos diferentes espaços dos municípios, possibilitando a visualização envolvida no recorte histórico dessa transformação.

Braudel (1992) aponta na direção em que o jornal pode se transformar em interlocutor da visualização de um espaço e tempo:

O tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista. Ora, notemo-lo, crônica ou jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos, ditos históricos, os mediocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Assim, cada um compreenderá que haja um tempo curto de todas as formas da vida econômica, social, literária, institucional, religiosa e mesmo geográfica (uma ventania, uma tempestade) assim como, política (BRAUDEL, 1992, p. 45-46).

Tais fontes ainda serão analisadas sob o olhar de pesquisadores na área de História Ambiental, a partir de suas obras. Como por exemplo, do sociólogo Augusto Drummond (1991), Donald Worster (2003), Warren Dean (1996), Gilmar Arruda (2013), Eunice Nodari (2010), Marlon Brandt (2012), Samira Peruchi Moretto (2010), e Miguel Mundstock Xavier de Carvalho (2010). Esses trabalhos correspondem a estudos de História Ambiental sobre diferentes objetos de pesquisa.

Serão analisados os referenciais bibliográficos relacionadas aos historiadores e memorialistas do município, envolvidos em pesquisas sobre colonização, economia e paisagem da região Sudoeste e Centro-Sul do Paraná. Tais como Lourdes Stefanelo Lago (1985), a qual aborda questões pertinentes à formação da população do município até o início do século XX; Adilson Mendes (1989), que caracteriza a formação econômica através do processo ideológico das primeiras e mais ricas famílias de Palmas/PR; Cesar Mendes (1988), que aponta aspectos da reconstrução da área urbana; Lucy Nazaro (2000), que contempla a narrativa dos fatos históricos do município; José Bauer (2002), memorialista, que contempla a história factual no século XX; Celso Bauer (2017), que apresenta a história do pecuarista, envolvendo a vida no campo. E por último, Ruy Christovam Wachowicz (1985), que demonstra, através de diferentes fontes, a história da formação do Sudoeste do Paraná.

Após essas análises, o primeiro capítulo pretende historicizar os elementos que formam as características iniciais do espaço em estudo, constituídos nessa pesquisa através dos estudos sobre os aspectos da formação geológica e florística do espaço do município, apresentando as características do bioma Mata Atlântica, na região, dominada pelos campos e a FOM.

No segundo capítulo, um outro momento será percebido através da análise das fontes arqueológicas e mapas, sob os vestígios das primeiras ações humanas, apresentando um panorama da modificação na paisagem até o início do século XX, em um espaço já vinculado à pecuária e a uma agricultura de subsistência. Dar-se-á ênfase na discussão acerca do papel do tropeiro, e à implantação dos primeiros engenhos de serra, atrelados à estrada de rodagem, iniciando o processo da exploração, mesmo que artesanal, da floresta.

No terceiro capítulo, sendo o terceiro momento de análise da transformação, será apresentada por meio de fontes extraídas de Censos econômicos e agropecuários, disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatórios de governos extraídos junto ao arquivo público do Paraná, alvarás da prefeitura, análise das fotografias envolvendo a pesquisa, junto ao grupo Histórias que Vivi. Buscando assim, apresentar como as serrarias modificaram a paisagem a partir da década de 1950 até o início da década de 1980. Provocando mudanças culturais e comportamentais no modo de agir da população inserida nesse contexto. As serrarias são motivadoras de mudanças perceptivas na paisagem, principalmente nos efeitos de aumento populacional e expansão territorial. Chegando à década de 1980, contabilizando 52 serrarias no espaço rural e 45 no espaço urbano, resultando no esgotamento dos recursos florestais economicamente viáveis. Apontando para uma outra mudança, a substituição do espaço limpo deixado pelas serrarias, pela inserção da agricultura e reflorestamento com base em espécies exóticas, como é o caso do *pinus*.

## 2 A MODIFICAÇÃO DO ESPAÇO PALMENSE

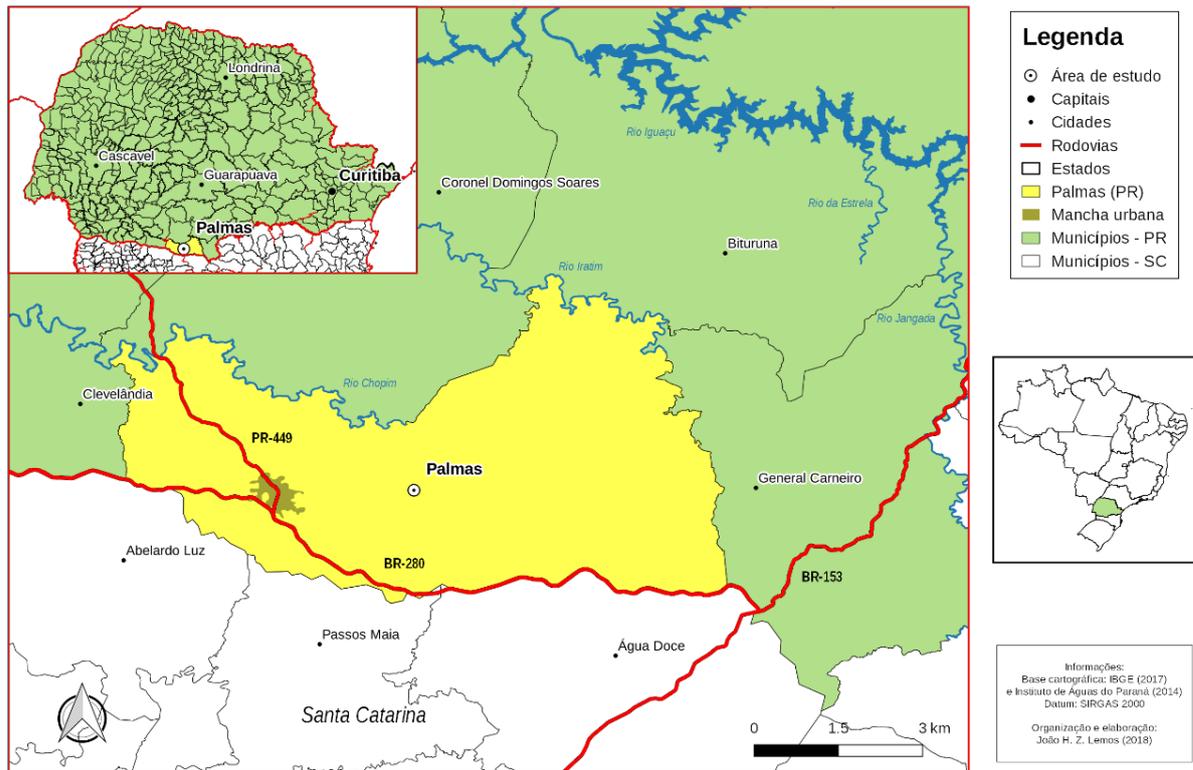
Este capítulo tem por objetivo historicizar, pelo viés da História Ambiental, o espaço compreendido pelo município de Palmas/PR, no século XIX e início de XX, descrevendo e analisando algumas características da fauna, flora, geologia e hidrologia. Nesse sentido, utilizaremos elementos como mapas, documentos cartoriais, censos e fotografias para uma melhor compreensão das primeiras transformações na paisagem. Contextualizaremos os primeiros habitantes humanos no espaço, compreendendo essa modificação através de suas ações como atos de sobrevivência e desenvolvimento econômico inseridos na relação homem/natureza.

### 2.10 ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE PALMAS/PR: CARACTERÍSTICAS DO ECOSISTEMA

“Palavra Palmas, substantivo feminino plural. Origina-se do Latim ‘*palma*’, designando a folha da palmeira, triunfo, vitória” (FERREIRA, 2000, p. 217), está localizada na mesorregião Centro-Sul do Paraná e, segundo Censo de 2010 do IBGE, possui 42.888 habitantes, com estimativa, para 2018, de 50.198 pessoas.” (IBGE, 2010). Sua área territorial total é de 1.557,893 km<sup>2</sup>, com altitudes variando entre 950 e 1.370m e, na sede urbana, entre 1.030 m (bairro do Rocío) e 1.158m (bairro Alto da Glória). Já o distrito mais elevado do Paraná, nomeado de Horizonte, conta com 1.338m (e nas proximidades, 1.370m, ponto culminante). A altitude média da cidade é de 1.115m. Palmas faz, atualmente, limite com os municípios de Clevelândia/PR, Coronel Domingos Soares/PR, Bituruna/PR, Passos Maia/SC, General Carneiro/PR, Abelardo Luz/SC e Água Doce/SC” (IBGE, 2018).

No mapa a seguir (mapa 1), podemos notar as características que envolvem os limites e as confrontações atuais.

Mapa 1 –Paraná: divisão municipal e área de estudo.



Fonte: Acervo da autora.

O município faz parte do terceiro planalto paranaense, integrando a bacia hidrográfica do rio Iguazu, a qual é identificada pelo Plano de Manejo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) do Refúgio dos Campos de Palmas (ICMBIO, 2015, p. 21).

Um relato histórico importante, retratando o município em 1926, sob o título “A Cidade de Palmas em 1926”, torna possível notar as questões apresentadas sobre o ecossistema do município no início do século XX. Essa fonte descreve a bacia hidrográfica, assim como seus afluentes, a partir de uma abordagem geográfica da paisagem. Utiliza-se de palavras com caracterização mais romântica, demonstrando o aspecto histórico narrativo, e não da historicidade, rebuscando elementos constitutivos do ecossistema, sobre os quais os rios estavam inseridos na paisagem de Palmas. Temos como exemplo:

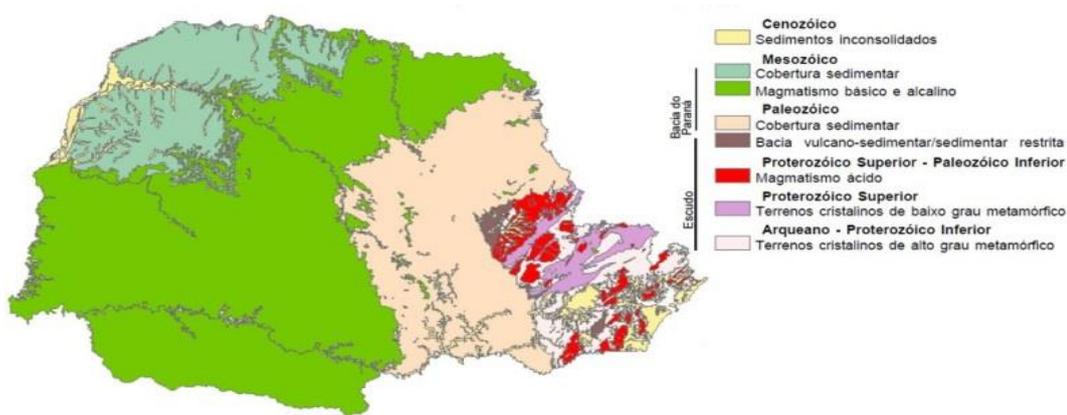
POTAMOGRAPHA, vários rios importantes banham o município de Palmas, dos quais os principais são: o majestoso Iguazu, que recebe neste município vários afluentes, sendo os mais notáveis o rio Jangada, o Iratim e o Chopim. Há ainda muitos rios menores, sendo os principais o Caldeiras, os Bandeiras e o Lontras, que desembocam no Chopim; o Estrela que deságua no Iratim. Existem em alguns desses rios e dentro do município, algumas quedas importantes, sendo as mais notáveis a do rio Chopim, dos Bandeiras e das Lontras (CAPRI, 1926, p. 10).

A abundância de águas, e até mesmo a qualidade subterrânea eram destaque. Por exemplo, em outra parte do livro, Capri narra informações sobre a água mineral e sua possibilidade curativa: “águas minerais: a bacia do Rio Iguaçu, no município de Palmas, é riquíssima em fontes de água sulphurosa,<sup>2</sup> sendo conhecidas e já utilizadas por pessoas enfermas as de Santa Rosa, Laurindo e Iratim” (CAPRI, 1926, p. 1). A propaganda sobre as águas do município nesta fonte, demonstra um lugar calmo, agradável, curativo e agradável em se viver. Sobre esse pensamento, podemos interagir com as palavras de Drummond (1991) nessa relação homem, natureza e transformação da paisagem:

Quase todas as paisagens elogiadas pelos escritores clássicos e contemporâneos amantes da natureza são na verdade jardins, áreas rurais criadas e manejadas pelos humanos e como o homem ocidental ama as paisagens que ele mesmo controla e constrói, forma nada sutil de gostar de si mesmo. Quanto à natureza selvagem, intocada, incontrolável, ele tem pavor ou um apetite insaciável de controlar, domesticar, civilizar (DRUMMOND, 1991, p. 191).

Em relação a essa narrativa sobre a hidrografia, pode-se contextualizar a caracterização dos solos da região. Mas no momento, a análise, feita através do mapa da Mineropar – Serviço Geológico do Paraná (mapa 2), caracteriza as diferentes nuances litológicas. Verifica-se que Palmas faz parte do terceiro planalto paranaense, caracterizada pela Bacia do Paraná, dentro da distribuição dos grupos litológicos, com sedimentos paleozoicos, demonstrada pela geologia como o grupo de São Bento, formação da Serra Geral, contemplada por rochas básicas oriundas de derrames basálticos. Dados observados no mapa 2:

Mapa2 –Mapa litológico do Estado do Paraná.



Fonte: SILVA (2001, p. 14).

<sup>2</sup>“Sulphorosa”: água sulfurosa é a que tem substâncias a base de enxofre. É a água magnesiana contém sais de magnésio e também é utilizada para ajudar o funcionamento do estômago e do intestino. Disponível em: <<https://brainly.com.br/tarefa/1840200>>

No Paraná, está presente a chamada terra roxa, reconhecida pela sua fertilidade e derivada dos derrames mesozóicos de diabásico. Sendo parte do terceiro planalto, a costa leste atinge uma altitude de cerca de 1100 metros acima do nível do mar. Ao longo do vale do rio Paraná, a altitude desce a 500 e 300 metros (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, p. 2).

Na questão que se refere à Floresta Ombrófila Mista (FOM), também conhecida como Floresta com Araucária, sendo típica da região Sul do Brasil, tem como espécie dominante a araucária, também conhecida como pinheiro brasileiro ou pinheiro do Paraná, “o qual foi alvo de uma intensa exploração, a partir do início do século XX, devido à qualidade de sua madeira. Por consequência, a área de ocorrência original de toda a formação florestal foi drasticamente reduzida” (PROCHNOW, 2009, p. 34).

Essa formação, parte do bioma da Mata Atlântica, é objeto de vários estudos que buscaram analisar o surgimento e dinâmica do bioma e de suas formações vegetais, como no caso dos Campos e da FOM. Além dos ciclos naturais, com período de maior calor e umidade, o que implicava em avanços das florestas ou de frio, ampliando os campos, é certo que essas duas formações desde as primeiras incursões humanas passaram também a sofrer com sua ação (BRANDT, 2012).

Estudos paleoecológicos e paleoambientais relacionados à região do planalto Sul-Brasileiro, e relacionados à dinâmica da vegetação, apontam para práticas como o uso do fogo para a caça, que era atraída pelo rebrote do capim, mais tenro na primavera, por parte dessas populações. Vários registros paleológicos mostram que áreas de campo diversas são naturais, ou seja, remanescentes de uma extensa área de um período glacial e do holoceno inferior e médio de áreas florestais do passado protegidos e não sujeitos a florestamento (PILLAR, MÜLLER e CASTILHOS, 2009).

Drummond (2009) também analisa a questão do fogo nessa relação histórica de sobrevivência dos povos, desenvolvimento econômico e o uso nas diferentes comunidades, arquitetando o seguinte pensamento:

O domínio do fogo, num último exemplo, amplia drasticamente o controle que uma sociedade tem sobre o seu território, condicionando o uso de recursos. Um povo que controle do fogo ganha acesso a novos alimentos e a novas técnicas de preservá-los, tem novas possibilidades de caça, de agricultura e pecuária, de artesanato e até de guerra. Mas nem todos os inumeráveis povos que dominaram o fogo usaram o carvão mineral como combustível, e destes nem todos fizeram uma “idade metálica” (ferro, bronze etc.). Apenas um povo inventou a máquina a vapor e fez uma revolução industrial baseada nela. Como se pode ver nesses exemplos, os



humana através do uso do fogo, pastejo do gado e derrubada da floresta para promoção da agricultura.

Essas mudanças são apontadas, por exemplo, em estudos como o de Overbeck e Muller (2009). Para os autores “o fogo e/ou pastejo são provavelmente os principais fatores que impedem a expansão em áreas campestres cujas condições climáticas são propícias ao desenvolvimento de vegetação florestal” (OVERBECK e MULLER, 2009, p. 28). Esse ecossistema também apresenta campos de diferentes fisionomias: riachos desprovidos de vegetação e florestas intercaladas. Além disso, conforme as condições físicas que incidem na vegetação dos campos são classificadas em diferentes campos nativos, como: campos úmidos, campos secos, campos brejosos, campos rupestres ou rochosos e de altitude (PARANÁ, 2012).

Sobre esse pensamento em relação aos campos do sul do Brasil e sua condição climática em detrimento da floresta, Behling *et al.* (2009) dizem que:

A expansão da Floresta com Araucária sobre áreas de vegetação campestre teve início no Planalto em torno de 3210 anos cal AP<sup>3</sup> (idade em anos radio carbono calibrados<sup>4</sup> antes do presente), começando a partir da migração de matas de galeria ao longo dos rios, o que indica o advento de condições climáticas mais úmidas sem estação marcadamente seca. Esse processo parece ter se acelerado mais tarde, por volta de 1400 anos cal AP no Paraná (Serra dos Campos Gerais) e de 930 anos cal AP em Santa Catarina (BEHLING *et al.*, 2009, p. 17).

Diversos estudos tratam da formação dos campos e sua relação com a floresta com o objetivo de conservar e proteger o bioma e o ecossistema. A exemplo disso, o ecologista e naturalista Lieberman (1906) observou que a vegetação deveria ser capaz de se expandir sobre esses campos, e atribuiu a presença do mosaico a uma situação de transição da floresta tropical, ao Norte, e a vegetação de campo, ao Sul. Rambo (1956) e Klein (1975), baseando-se principalmente em evidências fitogeográficas, conjecturaram que os campos eram tipos de vegetação mais antiga e que a expansão da floresta seria um processo mais recente, decorrente das mudanças no clima para as condições mais úmidas. Hueck (1996 *apud* PILLAR, 2009), “também questionou como os campos do sul do Brasil poderiam existir sob as atuais condições climáticas úmidas, propícias para vegetação florestal” (PILLAR, 2009, p. 13).

Uma terceira pesquisa feita no tema “campos” e a relação com a floresta tratada análise palinológica de turfeiras para compreender o processo de desenvolvimento da floresta

---

<sup>3</sup>AP “Antes do Presente” é, na verdade, o ano de 1950, que é referência de tempo utilizada nas datações por rádio carbono.

<sup>4</sup>Idade calibrada usando cronologias de anéis anuais de crescimento de árvores. Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade (PILLAR *et al.*, 2009, p. 17).

nos campos através da análise dos pólenes, reconstruindo a paleovegetação local. Essa informação é contemplada no livro *Campos Sulinos* (PILLAR, MÜLLER e CASTILHOS,2009), no qual são apresentadas pesquisas sobre a formação dos campos no Sul do Brasil, em relação às queimadas e à regeneração desses campos. Em relação a situação atual de sua conservação destacam-se os seguintes aspectos:

O estado de conservação do bioma campos sulinos é pouco conhecido, já que a avaliação da cobertura dos remanescentes mais importantes permanece incipiente. Por ser uma formação campestre, é necessário o aperfeiçoamento da tecnologia de reconhecimento dos diferentes usos da terra na região. Outro fator influente é a pouca representatividade dos campos sulinos no Sistema de Unidades de Conservação e a forte pressão sobre seus ecossistemas, em particular a incidência do fogo, a introdução de espécies forrageiras e a atividade pecuária, que tem levado algumas áreas ao processo de desertificação (Ministério do Meio Ambiente, 2002, p. 224).

Nesse sentido, a História Ambiental pode contribuir ao reconstituir os usos e o processo de transformação da paisagem dos campos e florestas no passado, possibilitando a percepção da inter-relação homem-natureza, buscando compreender a transformação ocasionada no ecossistema. No entanto, torna-se essencial evitar o anacronismo e a pretensão de que os indivíduos do passado possam ser cobrados em razão de categorias tão modernas quanto são a ecologia, sustentabilidade, impactos da ação humana, etc. É preciso entender cada época no seu contexto geográfico, social, tecnológico e cultural:

É evidente, como já foi dito, que a questão ambiental só vai aparecer em um momento bastante recente da trajetória humana. Mas pode-se dizer que as relações ambientais já estavam presentes, sendo percebidas, ou não, segundo os padrões culturais de cada período. Não se trata, portanto, de projetar categorias ambientais e ecológicas do presente no passado, mas sim de utilizar essas categorias, com o devido cuidado, para pensar a existência de sociedades pretéritas (PÁDUA, 2009, p. 94).

O estudo das mudanças nas paisagens vem diferenciar o trabalho do historiador que, até então, relatava os acontecimentos de uma narrativa histórica linear. Um objeto em estudo, sem ligação com os diferentes aspectos constitutivos do ecossistema da região. Nesse sentido, o historiador, também deveria demonstrar a relação entre homem e natureza e sua inter-relação, ampliando o universo do conhecimento científico ao se voltar para uma nova perspectiva na leitura das ações humanas. Dessa maneira, “os acúmulos diferenciais das sucessivas marcas dos momentos vividos informam as rigorosidades no espaço, pré-condição ao acontecer, ou à projeção do futuro” (SANTOS, 1996, p. 199). Assim, estudar as transformações das paisagens a partir da História Ambiental, propicia uma dimensão

dialógica e dialética do passado em relação ao cotidiano, problematizando e tencionando ideias que favoreceram as mudanças envolvendo homem e natureza nessa teia que vem formar uma historicidade, compreendida pelo viés das características ambientais desse espaço.

## 2.2. O ESPAÇO PALMENSE ENVOLVIDO PELA FAUNA E FLORA NATIVA

O espaço existe independente da ação humana. Quando nomeamos, controlamos o espaço, dando a este, configurações atribuindo denominações enquanto, fronteiras e limites, se expressa uma ação de poder do ser humano em relação ao espaço, modificando essa dinâmica natural da paisagem. A visão científica, a visão do colonizador e a do explorador possuem nuances diferentes sobre o ponto de vista, e o objetivo está inserido no que se quer enxergar. Pádua (2009, p. 236), no contexto do Brasil monárquico, diz que “a fartura de espaços naturais ainda densos de vida selvagem assumiu diferentes significados simbólicos e políticos”, ambigualmente “saudada como um sinal de grandeza e poder”, mas também “uma realidade problemática para autores locais mais preocupados com um projeto político de construção nacional”.

Massey (2008), dialoga com essa percepção ao dizer que:

Conceber o espaço como um recorte estático através do tempo, como representação como sistema fechado, e assim por diante, são todos modos de subjugar-lo. As multiplicidades coetâneas de outras trajetórias são necessárias a uma mentalidade aberta de uma subjetividade especializada (MASSEY, 2008, p. 95).

Ao partir dessas ideias, o espaço envolvendo a paisagem nativa cobria grandes extensões dos estados do Sul do Brasil, somando mais de 177.000km<sup>2</sup>, sendo a maior parte no Paraná, sobre os quais a Floresta Ombrófila Mista se estendia por aproximadamente 73.000km<sup>2</sup> nas terras mais altas e frias do centro-sul. Na região dos pinhais, por vezes, a floresta é interrompida por manchas de campos e de várzeas.

Nesses espaços de campos e florestas circulavam animais característicos ao ecossistema e conforme pesquisa realizada pelo ICMBIO de Palmas (2015, p. 375). O instituto investigou “a relação das espécies endêmicas de mamíferos que compõem a região estando ameaçada de extinção” tais como, o veado-mateiro (*M. americana*), cachorro-do-mato (*C. thous*), puma (*P. concolor*); tamanduá-bandeira (*M. tridactyla*); lontra (*L. longicaudis*), paca

(*C. paca*); Cutia (*D. azarae*); macaco-prego (*S. nigritus*); jaguatirica (*L. pardalis*) e bugio (*A. Clamitans*)<sup>5</sup>.

Pode-se ainda compor maiores indicativos envolvendo a fauna e a paisagem florística do município pelos seguintes exemplares de madeira no final século XIX e início de XX:

O pinheiro araucária [*Araucariaangustifolia*], imbuia [*Ocotea porosa*], cedro [*Cedrelafissilis*], canela e lageana [*Ocoteapulchella*], canela imbuia, canela guaicá, canela preta [*Ocoteaelegans*], sapopema [*Sloanea monosperma*], ipê branco, cambará [*Aloysiavirgata*], guaçatunga, guaçatunga preta, pimenteira, cataia, gumirim, brugreiro, ingá, guavirova, bracatinga [*Mimosa scabrella*], arrueira, cambuatá, juvevê, xaxim, guavirova, guamirima branco, pessegueiro bravo, guaraperê, lava-cabeça, pau-ferro, camboim, agulheiro, corumilho, carne de vaca, Miguel pintado, erva mate, vassourão, timbó, figueira brava, sabugueiro (BAUER, 2002, p. 42).

Nota-se, então, que a paisagem do ecossistema dos campos de Palmas se configura em um cenário caracterizado por matas, capões, faxinais, rios, lajeados, sangas, animais silvestres. Encontram-se essas informações nos primeiros registros em referência aos primeiros povoadores. Também, trata-se de um local de baixas temperaturas, com geadas constantes e neves eventuais, na estação do inverno, ou seja, lugar de muito frio. Essas características serão analisadas no capítulo a seguir, envolvendo as primeiras ações antrópicas no espaço do município no processo de mudança da paisagem.

---

<sup>5</sup> As nomenclaturas podem ser encontradas no site [http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/index.php?pag=buscar\\_mini.php](http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/index.php?pag=buscar_mini.php), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### 3 AS PRIMEIRAS AÇÕES ANTRÓPICAS MODIFICAM A PAISAGEM

Neste capítulo serão analisadas relações humanas envolvendo a floresta e os campos de Palmas modificando a paisagem local, partindo das primeiras pegadas humanas, a formação das fazendas de criação de gado bovino a partir do final da primeira metade do século XIX. Será analisada também a figura do tropeiro no processo de fomento mercantil e o entrave entre fazendeiros e tropeiros, envolvendo um núcleo urbano próximo à estrada das Missões. Por fim, apontar-se-á a formação étnica da população do município até o início do século XX.

#### 3.1. AS PRIMEIRAS INCURSÕES HUMANAS E MODIFICAÇÕES DA PAISAGEM PALMENSE

Os campos e florestas do sul do país possibilitavam uma oferta variada de recursos para seus habitantes, como a caça, a pesca e a coleta, como sugere Parellada (2006):

Habitavam nos campos e floresta de Araucária angustifolia, onde podia ter pinhão a sua disposição. Estabeleciam acampamentos utilizados nas expedições de caça, pesca e coleta, em que faziam armadilhas para pescar peixes, chamados de pari e que ainda é usada por eles (PARELLADA, 2006, p. 23).

O ecossistema propiciava uma alimentação adequada encontrada em abundância, “caracterizando a primeira sociedade de abundância, enquanto viviam em um ecossistema livre e sem fazerem parte, ou serem capturados, para conviver em uma sociedade moderna de economia capitalista” (TOMMASINO e ALMEIDA, 2014, p. 19).

Nesse aspecto, ao rever conceitos sobre o passado, assim como as paisagens pretéritas, estudos arqueológicos no sul do Brasil têm avançado em pesquisas tentando responder questões pertinentes às transformações do ecossistema, bem como sua relação climática e a intervenção humana nesse meio. Conjetura essa corroborada por Dean (1996), ao dizer que “a retomada da expansão da Mata Atlântica coincidiu com a sua descoberta pelos homens, caçadores que subitamente invadiram as planícies sulamericanas há 13 mil anos” (DEAN, 1996, p. 38).

Torna-se também importante observar os vestígios deixados por essas populações, como ressalta Lino (2015) em pesquisa sobre o povoamento indígena no sul do Brasil, que auxilia na reconstrução das relações que essas populações desenvolviam com o ambiente local:

Os sítios arqueológicos dos primeiros grupos a ocuparem o território do atual sul do Brasil são compostos em sua maioria por artefatos líticos, além de que, em alguns casos, temos a presença de estruturas de combustão (FOGUEIRAS), sepultamentos e restos de alimentação (ossos de animais e sementes de vegetais). Como se trata de vestígios muito antigos, as condições de preservação são precárias, principalmente do material orgânico, como no caso da madeira, que deve ter sido intensamente utilizada na confecção de ferramentas e que estão ausentes nos sítios (LINO, 2015, p. 95).

No estado do Paraná, através de estudos arqueológicos, “supõe-se que, entre doze mil e quinze mil anos, parte da região sul do Brasil e do nordeste da Argentina era ocupada por povos caçadores-coletores que, provavelmente, conviveram com a megafauna, na presença de animais como a preguiça-gigante e outras espécies que habitaram o território paranaense até cerca de seis mil anos”(PARELLADA,2006,p.20).

Outro estudo ainda aponta para os primeiros grupos humanos a chegar ao estado do Paraná, tendo esse mesmo contato com o ecossistema da megafauna, estes eram denominados de Proto-Jê, como pode ser analisado através da seguinte citação:

Os primeiros povos ceramistas e agricultores chegaram ao Paraná há quatro mil anos, vindos do planalto central brasileiro. Eram populações Proto-Jê, também denominadas Itararé – Taquara, ancestrais de indígenas da família linguística Jê: Kaingang e Xokleng, que vivem até hoje no sul do Brasil, e que se miscigenaram com os antigos caçadores-coletores que aqui estavam (PARELLADA, 2006, p. 19).

Um dos primeiros grupos que habitaram a região, tendo contato, à época das primeiras incursões portuguesas aos campos paranaenses foram os Kaigáng. Esses grupos, pelo contato e relação que desenvolviam com os campos, foram tema de debate por vários autores e viajantes a respeito da designação do nome, devido à constante mobilidade do grupo na região sul do Brasil. Isso acontecia, provavelmente, devido às questões de clima e alimentação com o objetivo da caça e coleta. Tal questão sobre “a designação dada aos Kaingang trouxe grandes dúvidas e dificuldades na identificação das tribos dos Campos de Guarapuava e Palmas”( PERES,2009,p.18).

Tal fato levou a debate o autor do nome, “Kaingangues”, Telêmaco Borba, chegou a apontar esse grupo como: Guayná, Coroado, Bugre ou Botocudo. Essas dúvidas e questões a respeito do nome o motivou a ponderar algumas indicações sobre o grupo indígena, na revista do Museu Paulista em 1904, procurando esclarecer a designação:

Os que aldearam no Jatahy chamam-se ‘Kaingangue-pé’, isto é, Kaingangues legítimos, verdadeiros; mas, entre eles distinguem-se em Camés, Cayurucrés e Kaingangues. Os que habitam nas imediações de Guarapuava e Palmas chamam-se Camés. Os da zona compreendida entre os rios Piquiri e Iguaçu, Xocrés, e os da

margem direita do Paranapanema, ‘Nhakfáteitei’. Entretanto, falam todos a mesma língua, usam as mesmas armas e utensílios e tem os mesmos costumes (BORBA, 1904, p. 54).

Borba ainda justificou sua resposta em contraponto a Von Ihering, buscando como fonte as descrições de Von Martius e Saint-Hilaire. O autor diz que os ‘coroados’ denominam o grupo de indígenas como ‘Camés’, outros de Bugre, de Coroados ou tupis. Nesse sentido, o etnógrafo esclarece que os Kaingang de Palmas são de origem Guarani da tribo Camé e, na atualidade, são chamados de Kaingang.<sup>6</sup>

Também podemos supor que a confusão sobre a nomenclatura desses grupos indígenas tem a ver com a questão histórica, na qual o governo, em favorecimento das elites, empurrou esses povos para fora de seu domínio territorial. Podemos ver isso quando Dean (1996) diz que isso se sucede, “devido aos bens naturais que estavam em suas terras, tais como o ouro, diamantes e madeira de Lei, já no período colonial do Brasil” (DEAN, 1996, p. 168).

Mas o que essa discussão tem a ver com as transformações da paisagem de Palmas? A inter-relação entre o ser humano e meio ambiente, pois cada grupo possui sua identidade própria, adequando-se em diferentes confrontos<sup>7</sup>. Isso demonstra a existência de diferenças culturais na forma de conviver e perceber a paisagem do entorno, o que pode ser percebido nas narrativas criadas por quem percorreu o planalto sul do Brasil registrando, em forma escrita ou visual.

Também podemos relacionar essa questão da identidade cultural, a qual se mostra nas diferentes ações de grupos indígenas em transformação da paisagem que vive, por meio da análise feita por José D’Assunção Barros, baseada em Chartier (2005):

O que são as “práticas culturais”? Antes de tudo, convém ter em vista que esta noção deve ser pensada não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às instituições várias, às técnicas e às realizações (por exemplo, os objetos culturais produzidos por uma sociedade), mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador. São práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros (CHARTIER, 2005, p. 131).

<sup>6</sup>O grupo indígena de Palmas/PR é de origem Guarani, da tribo Camé e chamado de Kaingang.

<sup>7</sup>Um tema em estudo não é fechado, ou sendo investigado por uma só linha de pensamento. Pelo contrário vendo, ouvindo, respeitando, dialogando e percebendo as diferentes temporalidades que formam, no caso desta pesquisa, a confrontação e a contradição de uma transformação da paisagem (ANDREIS, 2014).

A respeito do uso e acesso a recursos da natureza por parte dessas populações indígenas, pesquisas arqueológicas realizadas no Rio Grande do Sul dão indícios das técnicas para construção de moradias, da alimentação, na base da coleta e do cultivo de milho:

As tribos dos Kaingang, de acordo com documentos antigos e estudos antropológicos mais recentes, eram formados por centenas de índios e coordenados por chefes superiores e caciques subordinados. Alimentavam-se do pinhão, o abundantíssimo fruto do pinheiro-do-paraná, que comiam recém-colhido ou conservado por meses e ainda cultivavam algumas plantas tropicais (milho, por exemplo), caçavam e recolham outros produtos naturais. Seus Chefes podiam ter várias mulheres, o que se leva a hipótese de que as casas subterrâneas maiores podiam abrigar famílias poligâmicas (SCHMITZ, 2002, p. 290).

Parellada (2006) traz informações semelhantes sobre os Kaingang dos Campos de Palmas, uma vez que “viviam em aldeias com até trezentas pessoas, em grandes casas retangulares cobertas com folhas de palmeiras, algumas parcialmente subterrâneas, as quais no Paraná ficaram conhecidas como ‘buracos de bugre’” (PARELLADA, 2006, p. 27). Nötzold (2003) também destaca, de forma semelhante a Schmitz (2002), aspectos relacionados à horticultura e o uso dos recursos naturais por sua cultura material:

Além de exímios caçadores e coletores, praticavam também a horticultura. Sobre sua cultura material, toda a matéria-prima utilizada se encontrava na natureza, servindo tanto para a confecção de artefatos para a caça e guerra, como flechas e lanças, quanto para a produção de cestaria (NÖTZOLD, 2003, p. 62).

Aldeias espalhadas pelo planalto se encontravam em lugares altos, para a observação da caça e de inimigos e também se situavam próximas a formações de araucária (NÖTZOLD, 2003). A área de campos, nesse contexto, formaria um formidável espaço de caça para esses agrupamentos, pois facilitava a visualização da presa, nos lugares que o expediente da queimada para a “limpeza” do terreno também poderia ser empregado (BRANDT, 2012).

Nesse sentido, o diálogo entre as fontes se coloca como fator primordial para análise do modo com que esse grupo indígena alterou e interagiu com o ecossistema da região. “Tratava-se de um povo que vivia da coleta e da caça, integrando, com o passar do tempo, a agricultura itinerante, tendo como produto primário, a mandioca e mais tarde o milho; utilizando o fogo para caçar e preparação das roças” (NÖTZOLD, 2003, p. 8).

Por intermédio da ação do fogo, para espantar a caça, e possivelmente em alguns momentos queimando, em amplitude maior a floresta, causada pelo vento ou característica de umidade a qual se encontrava a floresta, poderia haver uma modificação do espaço,

favorecida por esse elemento. De outra forma, uma modificação na paisagem configurando uma intervenção maior do povo indígena, ainda não fora encontrada.

Um elemento que corrobora essa afirmação pode ser observado através de vestígios expostos no Museu José Alexandre Vieira, de Palmas/PR. É o caso de um machado Kaingang, descoberto em uma das fazendas em 1800, podendo ser considerado um objeto de força e agilidade curta no processo de exploração madeireira, impossibilitando a derrubada de uma espécie nativa, configurando um material com utilidade em fazer cortes em galhos, defesa e auxiliar na abertura de caminho na floresta. Isso pode ser observado na figura 1:

Figura 1 – Machado de pedra.



Fonte: Museu José Alexandre Vieira, Palmas/PR (2019).

Já os campos não tiveram grandes modificações morfológicas a não ser por eventuais formações de capões que, como sugerem autores como Warren Dean (1996), poderiam também ser formados pela ação humana. Tal situação sofreria alteração significativa a partir do século XIX, quando as primeiras fazendas foram implantadas nos Campos de Palmas, modificando, de fato, a paisagem. Como relatam Silva, Brandt e Carvalho (2015):

Desde as primeiras pegadas humanas na região dos campos sua ação passou a ser sentida no ambiente, através de atividades como a queimada, cujo rebrote da vegetação campestre servia como atrativo às presas durante a caça, ou dispersão das plantas. Com a chegada do europeu, e suas primeiras incursões pelo Planalto Sul do Brasil, a partir dos séculos XVI e XVII, a alteração ambiental da região como um todo passa a ocorrer em um ritmo mais intenso, com a introdução e multiplicação de plantas e animais exóticos com destaque para o gado bovino, cavalar, muar e suíno (SILVA, BRANDT e CARVALHO, 2015, p. 275).

Desde o início dessa ocupação, situações de tensão e disputas territoriais não eram raras ao longo da formação das fazendas nas áreas de campos. É o que se pode perceber no relatório do presidente da Província do Paraná, Góes e Vasconcellos, apresentado aos membros da Assembleia da Legislativa Provincial do Paraná. O documento traz algumas informações sobre o aspecto da integração do indígena ao homem de descendência europeia, envolvendo a floresta e os campos:

De serra acima, porém, consta o seguinte: no primeiro de fevereiro do corrente ano, uma porção de índios selvagens, dos que percorrem o imenso sertão, que há entre o Paraná e o município de Guarapuava, tendo assaltado a fazenda do alferes Domingos Floriano Machado, matou-o e a oito pessoas de sua família, feriu gravemente a mais cinco, e, levando consigo o que na casa havia de mais valor, o resto entregou a devastação e a ruína. E para notar que nessa fazenda, situada na orla do campo, e sequestramente na vizinhança dos bosques, que os selvagens infestam, costumavam eles, de vez em quando, aparecerem, e recebiam do abastado o humano fazendeiro provas de amizade nos presentes que lhes dava (PARANÁ, 2019 [15 jul. 1854]).

Todos esses fatores, envolvidos no cotidiano indígena, provocaram modificação no modo de agir, devido à falta de liberdade no espaço que antes lhes pertencia. Dessa forma, campos e florestas passaram a ser divididos entre o homem nativo e o descendente europeu.

### 3.2. A “NOTÍCIA DA DESCOBERTA DOS CAMPOS DE PALMAS”: PRIMEIRAS INCURSÕES COLONIZADORAS

Salve Palmas Torrão de pinheirais  
Campos verdes cenários de beleza  
Ventos frios embalam butiazais  
Exaltando escultor da natureza.  
(Hino de Palmas, 1991)

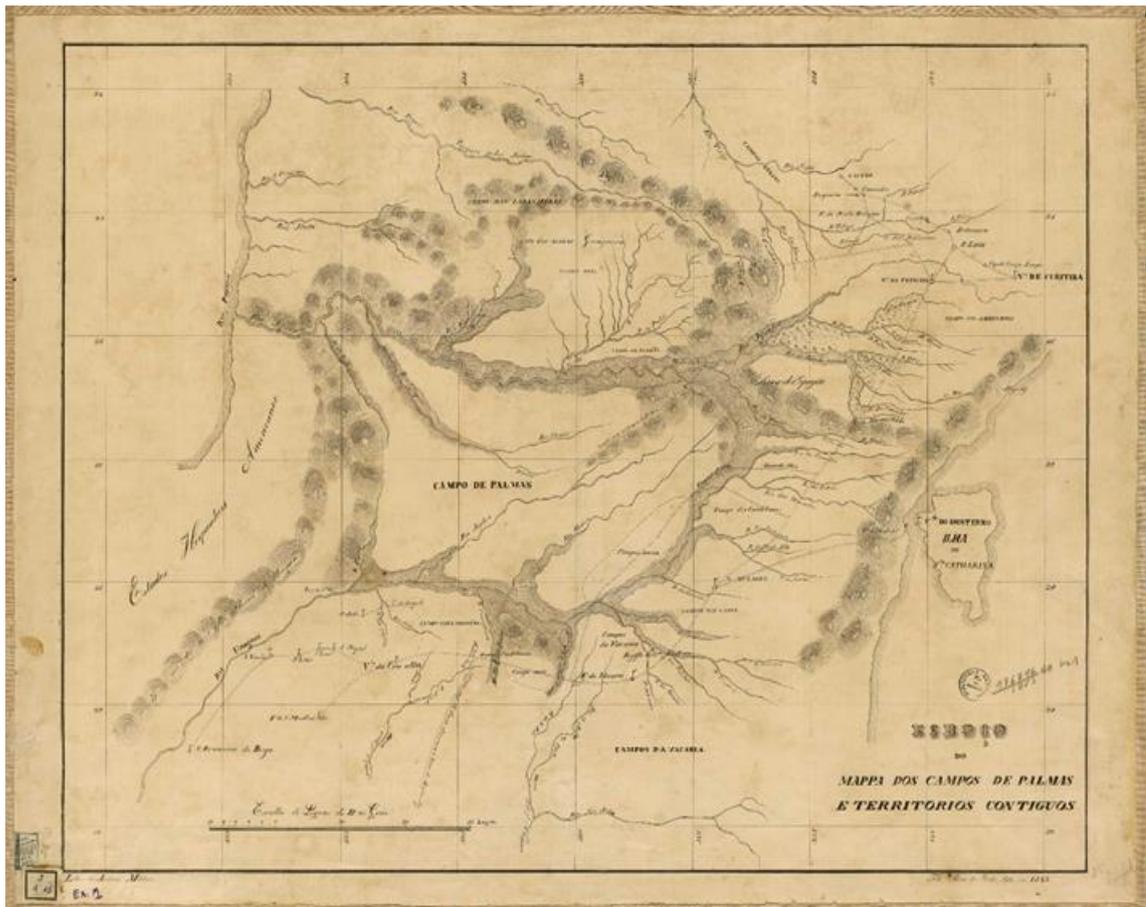
Ao longo desta seção, pretende-se historicizar a transformação da paisagem de um município, descrito tal qual os versos de seu hino, a partir do viés da História Ambiental. Caracterizamos os aspectos ambientais encontrados pelos primeiros grupos humanos, sendo indígenas, viajantes, bandeirantes e os primeiros fazendeiros que consolidaram as fazendas para criação de gado. Conforme Massey (2008), “se o espaço é a esfera da multiplicidade, o produto das relações, e essas relações são práticas materiais efetivas, e sempre em processo, então o espaço não pode ser fechado, sempre haverá resultados não previstos, relações além, elementos potenciais ao acaso” (MASSEY, 2008, p. 144). Assim, a relação humana com a

natureza se configura no diálogo das múltiplas conexões que integram as possibilidades de sobrevivência e, por conseguinte, interage com os aspectos legais e econômicos.

No caso da região de Palmas/PR, não foram ao acaso as mudanças na paisagem, concretizadas a partir dos elementos ambientais que favoreciam a criação de gado e a questão da legitimação das terras, para que, dessa forma, não fossem perdidas para a Argentina. “No Paraná, a ocupação era escassa e, além dos títulos concedidos, as posses eram irrelevantes em termos numéricos e econômicos, pois a economia era extrativista (ouro) ou pecuarista (criação de gado)” (GEIDIÉL, 2013, p. 11).

O mapa 4 mostra a localização e extensão da região, formada por campos e florestas, conhecida como Campos de Palmas, que compreende atualmente a porção sul e sudoeste do Paraná e o oeste de Santa Catarina.

Mapa4 – Campos de Palmas e territórios contíguos.



Fonte: Brito (2019).

O mapa foi produzido em 1843, pouco tempo depois das primeiras incursões por esses campos, descritos da seguinte forma por Lago (1987):

A ocupação efetiva dos campos de Palmas se tornou por volta de 1838 uma questão política nacional, pois a região correspondia ao território Contestado pela Argentina na questão de limites. José Ferreira dos Santos que havia firmado contrato com o governo provincial de São Paulo (que lhe deu o direito de após escolher a sua fazenda, dar posse de terras a outros integrantes do grupo) formou sob sua chefia uma sociedade de estancieiros guarapuavanos para conquistar e povoar a região (LAGO, 1987, p. 59-62).

A ocupação dos Campos de Palmas seria uma expansão das atividades já promovidas em outros campos paranaenses, como os Campos de Guarapuava e os Campos Gerais. A cidade estava com maior organização de terras e de pecuária, possibilitando integrar os campos de Palmas à sua jurisdição, assim como indica Ruy Wachowicz (1985):

Quando em 1808 o príncipe regente português D. Joao aportava ao Brasil, trazia de Portugal uma séria preocupação: ocupar os campos que ficavam na região central do território que mais tarde iria formar a província do Paraná. Eram os conhecidos Campos de Guarapuava. O governo português no Brasil demonstrou muita pressa para concretizar esse objetivo. Toda a área que ia dos Campos Gerais até o rio Paraná estava virtualmente desocupada (WACHOWICZ, 1985, p. 9).

Como os fazendeiros de Guarapuava ignoravam a presença indígena e não tinham mais para onde estender suas fazendas e nem abrir novas, lançaram-se à procura de novos campos. Algum tempo depois que a expedição comandada pelo Tenente Coronel Diogo Pinto Azevedo Portugal acampou na região de Guarapuava, em 17 de julho de 1810, começou a correr a notícia da existência de alguns campos aos quais davam o nome de Palmas. Entretanto, nada se dizia, sendo que eram contíguos de Guarapuava, com o intervalo de distância de um sertão com um pouco mais de três léguas, pelo qual corre o Rio Iguaçu, cuja vizinhança se desconhecia. O nome de Campos de Palmas veio, talvez, da abundância dos coqueiros e butiás por ele espalhados:

O campo de Palmas é de uma configuração irregular; terá vinte léguas na sua maior extensão, e dezesseis ou dezoito de largura: jaz ao sul de Guarapuava, e o centro dele fica na latitude do 26°. O seu solo é bastante alto, e desde aí manam vários rios, que correm em todos os sentidos. Não tem este campo um grão de areia, como sucede em Guarapuava, sendo necessário, aos que dela precisam procurá-la no Rio Iguaçu, ou embaixo da serra da Esperança. Tem bons pastos para a criação de gado cavalariço, muar e ovelhum, e melhor para o vacum: e mais de uma vez se viu o fenômeno de uma bezerra nascida no princípio de um verão, dar cria no fim do seguinte. Frequentes pesquisas têm descoberto por ali pelas imediações alguns faxinais, os quais sendo queimados duas ou três vezes, tornam-se campos limpos, e servem para o estabelecimento de fazendas de criar. Entre outros citaremos o mencionado Campo Erê, que já contém cinco fazendas de criar, e demora a sudoeste de Palmas, na distância de sete léguas (PINTO BANDEIRA *apud* RIBEIRO, 1989, p. 24-25).

Dessa maneira, o plano foi concretizado. Era necessário desbravar os caminhos de difícil acesso, mesmo que possuíssem mapas e relatos, uma vez que a realidade ainda não estava configurada. O território “desocupado” se mostrou contrário. O grupo indígena liderado por Condá e Viri, em primeiro momento, foram resistentes à ocupação dos campos pelo fazendeiro. Esse fato foi identificado por Bernaski e de Souza (2015) do seguinte modo:

No Brasil Império, durante os anos de 1839 e 1844, as terras indígenas no entorno de Guarapuava no Planalto Meridional já haviam sido invadidas pela expansão luso-brasileira, restava uma extensa região que compreendia os campos de Palmas, os campos do Erê, os campos e campinas de Chapecó e Irani. Porém, essas terras eram lugar de lideranças como Vitorino Condá e nela viviam vários grupos indígenas. Os fazendeiros, e autoridades imperiais desejavam essas terras, e os povos indígenas que aí viviam deveriam ser integrados às vilas e cidades, ou afugentados, aldeados ou simplesmente escravizados e eliminados (BERNASKI e DE SOUZA, 2015, p. 97).

Malage (2010) também analisa o papel das chefias indígenas envolvendo a região de Palmas, nas pessoas de Condá e Viri, sendo eles motivados à rivalidade do governo e as expedições como forma de enfraquecer sua liderança, tornando a colonização dos Campos de Palmas mais “tranquila” para os fazendeiros, já que o grupo não entregaria seu espaço de forma pacífica:

Aponta ideias sobre as duas lideranças, bem como, o papel dos chefes Condá e Viri na relação entre a Coroa Portuguesa e as expedições que vinham tomar suas terras. Tanto o governo, quanto os líderes das expedições, entendendo que haveria muitas mortes, pois, os índios não entregariam suas terras facilmente, utilizaram-se de meios psicológicos para causar atrito entre as chefias e, por conseguinte, alcançar o objetivo. O objetivo a ser atingido era, os Kaingangs aceitassem pacificamente a colonização dos Campos de Palmas, e aqueles rebeldes que não aceitassem, fossem expulsos (MALAGE, 2010, p. 34).

No decorrer do processo de ocupação, entre contatos com as chefias indígenas, aos poucos criaram-se as duas expedições para conquista legal do território, uma comandada por Pedro Siqueira Cortes e outra por José Ferreira dos Santos. Essas expedições representavam, legalmente, a questão de povoar e se tais grupos não realizassem a ocupação dos campos de Palmas, outros o fariam. Esses outros seriam ou os argentinos ou os paulistas.

Assim, as duas expedições particulares de fazendeiros guarapuavanos se organizaram e tiveram sucesso na localização dos campos. Entretanto, tiveram uma desagradável surpresa que, mais tarde, teria que ser resolvida através da fé e da lei. Esse é o momento em que o meio ambiente se torna testemunha direta dessa história, como evidencia Cantú (2004):

Os pioneiros de ambas as bandeiras, por coincidência, começaram a queimar os campos ao mesmo tempo: José Ferreira dos Santos, deu princípio às queimadas nos Campos de Palmas de Cima, descendo até chegar às terras entre os rios Caldeira e Bandeira; Pedro de Siqueira Côrtes, por sua vez, começou as queimadas nos campos de Palmas de Baixo, no lugar onde é hoje a Fazenda Lagoa, subindo até chegar às margens do rio Chopim (antigamente chamado de Peritiba), ali achando um vau bem espelhado por onde atravessou. Continuando as queimadas as bandeiras tiveram a desagradável surpresa de avistar uma da outra (CANTÚ, 2004, p. 42).

As duas bandeiras chegaram simultaneamente por caminhos diferentes. Assim, houve a necessidade de o governo paranaense intervir, mas o que mais pontuou a organização do espaço de cada fazendeiro foi a fé. O padre Ponciano, representante cristão presente na posse da terra, tratou de acalmar os ânimos e organizá-los. Quem no século XIX iria ser contra a palavra de um representante de Deus, naquele contexto? E assim ficou dividido os Campos de Palmas.

Mesmo com a grande quantidade de terras a dividir, as duas expedições entraram em discórdia quanto aos limites dessa divisão. Momento que é explicado por Nazaro (2000):

Pedro de Siqueira Côrtes num local que denominou São Cristóvão. Ferreira dos Santos, no local que denominou Alagoa. Tiveram diferenças sobre a posse desse território, porém, chegaram a um acordo, com a ajuda, primeiramente do Padre Ponciano e, depois, de árbitros nomeados para isso. Tomaram como limites o rio Caldeiras, ficando Siqueira Côrtes com campos e bosques a Oeste do rio e Ferreira dos Santos com o território a Leste do mesmo (NAZARO, 2000, p. 15).

Além da pecuária e das questões geopolíticas, a ocupação desses campos também estava relacionada à necessidade de abrir um novo caminho para facilitar o comércio de gado até Sorocaba. Segundo Cantú (2004), “em 1720, o Curitibano Zacarias Dias Cortes, explorou os campos de Palmas, com o intuito de ir à Vacaria em busca de gado vacum e muar para o comércio das minas de ouro de Cuiabá e Goiás” (CANTÚ, 2004, p. 39). Também explica Kruger (2002) que de “1720 a 1740 Zacarias Dias Côrtes comanda uma expedição ao morro de Ibituruna, em busca de ouro, passando pelos Campos de Palmas” (KRUGER, 2002, p. 12).

Inicia-se a modificação na paisagem dos campos sob a égide do homem luso-brasileiro. Povoadores que formam a nova sociedade, a qual se implanta e se estrutura nos Campos de Palmas, com um comércio voltado para a venda do gado e para o lucro, fazendo movimentar a compra de alimentos para consumo nas fazendas, integrando na floresta e nos campos outros meios de sobrevivência, tanto para os humanos, quanto para animais. Começar do zero, fazer com que os donos do território, que ainda não aceitavam a presença do homem a cavalo e dono do gado, apaziguarem-se e aceitem sua presença, por bem ou por mal, não

foi uma tarefa fácil. Bauer (2017), traz algumas características dos campos onde se instalaram as fazendas de criação:

Algumas fazendas possuíam grandes áreas cobertas por matas com variada gama de essências florestais, entre elas algumas aproveitadas pelas criações como complemento alimentar. Na maioria das matas vegetam várias espécies de grama, as quais não eram atingidas pelas geadas ou pela neve, então aproveitam para socorrer os rebanhos saciando a fome ao mesmo tempo em que serviam de abrigo, pois aparavam os ventos e as garoas típicas do inverno palmense. Todavia, em algumas propriedades onde a maioria era coberta só por Campos, com pequenos capões de mato, caso típico dos Campos de Palmas de Cima, como se diz na linguagem popular, “o bicho pegava”. Sem abrigo e sem pasto para o rebanho as perdas eram consideráveis quase todos os invernos. Aqueles que possuíam terras de matas e capoeiras em lugares mais quentes, os “rocios”, geralmente, nas margens de rios como o Iguaçu, Chopim, Chapecó e outros, então conduziam seus rebanhos para passarem o inverno nas roças, uma vez que nessa época as roças já estavam colhidas, só retornando para o campo não na saída do verão, depois do campo devidamente queimado e com pasto crescendo, dessa maneira o rebanho ficava protegido das intempéries e o proprietário livre de maiores prejuízos (BAUER, 2017, p. 17).

A presença dessas fazendas ainda pode ser observada na paisagem da região. Um dos resquícios das primeiras fazendas pode ser notado na figura 2, a qual representa ruínas de uma residência de meados da década de 1840.

Figura 2 – Ruínas da antiga sede da fazenda Santa Cruz, a primeira casa construída no espaço da chamada Palmas de Cima.



Fonte: BAUER (2017,p.35).

Podemos perceber o emprego de rochas, que além de abundantes da região, também eram uma herança do estilo e técnica de origem portuguesa, como pode ser percebida pelo formato das janelas, um elemento que se reporta a essa cultura. Residência cuja construção, possivelmente, tenha empregado mão de obra escrava.

Em relação a presença negra, no livro *Da África ao Rocio São Sebastião – Quilombo de Palmas–Paraná*, (2018), a autora Maria Arlete Ferreira da Silva narra a história de seus antepassados vindos a Palmas e formando a comunidade do Rocio, atualmente, considerada Quilombo, através de estudos históricos e arqueológicos realizados pelo instituto Clovis Moura<sup>8</sup>. A autora esclarece e aponta nuances envolvendo o papel da liderança feminina, como é o caso da fundadora da comunidade Adelaide Maria Trindade. Estando o local de resistência negra, localizado a quatro quilômetros do centro urbano de Palmas. A obra ainda indica as questões ambientais, religiosas, culturais e econômicas do local, servindo à pesquisa em História Ambiental com um outro olhar sobre a paisagem de Palmas, na época das expedições e início do povoamento.

Nesse ponto, podemos fazer a interlocução da presença negra e sua força de trabalho como mão de obra escrava. Eram trabalhadores que acompanhavam as expedições ou eram trazidos na condição escrava pelos fazendeiros. Outros se juntaram pelo caminho, sendo foragidos da Guerra dos Farrapos (1835-1845) e, mais tarde, da Guerra do Paraguai (1865-1870). Aliás, o engajamento no serviço militar também era uma forma de acesso à liberdade, já que “na guerra do Paraguai, o governo brasileiro adquiriu e alforriou escravos, com a condição de servirem no Exército” (SILVA, 2018, p. 30).

Nesse aspecto, Silva (2018, p. 31) comenta o seguinte: “Com uma dessas expedições estavam José Ferreira da Silva e seu irmão Tobias fugindo da Guerra dos Farrapos. Os dois irmãos ingressaram em uma dessas expedições, não se sabe qual delas, mas tudo indica que foi na de José Ferreira dos Santos.”

Os dois irmãos vêm para o espaço palmense, junto a uma dessas expedições. Como eram livres, trabalhavam para os fazendeiros, mas estabeleceram moradia no Rocio, o qual torna-se um espaço de sobrevivência para homens e mulheres negras, servindo de abrigo e sobrevivência a partir de 1836:

A comunidade do Rocio iniciou em 1836 com as primeiras expedições vindas para desbravar os campos de Palmas Paraná. Expedições essas que vieram Pedro Siqueira

---

<sup>8</sup>O historiador negro Clovis Moura, afirmou certa vez que “onde houve escravidão há quilombolas”. A escravidão nas Américas contabilizou cerca de 15 milhões de africanos homens, mulheres, crianças, arrancadas de suas terras. O Brasil foi o último a abolir legalmente a escravidão. Foram mais de 300 anos de tráfico, de comércio de africanos que entraram no país na condição de escravos. Esse empreendimento marcou profundamente a vida cultural, social e econômica do país. MOMBELI, R. Comunidades quilombolas em Santa Catarina: resistência negra e luta pela terra. In: RADIN, José C. (org.) **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre, RS: Letra&Vida, 2015, v. 1, p. 130-145.

Cortes e José Ferreira dos Santos o qual era conhecido popularmente como “Zeca Santos”. Cada expedição que aqui chegou trouxe seus escravos, como o cozinheiro aquele que ia tocando as mulas, os que iam roçando e enfrentando todos os perigos e animais ferozes (SILVA, 2018, p. 31).

O Rocio foi o local de refúgio de ex-escravos que possuíam a liberdade ou que conseguiram, de uma forma ou outra, livrarem-se da égide do escravocrata.

Logo começaram a vir outros negros e alguns destes eram fugidos e outros não, e então foram construindo casinhas todas de ripão e cobertura de tabuinhas de madeiras que tiravam das matas abundantes que existiam, como o pinheiro, imbuia e outras madeiras” (SILVA, 2018, p. 37).

Conforme mostra a fotografia a seguir (figura 03), da área urbana e central de Palmas/PR em 1904, é possível visualizar os campos e os pinheiros e dar uma dimensão da distância do Rocio, sendo quatro quilômetros de distância do centro urbano. Tornando-se no século XX, Rocio São Sebastião:

Figura 3 – Centro urbano de Palmas/PR, 1904, distante 4km do Rocio São Sebastião.



Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2017).

No que diz respeito às questões ambientais da localidade do Rocio São Sebastião, a autora, por intermédio dos relatos de seus antepassados, cita que viviam da caça, pesca e da agricultura:

O ecossistema era coberto de mata nativa, propiciando a manutenção da fauna e flora, favorecendo a sobrevivência. Havia muitas árvores frutíferas como: butiá, ingá, uvaia e guabiroba. O pinheiro, além de fornecer madeira para construção de móveis, casas, utensílios domésticos e aquecer do frio, também era uma forma de alimento através do pinhão que possuíam em abundância (SILVA, 2018, p. 35).

Ao ponderar sobre o uso da madeira para vários fins, devido à abundância de araucárias e imbuias, um utensílio doméstico de 1841, feito por escravos, pode ser visualizado na figura 4a seguir.

Figura 4 – Prato em madeira feito por escravos em Palmas/PR.



Fonte: Museu José Alexandre Viera, Palmas/PR.

Em se tratando das fazendas e “os negros escravizados, a sua principal incumbência se referia aos trabalhos na terra, pois eram encarregados de manter uma produção agrícola que fornecesse o mínimo necessário de alimentos para a manutenção do senhorio” (MENDES, 1989,p.38). Além dessa ocupação principal, a massa servil se dedicava a uma série de misteres, como o rodeio do gado, defesa contra os índios, confecção de objetos necessários à fazenda e ao uso doméstico.

As taipas, como as da imagem da figura 5, empregadas para separação do gado em invernadas, por exemplo, eram construídas também pela mão de obra escrava das fazendas.

Figura 5 – Taipas construídas por escravos no final do século XIX na Fazenda Pitanga, em Palmas/PR.



Fonte: Fazenda Pitanga – Acervo da autora.

Sobre a convivência como escravos nas fazendas, Nazaro (2000) e Mendes (1989), comentam o seguinte: “os descendentes, dos fazendeiros, atualmente, não se sentem à vontade para falar que havia escravidão, tal como se vê nas novelas e filmes. Sempre se colocam em uma perspectiva de relação mais amigável, de compadrio”.

Assim, a presença escrava no município foi concreta, e mesmo que se tente forjar as relações de forma mais amigável, sem os severos castigos, as pesquisas que envolvem o trabalho escravo, se colocam como diferentes.

### **3.2.1 Uma paisagem envolvida em fazendas e gado**

No contexto de legalização de terras no município, ao analisar os primeiros títulos de compra e venda registrados no cartório de Palmas, os documentos a partir de 1891-1900, eram descritos conforme o espaço que se encontrava, identificando os aspectos ambientais, incluindo as bem feitorias realizadas pelo fazendeiro, como é o caso desse documento: “Uma fazenda de criar composta por capões, faxinais cercada de taipa de pedras, matas, lajeados e bem feitorais, pastagem e tipos de matos e capões característicos” (LIVRO DE REGISTROS, 1891-1900).<sup>9</sup>

Muitos desses capões, pela dimensão ou pelo uso para a alimentação do rebanho no inverno e para a localização em meio aos campos, receberam diversos nomes. Bauer (2002, p. 40) cita alguns desses nomes:

---

<sup>9</sup>CARTÓRIO DE NOTAS DE PALMAS. Livro de registro do cartório de notas de Palmas/PR: Livro n. 3, inscrições 1 a 729, folhas n. 4-30.

Capão Doce, Capão da Bracatinga, Capão Furado, Capão Feio, Capão do Vira-Macho, Capão dos Tropeiros, Capão do Turco, Capão do Rachão, Capão do Meio, Capão do Boqueirão, Capão do Cipó, Capão do pinhal, Capão da Freguesia, Capão da Roça, Capão das Cascas, Capão Piquenique, e muitos outros, Capão da Lagoa, Capão da Raposa, Capão da Tapera, e ainda Capão do Tigre (BAUER, 2002, p. 40).

Esses capões eram, em alguns casos, o único refúgio dos animais nos meses mais frios, em uma época onde os fazendeiros palmenses entendiam que, à exceção do uso do fogo nas pastagens, não era necessário manejar os campos. “No final do mês de agosto, quando se aproximava a primavera, era costume os fazendeiros queimarem os campos a fim de limpá-los. Com essas ações, obtinha-se uma brotação mais rápida e vigorosa, formando uma pastagem mais uniforme – o “verde” como era conhecido” (BAUER, 2017, p. 64).

Embora fosse uma prática corriqueira, as queimadas indiscriminadas e sucessivas poderiam também trazer danos, como os apontados por Dean (1996):

A queimada, além do mais, elimina nitrogênio e as bactérias que participam de sua fixação do solo essencial à nutrição animal. O pasto degradado então se enche de filicíneas, como o capim sapé, cujo o nome era o termo tupi para tição, e com o barba-de-bode, outra gramínea sem valor nutritivo que expele defensivos químicos contra plantas concorrentes, em que, ironicamente, serve de hábitat. Pior ainda é a invasão do pasto por incontáveis plantas venenosas que o gado, normalmente cauteloso, comerá quando esfomeado. Quando a capacidade de suporte dos pastos declinava, os animais levavam mais tempo para chegar à maturidade. Os boiadeiros, ao escolherem os animais maiores para matar, exerciam uma pressão seletiva negativa, de sorte que as raças tendiam a degenerar (DEAN, 1996, p. 129-130).

Outra razão da queima dos campos é que, junto com o capim seco, destruíam-se a maioria das plantas indesejáveis que se apresentavam nos campos, diminuindo sua capacidade de proliferação. Dessas plantas podemos citar a carqueja, samambaia, assa-peixe, caraguatá e outros.

Dean (1996), observa essa questão sobre os campos gramados e cerrados, apontando que:

O surgimento de gado em campos gramados e cerrados nativos foi um evento memorável em termos botânicos. Os primeiros observadores “contavam maravilhas” sobre os pastos – como luxuriante o crescimento do capim e como o gado engordava rapidamente com ele. Bastava, porém, uma geração ou duas de pastoreio por uma única espécie para transformar essas paisagens endêmicas. Sem ser tangido, o gado tendia a pastar demais no capim mais palatável, de sorte que os campos definhavam em plantas raquíticas, doentias (DEAN, 1996, p. 129).

Além da questão da pastagem, outro problema apontado em relação à pecuária era o manejo do rebanho. A ausência de estábulos para o abrigo nos meses frios e sucessivas cruzas

consanguíneas, eram também fatores que levaram a críticas sobre a situação dos animais. Como comenta Wachowicz (1985) sobre a situação dos Campos de Palmas em 1913:

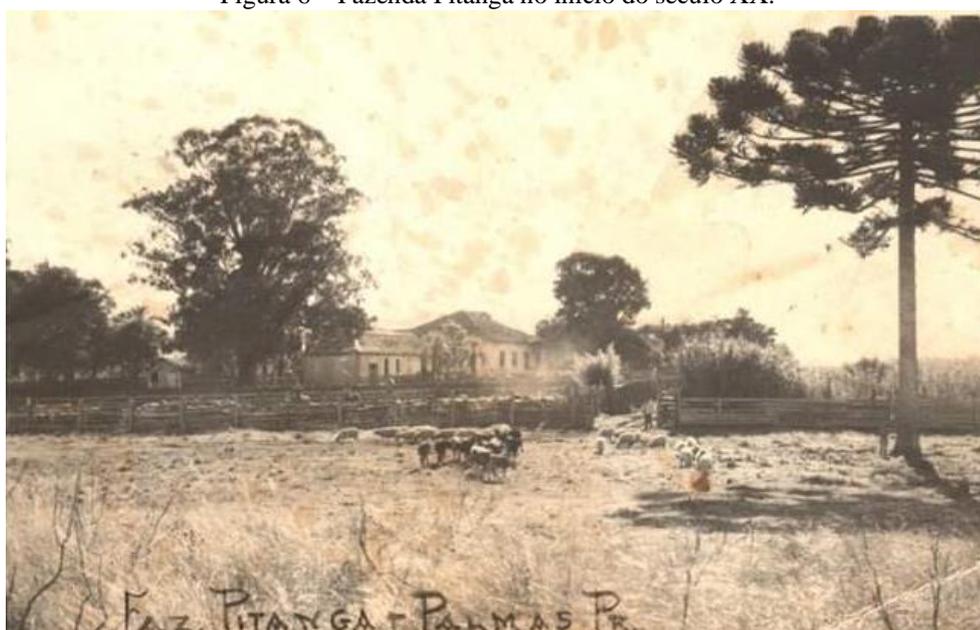
Por outro lado, o criatório dos fazendeiros não estava em melhor situação. Um agrônomo, analisando a pecuária palmense em 1913, concluía que os Campos de Palmas não havia gado que prestasse, pela lastimável incúria dos criadores, chegando a afirmar que os Campos de Palmas estavam povoados de cadáveres ambulantes (WACHOWICZ, 1985, p. 67).

Se o gado bovino encontrava-se nas áreas de campos, eram nos capões e nas florestas que circulavam os porcos, criados pelos pecuaristas ou sitiantes independentes das florestas. A esse respeito comenta Bauer (2017):

Já o assunto que me proponho a retratar aqui, é a criação de suínos soltos. Soltos de verdade, livres pelos campos e capões, com muita pouca interferência dos danos. As marcas, não eram usadas em equinos e cada fazendeiro fazia seu sinal diferente uns dos outros e todos, principalmente vizinhos, sabiam identificá-los perfeitamente. Com essa prática se evitava a multiplicidade de sinais e a confusão entre os criadores. Havia aqueles que desrespeitavam tais princípios, mas como se sabe onde existem pessoas também existem as exceções (BAUER, 2017, p. 75).

Essa paisagem dominada pela criação de bovinos nos campos, pode ser visualizada, por exemplo, na imagem da Figura 6, que retrata a fazenda Pitanga de Pedro Siqueira Cortes, já no início do século XX. Uma paisagem totalmente ligada à vida campeira, com as cercas para internada, o rebanho e a residência ao fundo.

Figura 6 – Fazenda Pitanga no início do século XX.



Fonte: Facebook. Palmas – Histórias que vivi (2019).

Alguns desses elementos, como as cercas de madeira, se utilizando dos recursos locais para a fabricação, bem como o uso das taipas, serão, aos poucos modificadas com a chegada do arame farpado. Mesmo a divisão das propriedades, antes realizadas com marcas em árvores, rios ou alguma elevação, passam a se tornar mais precisas:

Nas fazendas primitivas nem sempre correspondiam suas divisas. Só mais tarde, com as divisões hereditárias e o aparecimento de aparelhos mais precisos para medição das áreas é que se conseguiu medir com precisão as fazendas, mais o uso do arame farpado, para cercá-las. Algumas apresentaram excessos grandes, enquanto outras tiveram suas áreas diminuídas, podendo dessa maneira, com medidas precisas acertar suas divisas definitivamente (BAUER, 2017, p. 25).

Há relatos interessantes que podem ser percebidos na forma de escrever de alguns autores, envolvendo o discurso do pecuarista, quando Bauer (2017) diz que “Os fazendeiros sempre acreditaram na pecuária para essa região” (BAUER, 2017, p. 56). Além disso, “os primeiros observadores ‘contavam maravilhas’ sobre os pastos – como era luxuriante o crescimento do capim e como a gado engordava rapidamente com ele”. E, por fim, que “os campos de Palmas de Cima são considerados como sendo os melhores e mais belos do Brasil, mesmo competindo com os afamados campos da fronteira do Rio Grande do Sul” (BAUER, 2017, p. 65).

Partindo do viés da História Econômica, Mendes (1989) analisada seguinte forma a estrutura das fazendas:

A sociedade palmense se estrutura por meio das fazendas e sua organização está alicerçada no dono de sua fazenda, seus empregados, agregados e ainda escravos. Sob o aspecto da economia, desde a fundação em 1830, as primeiras duas décadas do século XX, e da inserção de novas raças de gado, que irão compor a paisagem dos Campos de Palmas (MENDES, 1989, p. 39).

Nazaro (2000), autora palmense, também faz alusão ao desenvolvimento do criatório:

No ramo da pecuária, a espécie bovina era a criação explorada em larga escala, constituída em sua maioria pela raça comum. Mas encontrava-se já uma pequena porcentagem de mestiços Caracus e também algumas raças finas: Dhuram, Holandez. Existia, porém, uma preferência pela raça Zebu, cruzada com raça velha comum, devido à precocidade do produto e sua resistência às moléstias. A criação bovina foi criada com fins mistos: corte e leite, aproveitando seus diversos subprodutos: o couro e a crina. Quanto à espécie equina, era explorada em menor escala. Em geral, cada fazendeiro resumia sua criação cavalariça ao estritamente necessário para o custeio da fazenda. Alguns fazendeiros importavam reprodutores de puro sangue, sendo a preferência o inglês. Na espécie asinina a criação foi

relativamente pequena e também tinha como objetivo o custeio de cada propriedade. A produção melhorava na medida em que introduziam reprodutores de puro sangue de raças Italianas e Espanholas (NAZARO, 2000, p. 29).

Nesse contexto, a criação de gado e a fazenda são elementos característicos do espaço e paisagem, essencialmente no final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX. Como apontam Silva, Brandt e Carvalho (2017) a respeito da pecuária nos campos do planalto:

O usufruto dos campos, tendo a pecuária como a principal atividade, permaneceu nos dois séculos seguintes, sendo utilizada pelos seus moradores sem grandes transformações em seu principal aspecto fisionômico, ou seja, extensas áreas de campos com eventuais capões e a mata de galeria. A existência de extensas fazendas pastoris com baixa densidade demográfica era a principal característica da região, modelando a paisagem campestre do Planalto (SILVA, BRANDT e CARVALHO, 2017, p. 275).

Nessa paisagem dominada pela pecuária, a agricultura era uma atividade secundária. Nas fazendas eram cultivados feijão, milho, abóbora, batata e batata-doce, além de algumas variedades de frutas, muitas delas para o consumo próprio. Nazaro (2000), menciona que “no início da década de 1920, as hortaliças e frutas já eram cultivadas, mas ainda, de forma comercial tímida, pois eram utilizadas para consumo próprio das fazendas, e vendida em pequena escala no mercado público”. Além disso,

As plantações de hortaliças eram feitas em pequena escala. A fruticultura consta de macieiras, pereiras, pessegueiros, ameixeiras, marmeleiras, videiras, etc., cultivadas para consumo local. O trigo, o centeio, a aveia e a cevada eram plantadas em lugares mais elevados do município. A alfafa, o milho, o feijão e o fumo eram cultivados nas matas virgens, com resultados satisfatórios (NAZARO, 2000, p. 33).

Dessa forma, a agricultura nos campos de Palmas surgirá, de fato, somente na segunda metade do século XX, com o advento de novas tecnologias para o plantio e colheita, encontrando, na segunda geração de fazendeiros, uma abertura maior para essa possibilidade. A causa disso é que os fazendeiros antigos eram resistentes à agricultura, pois acreditavam que os campos não podiam ser cultivados. Acrescenta-se a isso, o fato de o pecuarista considerar a agricultura uma atividade inferior se comparada à criação. Posteriormente, essa ideia foi contemplada de outra forma, “já que os fazendeiros quando eram interpelados pelo atraso em que se encontravam Palmas, sobretudo pela situação da agricultura, respondiam que os campos de Palmas carecem de fertilidade e o caboclo não presta à lida da agricultura” (WACHOWICZ, 1985, p. 66).

### 3.3. TROPEIROS E IMIGRANTES EM PALMAS E SUA RELAÇÃO COM A MODIFICAÇÃO DA PAISAGEM

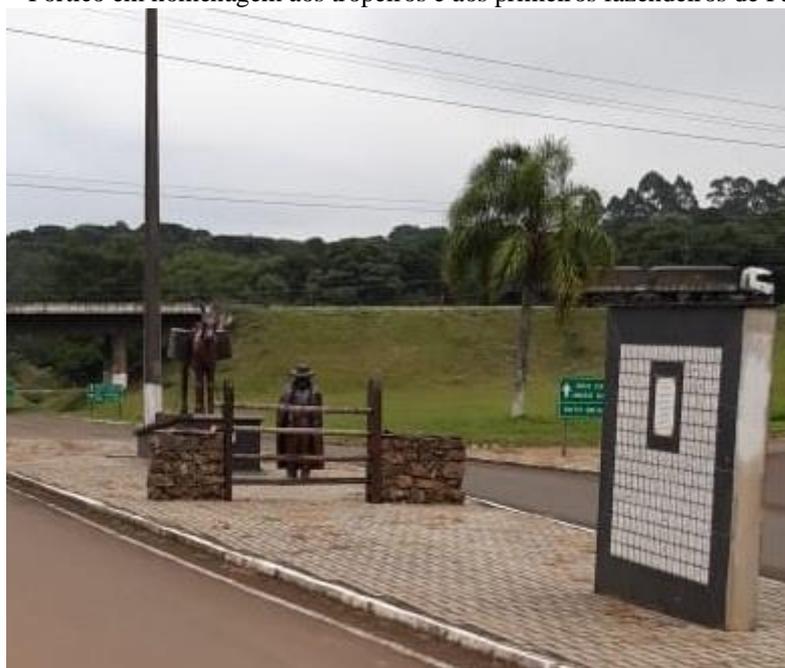
O século XVIII foi marcado pela presença dos tropeiros, homens que levavam o boi a pé para a região aurífera de Minas Gerais e traziam outros produtos, tanto para São Paulo quanto para o Sul do país. Utilizavam-se de mulas e cavalos, passando por picadas, caminhos deixados pelos nativos, bem como, caminhos alternativos criados também por eles, para eles.

Esses caminhos criados pelos nativos e pelos tropeiros contribuíram, com suas passagens, na formação de novas vilas, pois se formava uma nova cultura e modo de viver, o qual foi se passando de geração em geração.

Em Palmas, traziam sal e junto traziam seus cargueiros cheios para vender ou trocar, como o charque de gado, couros secos, toucinho salgado, carne enfumaçada e queijos. Também levavam da cidade uma reserva de animais soltos, caso algum viesse a morrer pelo caminho (BAUER, 2002, p. 60).

No município de Palmas, a figura do tropeiro é relembrada através de um pórtico construído em 2013, pela prefeitura municipal, depois de um projeto do senhor Diego Funari, refazendo o caminho das Tropas que aqui passavam. Posteriormente, houve o lançamento do livro “Palmas nas vivências de um Campeiro”, escrito por Celso Antônio Bauer, demonstrando a ligação histórica entre o município e a presença dos tropeiros. Assim, ao se chegar à PRT 280, trevo Codepar, próximo ao IFPR, o visitante logo vê na paisagem o pórtico em homenagem aos tropeiros, bem como, a relação das marcas feitas no gado pelos primeiros fazendeiros e um mapa demonstrando os caminhos feitos pelos tropeiros em sua passagem pelo município. Essa figura permite aos palmenses relembrar, através de seus símbolos, a história de um tempo configurado pela importância em que as fazendas, o gado e os tropeiros envolvidos em campos, florestas e caminhos, representavam a ação humana no ecossistema do município no século XIX. Essa representação pode ser notada através da figura 7.

Figura 7 – Pórtico em homenagem aos tropeiros e aos primeiros fazendeiros de Palmas/PR.



Fonte: Acervo da autora (2019).

A relação de símbolos concretiza um tempo e uma identidade. Arruda (2013), analisa “através dos conceitos que se apropria chamando-os de cronotopos (Tempo-espço) e semióforos (Objetos que podem não ter utilidade física mais representam o invisível)” (ARRUDA, 2013, p. 5-7). Nesse caso, esses símbolos para o município são a representação de um tempo em que os fazendeiros movimentavam a economia e a política, através de seus latifúndios. Bem como, a forma com que os tropeiros vêm a incrementar essa economia, desde que se prevalecia à vontade dos detentores de terras, pois nada poderia ser realizado sem o aval dos fazendeiros que possuíam uma grande ligação política com a capital. Conforme explica Straube (2006), em sua dissertação de mestrado, sob o tema *O Caminho Tropeiro de Palmas-União da Vitória como Elemento do Desenvolvimento Regional de 1850 até a Atualidade*:

A partir do início do século XVIII, abre-se no Sul do Brasil um sistema de caminhos interligando as pastagens dos Pampas do Rio Grande do Sul com o que hoje é o Estado de São Paulo. As duas colunas principais deste sistema eram a Estrada de Viamão e o Caminho das Missões. Neste segundo, os Campos de Palmas eram incorporados no sistema da economia regional. Durante o século XVIII e XIX, o sal necessário para a alimentação do gado e demais provimentos que chegavam a Palmas seguiam o trecho Antonina-Palmas via Curitiba, e o gado perfazia igualmente o mesmo caminho. Procurando um trajeto mais econômico, fazendeiros de Palmas estabeleceram, em 1842, um atalho para ligar os Campos de Palmas com os Campos de Curitiba. Depois de ter descoberto um Vau que atravessa o Rio Iguazu, formaram um trajeto que encurtou o percurso em 28 léguas, ou seja, aproximadamente 168 km. O volume de tropeiros e viajantes foi tão grande, que não tardou a surgir nas proximidades do Vau um pequeno vilarejo conhecido como Porto da União, tornando-se o núcleo de duas cidades gêmeas, Porto União e União da

Vitória. A utilização deste lugar como trecho de passagem transformou a geografia da região conferindo nova realidade social ao seu espaço. Ao longo do “Caminho das Tropas de Palmas” surgem novos grupos de atores até então invisíveis na produção do espaço regional (STRAUBE, 2006, p. 34).

Wachowicz (1985) elenca outros aspectos que, relacionados aos tropeiros e aos fazendeiros palmenses, evidencia a distância sobre a qual ficou estabelecido o núcleo urbano, pois onde os tropeiros passavam, inviabilizava-se o lucro do fazendeiro:

A nova rota começou rapidamente a atrair os tropeiros, que conduziam gado bovino e muar, da região das missões do Rio Grande à feira Paulista de Sorocaba, via Guarapuava. O trecho Guarapuava – Goio-En, passou a ser conhecido como estrada das missões. Acontece, porém, que para encurtar o trajeto em direção a Guarapuava, a estrada das Missões teve que desviar a localidade de Palmas cerca de 37 quilômetros em direção à ponte, ficando a nova povoação fora do trajeto. Os negociantes e tropeiros, que necessariamente entravam em Palmas para descanso e abastecimento, acrescentavam mais de 70 quilômetros no seu percurso. Esta situação começou a gerar protestos fundamentados, visando transferir a referida povoação para um ponto vantajoso. A mudança da sede seria mais interessante para os tropeiros e para o pequeno comércio da nascente Vila (WACHOWICZ, 1985, p. 53).

Dessa forma, mesmo com a aprovação da Lei Provincial n. 22, de 28 de fevereiro de 1885, determinando a transferência da vila, os fazendeiros de Palmas desobedeceram a ordem. Um dos motivos foi pela questão do ambiente, pois Palmas já estava com seu núcleo urbano em formação, e a floresta próxima deixava de ser um problema, tornando-se uma solução na questão do fornecimento de madeira e lenha. Diante disso, sem esse elemento, as famílias não teriam como suportar a necessidade de lenha para o aquecimento nos tempos de frio da população. Outro motivo se refere ao fato de que esse local já possuía gado no pasto e acesso à água. Esses seriam os motivos pelos quais os fazendeiros se negaram a essa mudança.

A respeito dessa circunstância, outra solução foi idealizada no intuito de manter o comércio das tropas, criando um local próximo à Estrada das Missões, um local de passagem, descanso e engorda do gado e mais próximo a estrada das missões. Diante disso, surge “em 1884 a Freguesia Bela Vista de Palmas, que mais tarde vai se tornar o município de Clevelândia, Paraná” (WACHOWICZ, 1985, p. 57).

Antes dessa decisão, pode-se perceber, através do documento que se segue, o quanto durou este anseio por essa decisão. Dez anos antes, esse objetivo já vinha sendo debatido sobre a busca do local mais próximo à estrada das Missões, primeiramente chamada de Boa Vista e depois, Bela Vista, conforme o documento descreve:

Parte dos povos daquele lugar, cansados de esperar execução da lei, por meio de uma contribuição compraram uma parte de matos e campos no Chopim, no lugar denominado Boa Vista, onde marcaram o lugar para uma povoação junto a estrada das Missões, no qual já existem alguns moradores, cuja localidade, com quanto a Câmara julgou melhor do que a antiga capela curada, não deve contudo ser preferível do Chapecó, pois que no seu entender, pelas muitas proporções que oferece esta localidade é onde no entender da Câmara deve ser colocada a nova freguesia... (OFÍCIOS, 1870 *apud* MENDES, 1989, p. 111).

Nesse movimento, envolve-se a compreensão de que o caminho aberto fixa mais pessoas no espaço, tanto pelas tropas, quanto pelo trabalho nas fazendas, gerando a consequência do incremento da economia e intensificação da economia pecuarista.

Sobre o aspecto da população, o IBGE aponta 3.028 pessoas habitando o município em 1872, conforme tabela 1.

Tabela 1 – População livre de Palmas, segundo o censo de 1872.

|          | Branco | Pardo | Preto | Caboclo |
|----------|--------|-------|-------|---------|
| Homens   | 806    | 316   | 92    | 398     |
| Mulheres | 765    | 29    | 64    | 288     |
| Total    | 1571   | 615   | 156   | 686     |

Fonte: IBGE: Recenseamento do Brasil em 1872.

É nesse cenário, na segunda metade do século XIX, que a sociedade palmense se forma, sendo constituída por luso-brasileiros, indígenas, ex-escravos, negros livres e caboclos. Posteriormente, por influência do caminho das tropas, mais pessoas iam se instalando pelo caminho das missões, além de cidadãos vindos do Rio Grande Sul, Santa Catarina e de outros locais do próprio estado do Paraná. Todas essas pessoas começam a incrementar a imigração em Palmas, assim como migrantes de outros estados, ainda que em quantidade pequena, tais como: Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Ceará, Goiás e Pará. Além destes, também havia fluxos migratórios partindo de outros países e continentes, como da Itália, Alemanha, Inglaterra, Arábia, Londres, Argentina, Uruguai e África” (MENDES, 1980, p. 137). Configura-se, dessa forma, o início de poucas, mas importantes mudanças econômicas e sociais.

Mendes (1989) demonstra o quadro a partir de fontes da Cúria Diocesana de Palmas, identificando o quadro de procedência da população no período de 1850 a 1890, como pode ser observado nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 – Procedência da população de Palmas por província de 1850 a 1890.

| <b>Local</b>        | <b>Quantidade</b> |
|---------------------|-------------------|
| Paraná              | 2,289             |
| Rio Grande do Sul   | 362               |
| Santa Catarina      | 137               |
| São Paulo           | 105               |
| Rio de Janeiro      | 07                |
| Minas Gerais        | 06                |
| Mato Grosso         | 02                |
| Rio Grande do Norte | 05                |
| Ceará               | 10                |
| Goiás               | 02                |
| Pará                | 01                |
| Piauí               | 05                |
| Pernambuco          | 04                |
| Bahia               | 08                |
| Paraíba             | 06                |

Fonte: MENDES (1989, p. 139).

Tabela 3 – Povos oriundos de outros países em Palmas, de 1850 a 1890.

| <b>País</b> | <b>Quantidade</b> |
|-------------|-------------------|
| Polônia     | 81                |
| Itália      | 18                |
| Inglaterra  | 01                |
| Arábia      | 04                |
| Alemanha    | 28                |
| Argentina   | 06                |
| Paraguai    | 10                |
| Uruguai     | 9                 |
| França      | 05                |
| Áustria     | 05                |
| Suécia      | 02                |
| Espanha     | 01                |
| África      | 06                |

Fonte: MENDES (1989).

Outra questão importante sobre os imigrantes no município, se refere ao pensamento político local, cuja ênfase para o desenvolvimento estava associada à figura do colono europeu, de origem alemã ou italiana e não ao morador local. Isso pode ser notado em um documento, encontrado no arquivo público de Palmas, entre os anos de 1879 a 1894, solicitando um lugar no Rocio, para formar um núcleo de imigrantes alemães, conforme cita o documento:

Que se faça uma colônia de alemães, hoje brasileiros, ou estrangeiros no rocio desta vila sendo para quarenta casais, não pagando foro no prazo de seis anos e dessa data pagarão foro até perfazer quatorze anos findos os quais seja estado título de propriedade obrigando-se a intendência a dar medidos os lotes num lugar apropriado e unidos, ficando o presidente da intendência autorizado a nomear uma comissão de dois homens de acordo com dois estrangeiros dos quais representarão seus compatriotas escolhendo o lugar para a colônia, sendo as despesas de medição à

custa da municipalidade, os que quiserem ser colonos apresentarão seus requerimentos ao presidente da intendência (PARANÁ, 1882, p. 94).

Em um dos relatórios enviados ao governo do Paraná, pelo engenheiro Candido Ferreira de Abreu (1892), também apontava essa dificuldade em instalar colônias com imigrantes, não somente no município, mas no estado:

Colocava a grande dificuldade em formar colônias de povoamento, integrando imigrantes no espaço paranaense. Queixava-se do fato de não poder cumprir a lei 528 de 28 de junho de 1892. Pois, se nem o ministério da agricultura, conseguia, e passava a pauta para o Congresso Nacional, ele sem apoio do governador, não possuía poderes (PARANÁ, 1892, p. 8).

Podemos analisar o anseio do engenheiro, através da resposta enviada ao governo, através da hipótese de se implantar uma colônia russo-alemã em Palmas, no final do século XIX, após acordos dados pelos membros da comissão e apresentados pelo agrimensor Rodolpho Wollff:

Não existe neste rocio, lugar suficiente de um complexo junto de 240 alqueires de terra cultivável a fim de estabelecer uma colônia estrangeira de 40 lotes... esta projetada colônia deve ter 3 ou 4 núcleos nos diferentes lugares, conforme a terra própria para a agricultura.... Temos tido já um exemplo instrutivo neste Estado na ocasião do projeto de mau êxito, na colonização do russos-alemães, em que foram ignorados os meios da subsistência nos primeiros anos das famílias coloniais... resume o meu conselho neste sentido que é melhor colonizar em diferentes lugares... (PALMAS, 1882-94, p. 132).

Assim, deixar os ex-escravos e o grupo negro, já instalado no Rocio, e estando ambientados aos costumes dos fazendeiros, era mais viável do que colocar imigrantes. Aliás, os fazendeiros desse período possuíam a crença na impossibilidade de cultivo viável nos campos. Dessa forma, o governo continuava na busca de colonos para ajudar no povoamento de regiões como Palmas, no que considerava uma tentativa de mudança de mentalidades.

O Brasil precisava de um novo tipo de colonos, pequenos proprietários livres, que cultivassem as beiras de mata com o auxílio das respectivas famílias e que não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação de gado (MENDES, 1989,p.34).

Contemplando essa ideia, os poloneses foram um grupo identificado como de maior influência no final do século XIX, no município, como forma de inserção da agricultura no local. “Entretanto, ocorreu ao contrário, pois, os poloneses, vão se inserir no comércio e como carroceiros a partir do século XX” (NAZARO, 2000, p. 33).

Outro grupo que passou a compor a população palmense, envolvendo sua cultura ao fazendeiro e seus trabalhadores no período, foram os sírio-libaneses, ligados também ao comércio e, como os primeiros poloneses, não ligados à agricultura:

Também nessa época começaram a aparecer os comerciantes Sírio-libaneses, que por muitos anos aqui estiveram com suas lojas de tecidos, miudezas, calçados, chapéus e armarinhos e depois de muitos anos e já ricos e com bons recursos financeiros retiraram-se. Indo morar em Curitiba, onde construíram prédios e abrigavam modernas lojas. Outros investiram no ramo da construção civil, como é o caso dos irmãos Muad que investiram em loteamentos e construções (BAUER, 2002, p. 255).

Chegando ao fim do século XIX, Palmas conta com uma paisagem marcada por fazendas inseridas nos Campos, e manchas florestais gradativamente derrubadas para dar espaço ao gado. Florestas essas que eram utilizadas como madeira na construção das casas, e usos nas lides pastoris, como na construção de galpões e cercas, mobília e como lenha, na proteção contra o frio.

A paisagem do final do século XIX, entrada para o XX, é marcada pelo movimento do gado e pela criação de porcos à solta, alimentando-se do pinhão caído ao chão, à vontade. As pequenas lavouras de subsistência, a extração de erva-mate nos vales de rios como o Iguaçu e as tropas que circulavam pelos Caminhos das Missões, com seu novo local de descanso, também são marcas desse período. Ainda, um núcleo urbano pequeno, sobre o qual os fazendeiros apareciam nas festas religiosas, ou para registrar documentos e comprar cargueiros cheios de alimentos que vinham principalmente de locais mais quentes, como a chamada Costa do Iguaçu, a qual, mais tarde, seria chamada de Coronel Domingos Soares. Alguns anos mais tarde outra atividade seria acrescentada, à medida que novas vias de comunicação, como a ferrovia (que também contribuiu para o declínio do tropeirismo) e novas estradas, passam a se fazer presentes: seria a exploração da madeira, sobretudo das araucárias, localizada nos campos e florestas.

## 4 ENTRE CAMPOS, FLORESTAS E SERRARIAS

Neste terceiro capítulo, abordaremos as transformações na paisagem de Palmas no início do século XX, a partir da inserção das serrarias na região. Concomitante a esse processo, destacaremos também como a abertura de novas vias de comunicação, como estradas e ferrovia São Paulo – Rio Grande, promovendo fluidez no transporte e assim foram importantes para a instalação das empresas e o escoamento da produção madeireira no município. Em seguida, analisaremos a questão referente as mudanças no espaço urbano e rural advindos do desenvolvimento e posteriormente do declínio das atividades ligadas a esse setor. Tais discussões são norteadas através de fontes documentais como ofícios, alvarás, boletins históricos, mapas, relatórios do governo e averbações de terras. Também, foi feito uso das fotografias como forma de visualização e como fonte histórica em relação as modificações na paisagem.

### 4.1 PALMAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX: TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

O Brasil no início do século XX estava em uma transição política e ideológica, causada pela supressão do regime monárquico em convergência para um governo Republicano. No aspecto econômico, o Brasil engatinhava em sua indústria manufatureira e buscava mercados consumidores da matéria-prima do país (OLIVEIRA, 2001, p. 21). Nesse contexto, a Floresta Ombrófila Mista e os Campos despontavam como potenciais recursos naturais a serem explorados, como explica Dean (1996):

A região da Mata Atlântica na primeira metade do século XX continua a experimentar um rápido crescimento da população humana, e isso continuou a ser a principal causa da acelerada destruição florestal. A “Grandiosa frente de assalto a florestas primitivas” a cada ano ganhava centenas de milhares de recrutas. Entre 1900 e 1950, a população do Sudoeste, inclusive a região de floresta latifoliada do Paraná, cresceu cerca de 7 milhões para 22 milhões (DEAN, 1996, p. 254).

Em Palmas, o início do século XX, ainda possuía uma economia marcada pela pecuária, com poucas transformações na paisagem florestal. O que se nota, é a ampliação do comércio pelos imigrantes. Embora o município não tenha passado pelo processo de integrar suas terras por um projeto de colonização, como acontecia nas regiões próximas à capital, esses começam a chegar a um número significativo, vindo ocupar seu espaço no comércio e como prestadores de serviços. “As primeiras décadas do século XX foram de grande

dinamismo na formação brasileira, experimentando não apenas significativo crescimento econômico e demográfico, mas também uma complexibilização considerável na composição da população” (MORAES, 2008, p. 124).

Tal percepção pode ser visualizada através da Figura 08, apresentando uma parcela do núcleo urbano, em uma época onde a população encontrava-se em sua maioria ligada às lidas pastoris. A fotografia, datada de 1923, demonstra a região central, a Praça Marechal Bormann, atual Praça Bom Jesus, onde se fazia presente à igreja, símbolo cristão, construída com as madeiras da região, envolvendo o acabamento interno e na parte externa da estrutura com tijolos. Observando a mesma característica do fórum, ao lado. Já as casas, possuíam influências da arquitetura característica de povos alemães, ucranianos e poloneses. Esse tipo de construção europeia estava atrelada, também, ao favorecimento do aquecimento, pois dependendo do tipo de telhado, por exemplo, a neve ou a geada que se formava, derretia ou escoava com maior facilidade. As ocorrências de nevascas não eram raras no início do século XX. Momento o qual pode ser exemplificado pela fotografia, onde está a data da nevasca, no dia 12 de julho de 1923, onde a temperatura teria chegado na casa dos  $-10^{\circ}\text{C}$ .<sup>10</sup>

Figura 8 – Palmas, 1923, Praça Central.



Fonte: FacebookPalmas – Histórias que vivi (2019).

<sup>10</sup>CARVALHO JR., Ilton J. de. **A neve em Palmas/PR: Da reconstrução histórica a abordagem dinâmica.** Dissertação. Mestrado em Análise da Informação Espacial. Rio Claro, 2004. A pesquisa tem como foco de estudo o município de Palmas/PR, tem como objetivo realizar um levantamento histórico-documental contextualizado dos episódios de frio intenso e neve e avançar na compreensão da dinâmica atmosférica responsável pela ocorrência desses hidrômetros. Este trabalho adquire importância geográfica na medida em que a precipitação nível representa um fenômeno meteorológico de grande impacto no espaço geográfico.

Em relação à foto, ainda pode ser visualizada a igreja, com cercas. Já as casas ao redor, ainda com pátio aberto, momento ao qual o poder público, obriga a construção de cercas ou muros, feitos de ripas, madeira de cerne, com um metro e oitenta de altura. Essa lei foi oficializada na Câmara Municipal do Município em 4 nov. 1922, tendo como presidente da câmara, Paulo Araújo, ficando definidas essas disposições:

Art. 1º. Ficam os proprietários de terrenos no quadro urbano obrigados a fechar os mesmos no prazo de dois meses após a contar da lei.

Art. 2º. Nas ruas Barão de Capanema, Cel. João Gualberto ou praça Marechal Bormann, deverão os terrenos ser fechados com muros ou cercas de madeira de cerne, tendo a altura mínima de um metro e oitenta de altura.

Art. 3º. Nas demais ruas e praças as cercas, poderão ser de ripas lascadas, tendo a altura mínima de um metro e noventa centímetros (CÂMARA MUNICIPAL, 1922-1928).

No espaço rural, o panorama que se configura, são as fazendas, a limpeza da área para o gado pastar e, conforme mostra a Figura 09, a araucária ao fundo, sendo empurrada, seja pela ação do fogo, seja pelo corte feito no pinheiro para cair e apodrecer. Ou talvez por alguma pequena serraria, momento ao qual, esse tipo de indústria, mesmo que artesanal começa a surgir no município.

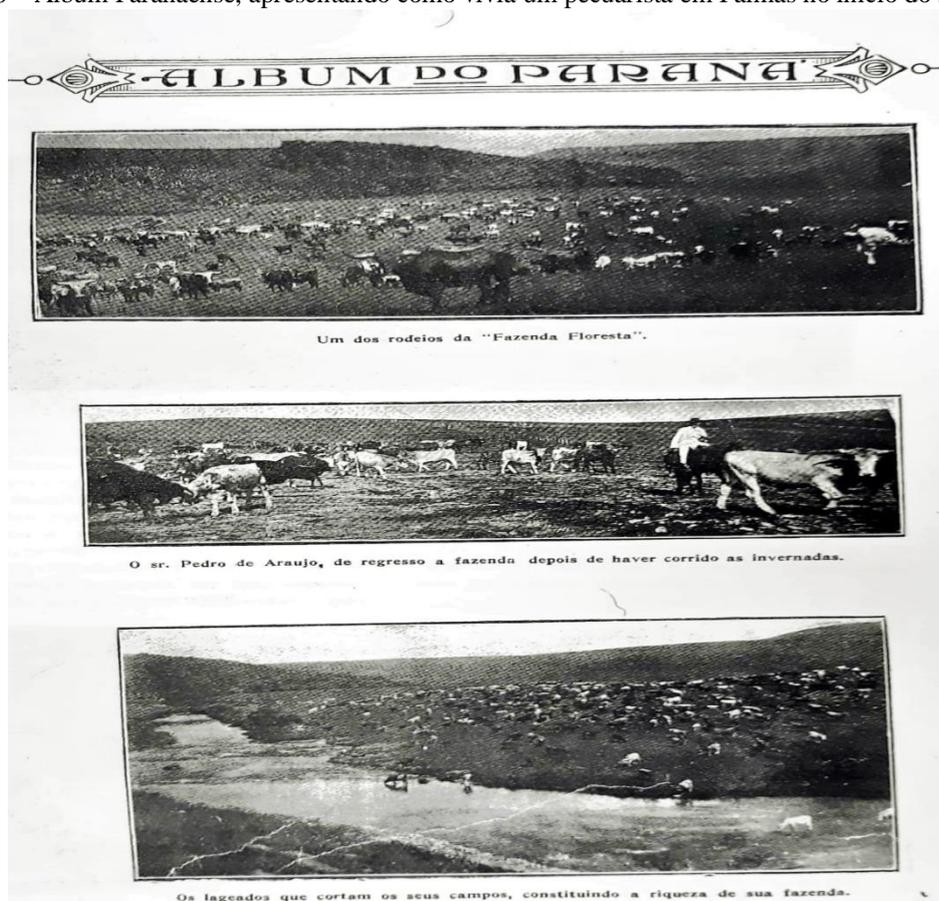
Figura 9 – Campos, araucária, gado e fazenda.



Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2019).

Também, no caso do município, a questão do pensamento pecuarista prevalece. Por conseguinte, a floresta torna-se um entrave para a criação de gado. Conforme imagens do *Álbum Paranaense*,<sup>11</sup> uma revista de cunho propagandista do Estado do Paraná, Palmas se mostrava um município voltado a vida campeira, caracterizada pela existência de muitos lajeados, extensos campos e pinheirais e a vida do fazendeiro centrada em sua fazenda de gado como sua maior fonte de riqueza, conforme é apontado na representação da figura 10:

Figura 10 – *Álbum Paranaense*, apresentando como vivia um pecuarista em Palmas no início do século XX.



Fonte: Biblioteca Santos Dumont, Palmas/PR. *Album Paranaense* (1920, p.25).

<sup>11</sup>De acordo com o seu editorial, o *Álbum do Paraná* – publicado entre 1919 e 1921 – tratava-se de uma revista de “propaganda do Estado do Paraná em todos os ramos da sua vida comercial, industrial e econômica. Questões sociais, informações, indicações úteis, etc.”. Apresentando-se no formato aproximado de 30x50cm, com algumas páginas coloridas, era dirigida por José Pedro Trindade e Rodrigo Júnior, tendo por redator Nascimento Júnior. A partir do número 14 (já em 1921), aparecem outros nomes como diretores: Ermelino de Leão, Pomphilo d’Assunção e Jeronymo Cabral P. do Amaral. Publicação de caráter celebrativo em relação aos homens de letras, os políticos locais e ao passado paranaense, reserva também algum espaço para o humor: umas poucas charges políticas assinadas por Herônio (Mário de Barros) e a presença eventual de um “álbum charadístico”. Apresenta vários exemplos de logotipos desenhados por Herônio para diferentes seções do *Álbum* (Indicador, Sports, Theatro). Há páginas coloridas com fotografias impressas em altíssima qualidade, fotografias em preto e branco, e ilustrações assinadas por Eloy (Alceu Chichorro). Como nas demais revistas e almanaques do período, o *Álbum do Paraná* conta ainda com a presença de anúncios e imagens ornamentais, a exemplo das flores estilizadas, margens adornadas e letras capitulares. Disponível em: <<http://www.revistascuritibanas.ufpr.br/ordemalfabetica.ph>> Acesso: 12 mar. 2019.

Corrêa (2012) analisa a conceituação de paisagem e aponta a percepção de Juan Manoel Gonzáles que “mostra como a ideologia interfere na própria relação dos homens com o meio ambiente, determinando uma forma de exploração da terra. A paisagem é expressão material de uma ideologia” (CORRÊA, 2012, p. 62). Já Adilson Miranda (1989) “insere além da questão cultural a questão econômica de predomínio rentável na época sendo a pecuária” (MIRANDA, 1989, p. 32). Nessa concepção ideológica, a grande importância era dada realmente ao criatório. Movimento que vai ser alterado por volta de 1911, quando ocorre a abertura de estradas carroçáveis, dando acesso a União da Vitória, sendo ponto de um trecho navegável, além de entroncamento ferroviário, ligando a Curitiba. Ampliando significativamente o fluxo de mercadorias e a comercialização da erva mate. Aspectos identificados por Bauer (2002):

Foi somente a partir de 1911, data em que a primeira estrada de rodagem chegou à Palmas, que iniciou o transporte de mercadorias em carroças, de União Da Vitória a Palmas e vice-versa o que antes era feita em tropas de cargueiros, pois só havia caminhos e trilhas que davam passagem com muito sacrifício, porque em certos lugares formavam-se atoleiros quase intransponíveis como, por exemplo, na Serra do avestruz, Serra do sabão e também Passo do Inferno, lugares por onde os tropeiros eram obrigados a passar por não haver alternativa. A lotação de carga de uma carroça depende da grossura do eixo, que variava do número 34 ao 50 ou 60; este último número é que mais peso suportava, podendo carregar de 100 a 120 arrobas, ou seja, 1200 a 1500 quilos no máximo (BAUER, 2002, p. 70).

Outra questão envolvendo a importância da estrada de ferro em relação à abertura da estrada de rodagem foi identificada no relatório do governador do Paraná, em demonstrativo na utilização do dinheiro público, exemplificando a questão: “Estrada de Ferro S. Paulo R. Grande: Itararé a União da Victoria até a estrada de rodagem para Palmas 519km. 912m” (PARANÁ, 1920, p. 52). Isso demonstra investimentos feitos na estrada de ferro, que por consequência vem a influenciar na abertura da estrada de rodagem a Palmas/PR.

Assim, a estrada de rodagem motiva a vinda do imigrante, como é o caso de Miguel Mikilta, “fundador do subúrbio palmense, hoje conhecido como bairro Lagoão, onde fundou uma indústria de couro e calçados” (NAZARO, 1999, p. 84).

Outro exemplo, sob a questão da estrada e o imigrante que aproveita para se desenvolver como prestador de serviços, refere-se a Luis Ilkiu, que fazia o transporte de produtos alimentícios, documentos e diversos objetos, como pode ser visualizada na foto da figura 11.

Figura 11 – Família de Luis Ilkiu, em 1928 – estrada Palmas-Pato Branco.



Fonte: Facebook, Palmas – Histórias que vivi (2019).

Nesse momento, a agricultura local se encontrava nas mesmas condições informadas pela relatoria da secretaria do estado dos negócios de agricultura-comércio e indústria do Paraná 1903, apresentado pelo Dr. Ernesto Luiz de Oliveira ao presidente do estado do Paraná, Dr. Carlos Cavalcante de Albuquerque:

Em relação à agricultura veio V. Ex. encontrar o Paraná quase no ponto em que o deixaram os nossos antepassados, fato este que o espírito de claridade de V. ex. prévio acentuando com brilho manifesto inaugural nestas palavras: “a produção atualmente é precisa e insipiente, tarda e ainda falta, demonstrando, progressos rotineiros e pouco eficazes”. Ainda estamos em pleno regime das roças, das derrubadas, das queimadas e das devastações. Nossos homens de hoje, como os 4 séculos atrás, embrenham-se nos matos com o machado e a enxada às costas. E diante deles toda a sua riqueza de flores, de óleos, de essências e de frutos (RELATÓRIO, 1903, p. 88).

O cenário, ao qual se segue na primeira metade do século XX, vinculado aos campos e florestas. A floresta, além de ser um empecilho para o gado, trazia animais “nocivos” para a vida humana, bem como, um dano para os animais no pasto. A caça torna-se, então, um meio para “eliminar” esse, que seria um “problema” do pecuarista. Visto que esta espécie de animal fazia parte do ecossistema e ali era seu habitat, o homem é que era o estranho ao espaço natural daquela paisagem. Entretanto, este não se configura o pensamento do período. Dessa forma, a ação de eliminar, transforma-se também em momento de lazer.

Momento que pode ser analisado, conforme ilustra a foto da figura 12: a caça de uma onça parda (*Puma concolor*). Transformando-se em um evento de poder sobre a natureza, ao qual se chamava um fotógrafo, organizando o cenário e o posicionamento do animal para o registro:

Figura 12 – Caçadore junto a uma onça parda 1940.



Fonte: Facebook. Palmas – Histórias que vivi (2019).

Além da pecuária, nas florestas ocorria também a extração de erva-mate e a extração da crina vegetal, obtida das folhas do butiá (*Butiaeriospatha*) sendo esta, indicada como um dos produtos exportáveis pelos municípios. Como aponta a revista *A Cidade e o Município de Palmas* (1926, p. 16): “o total da exportação deste município atinge uma média de 2.500 contos de réis, sendo representada por gado bovino, suíno, equino e muares, hervamate, couros, crina, lã e queijo”. No mesmo periódico, revela-se novamente a questão das estradas que cruzam o município:

O município é ligado com outros pontos do Estado por estradas de rodagem, que constituem o único meio de comunicação, sendo a principal a de União da Victoria, com 147,5 Km. Foi construída às expensas da União e inaugurada em 1908. A de Clevelândia tem 48 Km. E a de Mangueirinha 78 km, prosseguindo até a cidade de Guarapuava. E o município cortado por várias estradas vicinais, todas em bom estado de conservação (A CIDADE E O MUNICÍPIO DE PALMAS, 1926, p. 10).

Ou seja, a maioria do que se comercializava era vindo de fora, e a maioria do dinheiro que circulava era conseguida através de atividades extrativistas como erva-mate e a criação do gado. Esse cenário seria modificado por uma nova riqueza que acenava, não mais dos campos, mas da floresta.

#### 4.2.ASPECTOS DO SETOR MADEIREIRO NO PARANÁ

As transformações da paisagem do Estado do Paraná no final do século XIX e início do século XX, seguem o fulgor promovido pelo capitalismo financeiro, a era das exportações e o cientificismo que paira sobre a Europa e América do Norte. Em consequência, a Mata Atlântica no Paraná sofreu nesse período um grande impacto ambiental, a partir da expansão econômica de setores como o ervateiro, cafeeiro e madeireiro nas diferentes regiões. Expansão acelerada por inovações técnicas como a ferrovia, como Martins (1935, p. 33-34) apontou à época: “sendo o objetivo do governo, promover um lugar civilizado motivando a imigração europeia ao estado. Tudo isso, por intermédio das rápidas e eficientes estradas de ferro que viriam a compor a paisagem do Paraná”.

Conforme Costa (1981), “nesse contexto, de transformação das mentalidades e hierarquias sociais as relações com a natureza também foram profundamente afetadas. A procura por novas reservas de matérias primas acelerou a construção de ferrovias e canais” (COSTA, 1981, p. 45). Nesse sentido, o viés econômico em prol da “civilização” capitalista, configura-se em dominação e modificação da natureza, demonstrando o que era visto como “progresso”, na concepção histórica da época. Concretizado pelo desenvolvimento econômico, sendo a floresta e o ecossistema como um todo, apenas uma barreira a transpor e moldar de acordo com os projetos que engenheiros desenvolveriam de forma a concretizar o pensamento em voga na época.

Em sua obra sobre urbanização e industrialização no Paraná, Oliveira (2001) aponta o aspecto envolvendo a inserção da estrada de ferro em detrimento da floresta, sendo ela também, uma possibilidade de aceleração do desenvolvimento baseado em uma política econômica que via a floresta como um dos principais meios lucrativos da época:

Pela própria conformação de suas matas, o Paraná sempre contou, ao longo de sua história, com expressiva variedade de madeiras. Tanto na Mata Atlântica, com sua incrível variedade de espécimes, como na Mata de Araucárias encontravam-se praticamente todos os tipos de árvores conhecidas no Brasil, inclusive aquelas de alto valor econômico. A construção da Estrada da Graciosa e da ferrovia Curitiba – Paranaguá abriu novas possibilidades de exploração da madeira (OLIVEIRA, 2001, p. 30).

Outra questão que possibilitou o avanço da exploração madeireira, se insere nos pós Primeira Guerra Mundial, que promove uma série de mudanças no comércio madeireiro mundial. O Brasil visualiza nesse contexto, um mercado em expansão, buscando no pinheiro e na imbuia o fortalecimento da economia. Questão observada por Carvalho e Nodari (2010), ao analisarem a origem da indústria madeireira no médio Iguazu:

Até o final da década de 1910, quando se nota um crescimento notável da exploração madeireira em várias regiões da floresta de araucária no Sul do Brasil, motivada em parte pela conjuntura econômica da I Guerra Mundial, a indústria madeireira na região parece estar ainda bastante limitada, com um raio de atuação tímido ante os extensos pinhais que existiam no município até as primeiras décadas do século XX (CARVALHO e NODARI, 2010, p. 73).

Outro exemplo ainda contextualizado no aspecto que envolve o fator econômico em relação à floresta, apresentado pelo deputado Dr. João Moreira Garcez em 1929 na conferência realizada no “Centro Paranaense”, no Rio de Janeiro, em 5 de setembro do mesmo ano, relaciona os portos, a estrada de ferro e o desenvolvimento econômico atrelado à exploração madeireira. “Mas além desses formidáveis pinheirais, também enriquecem em prodigiosa região várias madeiras de lei, notadamente a imbuia, cedro, jacarandá, ipê, peroba e outras preciosas essências que atualmente já estão sendo colocadas, com grande aceitação, nos mercados platinos” (GARCEZ, 1929, p. 166).

O discurso aponta em direção ao progresso econômico trazido pela floresta. Tal ideia foi defendida por este deputado, através dos números em evolução da exportação madeireira, relacionando os períodos de 1900 e 1928, apontando para o aumento significativo no valor da madeira, principalmente entre os anos de 1914 a 1928, conforme a tabela 4 apresenta:

Tabela 4 – Valor oficial da madeira exportada pelo Estado do Paraná.

| <b>Período de 1900 a 1928</b> |                |
|-------------------------------|----------------|
| <b>Anos</b>                   | <b>Valores</b> |
| 1900-1901                     | 359:714\$000   |
| 1901-1902                     | 486:621\$000   |
| 1902-1903                     | 514:941\$000   |
| 1903-1904                     | 664:177\$145   |
| 1904-1905                     | 673:926\$000   |
| 1905-1906                     | 669:947\$830   |
| 1906-1907                     | 946:577\$031   |
| 1907-1908                     | 1.115:390\$534 |
| 1908-1909                     | 1.073:498\$836 |
| 1909-1910                     | 2.557:139\$930 |
| 1910-1911                     | 1.223:068\$096 |
| 1911-1912                     | 1.381:901\$450 |
| 1912-1913                     | 2.099:180\$187 |
| 1913-1914                     | 2.169:616\$950 |
| 1914-1915                     | 7.257:421\$250 |

|           |                 |
|-----------|-----------------|
| 1915-1916 | 4.455:880\$907  |
| 1916-1917 | 5.512:747\$344  |
| 1917-1918 | 10.945:395\$850 |
| 1918-1919 | 11.991:500\$000 |
| 1919-1920 | 12.352:516\$700 |
| 1920-1921 | 9.356:030\$000  |
| 1921-1922 | 11.259:415\$100 |
| 1922-1923 | 15.040:644\$000 |
| 1923-1924 | 20.020:409\$410 |
| 1924-1925 | 18.273:189\$960 |
| 1925-1926 | 14.976:883\$000 |
| 1926-1927 | 16.930:000\$000 |
| 1927-1928 |                 |

---

Fonte: Paraná (2019).

Prado Júnior (2004) relaciona essa evolução das exportações, também ao contexto do pós-Primeira Guerra Mundial, promovendo um grande aquecimento da economia do Brasil devido à guerra:

A grande Guerra de 1914 -18 dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes, que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira. No primeiro grande censo posterior à guerra, realizado em 1920, os estabelecimentos industriais arrolados, somarão 13.336, com 1815.156 contos de capital e 275.512 operários. Desde 1915-19, o que revela claramente a influência da guerra (PRADO JR., 2004, p. 261).

As estradas de ferro e os melhoramentos nas estradas de rodagem, colaboraram para o estabelecimento de serrarias em áreas cada vez mais distantes no Estado, até então centradas nas proximidades de Curitiba. Como ressalta Machado (2004, p. 72):

[...] a ferrovia e os estímulos do governo tornaram a produção de pinho viável na concorrência com os pinheiros norte-americanos e bálticos. Por muitos anos essas serrarias ficaram limitadas à região do primeiro planalto paranaense, na região de Curitiba, e o Brasil era um grande importador de madeira até a época da I Guerra Mundial (MACHADO, 2004, p. 72).

Lavalle (1974), também destaca a importância das ferrovias no desenvolvimento da indústria madeireira paranaense:

O advento da ferrovia, no Paraná, foi condição básica para a exploração das florestas do Estado. Por muito tempo, seria o transporte ferroviário o responsável pelo escoamento da produção madeireira paranaense, tanto da que se destinava aos portos marítimos, como a que tinha por finalidade suprir o mercado paulista (LAVALLE, 1974, p. 66).

O jornalista Tobias Monteiro, publicou no jornal *O Comércio*, em 1903, uma reportagem elogiando a estrada de ferro Curitiba a Paranaguá, enfatizando a vitória da engenharia em supressão da natureza:

Entre as árvores, os arbustos, as ervas, a porfia não era menor. Todos nasciam no fundo sombrio, muitos, porém, tinham herdado a seiva dos heróis da floresta; queriam medrar, subir, até erguer ao sol a copa triunfante. Até lá outros cansavam na luta e viam passar sobre a frente os galhos invasores; logo, os carecentes de apoio, aproveitavam a vitória dos fortes: os cipós enroscavam-se no caule das grandes plantas levando as vergôntes sinuosas ao contato da luz radiante. E enquanto, assim, tantos buscavam erguer-se às carícias do sol, as ervas rasteiras, receosas de crestar-se, abrigavam-se à sombra úmida da selva. Por fim, sobre a imensa superfície verde desabrochavam as flores e todas as cores do íris proclamavam a glória dos vencedores. Os picos descreviam nas azuis curvas caprichosas. À proporção que nos indicavam, mostravam-me o caminho, apontavam-me também os vales por contornar, as gargantas para transpor. Ao princípio não imaginava onde iria passar o trem conquistador, apesar da sua força. Tudo parecia dominado pela floresta, cavado de abismos, e as montanhas separadas por fendas tenebrosas. Apenas, de longe em longe, uns largos fitas de prata escorria dos cumes, levando ao fundo dos vales a frescura da serra (MARTINS, 1935, p. 78).

Assim era percebido o ecossistema, descrito em uma paisagem bela, e em contrapartida, necessitando ser modificada, para que a civilização rompesse a sociedade em “atraso”. Um exemplo da atuação dessas empresas, a partir da implementação das ferrovias, pode ser visto na atuação da *Southern Brasil Lumber and Colonization Company*, popularmente conhecida como Lumber, considerada a maior madeireira da América do Sul na primeira metade do século XX.

No atual planalto norte catarinense construiu uma serraria enorme para os padrões da década de 1910, empregando mais de 400 trabalhadores permanentes, com ferrovias privadas conectando os locais onde estavam às imensas toras com a fábrica, além de maquinário de última tecnologia, incluindo poderosos guinchos a vapor para puxar as árvores abatidas (CARVALHO, 2010, p. 29).

Em 1916 o agrônomo Vespertino M. de França (1916), escreveu no jornal *O Palmense* a conclusão de uma palestra sobre a madeira no Paraná, e apontou a influência da *Lumber* e a expressiva exploração madeireira se comparada a outras pequenas empresas que atuavam no mercado local: “nas florestas de araucária estabeleciam-se engenhos de serra, uns pequenos, e outros rústicos, outros grandes e aperfeiçoados e, como o de uma companhia Americana que tira diariamente 1.200 taboas” (FRANÇA, 1916, p. 3).

Machado (2004), aponta a relação entre a construção da ferrovia e a exploração madeireira por onde, legalmente, a concessão lhe atribuía:

Paralelamente às atividades da ferrovia, a sua subsidiária *Brazil Lumber* organizava um extenso processo de exploração madeireira:

– Araucária, Imbuia, Cedro e Jacarandá.

– Existentes em grande quantidade na região a partir dos terrenos marginais à estrada concedida pelo governo. A *Lumber* montou duas serrarias na região, a primeira em Calmom, estação da estrada de ferro às margens do rio do Peixe, e a maior em, em outra estação da estrada de ferro do ramal união – São Francisco, onde foi montada um verdadeiro complexo industrial, com quatrocentos empregados permanentes, em sua maioria imigrante europeus. Analisando as folhas de pagamento de 1912 da *Lumber*, verificamos que dentre os quatrocentos empregados permanentes 20% possuíam nomes luso-brasileiros; 50% nomes de origem polonesa ou ucraniana e 30% de origem alemã ou anglo-saxã. Além desses trabalhadores permanentes a *Lumber* empregava sobe empreitada grande número de caboclos, para corte e transporte de toras (MACHADO, 2004, p. 15).

Além da *Lumber*, mais tarde outras serrarias abertas por empresários oriundos do Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, passaram a explorar as reservas florestais da região:

O Almarico Tomazi nascido no Rio Grande do Sul veio para região de Porto União, onde com seus irmãos montaram diversas serrarias e nesse ramo madeireiro permaneceram por muitos anos, adquirindo capital para investir em compra de fazendas nos Campos de Palmas de Cima, o que foi feito em 1940 com a aquisição da Fazenda Santa Bárbara, coma intenção de criar e invernar (BAUER, 2002, p. 180).

Conforme apontam Brandt, Carvalho e Silva (2015) em relação ao Oeste Catarinense, é possível dizer que esse processo também avançou para a região de Palmas, vizinha aos municípios do Oeste:

Dezenas de grupos empresariais se formavam paralelamente a tendência do beneficiamento ou elaboração crescente dos produtos madeireiros. Enquanto a produção madeireira do passado se resumia praticamente a venda de toras inteiras, ou mais frequentemente tábuas, vigamentos e outras peças de madeira serrada, a partir de 1940, passam a se introduzir novos processos técnicos para elaboração de novos produtos madeireiros (BRANDT, CARVALHO e SILVA, 2015, p. 286).

Nazaro (2000), Bauer (2002) e Mendes (1998) indicam que os donos das primeiras serrarias em Palmas eram imigrantes, vindos do Rio Grande Sul e Santa Catarina, na maioria ligada ao município de Porto União e União da Vitória, caso que se relaciona à estrada de ferro, e influência da *Lumber* na exploração madeireira.

Carvalho e Nodari (2001), também apontam nesta direção de pensamento:

Ao lado da incipiente colonização europeia, a chegada da ferrovia São Paulo- Rio Grande ao Médio do Iguaçu promoveu uma série de mudanças sociais e ecológicas. Se a ferrovia Curitiba, construída em 1885, praticamente favoreceu o primeiro impulso na exploração econômica das florestas de Araucária no Sul do Brasil, a ferrovia São Paulo- Rio Grande intensificou enormemente esse processo, permitindo que amplas áreas do interior dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do

Sul fossem “abertos” para a colonização europeia e a exploração madeireira. Podemos ainda relacionar, a questão da ferrovia São Paulo Rio Grande e da mesma forma procurar melhores caminhos que pudesse facilitar o escoamento da produção (CARVALHO e NODARI, 2001, p. 66).

Nesse contexto, Silva, Brandt e Carvalho (2015) apontam o que segue:

Além da S.B. *Lumber and Colonization* (a maior madeireira da América do Sul na época), a ferrovia São Paulo-Rio Grande tornou possível e economicamente viável a construção de um grande número de serrarias, em uma extensa área da floresta com araucária que ia da região de Jaguariaíva e Ponta Grossa no Paraná, passando pelo Planalto Norte de Santa Catarina e vale do Rio do Peixe (SC) até o norte do Rio Grande do Sul. A frente dessas iniciativas em montar serrarias estavam antigos coronéis locais (ligados a produção e comércio de Erva Mate e/ou criação de gado) e principalmente um grande número de imigrantes europeus e seus descendentes, tanto os que estavam se instalando nos “sertões” que estavam sendo “desbravados” pela ferrovia, quanto os que já tinham acumulado algum capital em negócios pela cidade (BRANDT, CARVALHO e SILVA, 2015, p. 285).

A presença dessas serrarias promoveria, como será visto adiante, uma série de mudanças na paisagem rural e urbana de Palmas.

#### 4.3. AS SERRARIAS MODIFICAM A PAISAGEM PALMENSE

As primeiras serrarias também eram localmente conhecidas como engenho de serra, cuja principal característica era a produção artesanal, usando serras manuais, com bois e cavalos puxando as toras do mato. Em Palmas, esses estabelecimentos são registrados nas primeiras décadas do século XX, como aponta Bauer (2000):

Palmas até os anos de 1930, os proprietários das reservas florestais, e, especial os fazendeiros donos de extensas áreas de araucárias que só tinham valor na época para a derrubada de pinhões que engordavam o porco solto em algumas fazendas, principalmente nas campinas que eram cobertas por pinheiras, como se sabe o pinheiro e suas folhas (grimpas) com espinhos, então se tornam um empecilho para o gado (BAUER, 2000, p. 62).

A revista *A cidade e o município de Palmas em 1926*, traz reportagens sobre as principais fazendas de Palmas, tendo como objetivo descrever a biografia dos fazendeiros mais importantes na época, relatando as características das raças do gado e quantidade de cabeças. Também indicam dados referentes à floresta, e em uma dessas reportagens, encontramos uma intitulada “Criador – Industrial- Proprietário da fazenda Santa Clara”. O título faz alusão ao Major Domingos de Araújo, possuidor de uma serraria, descrita dessa forma:

Possui também uma serraria movida a força hidráulica, sendo as águas fornecidas pelo Rio Lontras. – Esta serraria é localizada na propriedade a 5 Km, da cidade de Palmas. As madeiras são de pinho, imbuva e cedro, sendo diversos milheiros o número de pinheiros existentes nessa propriedade (A CIDADE E O MUNICÍPIO DE PALMAS, 1926, p. 80).

Outro quesito, envolvendo o transporte, tornou-se um dos fatores que contribuíram para que a floresta demorasse mais um pouco a ser explorada em escala industrial. “As dificuldades no transporte eram, na época, sentidas até mesmo dentro do circuito municipal”. (NAZARO, 1991). Essa dificuldade pode estar ligada ao fato de que no início do século XX, o governo do Paraná estava mais preocupado em abrir estradas que escoassem a produção cafeeira do norte do Paraná. Em relação a este aspecto, a região de Palmas, continuava carente desse empreendimento, ainda não contando com meios para construção das estradas.

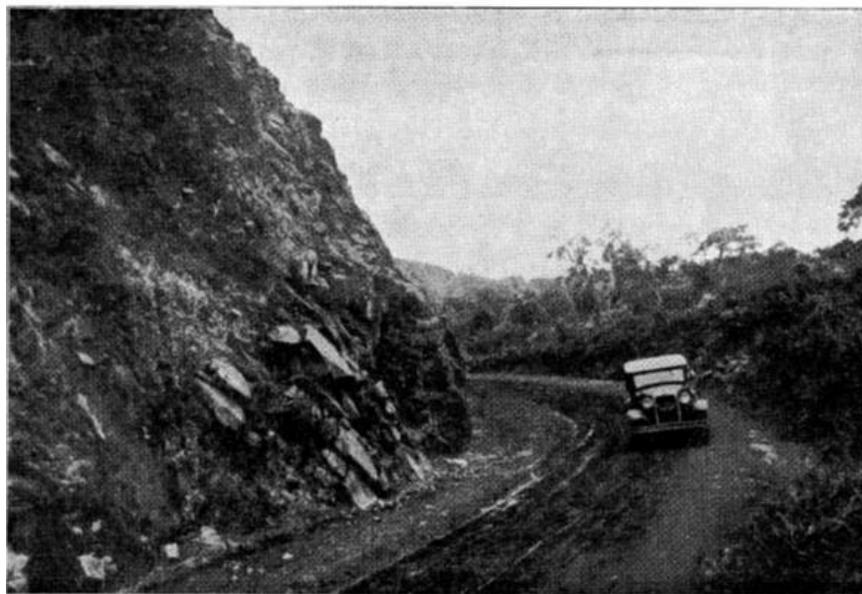
Tal pensamento é identificado pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER) (2019):

A partir de 1913, são reconstruídas estradas e realizados os primeiros estudos de traçado na região norte do Estado. Esta zona, compreendida entre os rios Paraná, Paranapanema e Itararé, com cerca de 50 mil quilômetros quadrados de terra roxa de primeira qualidade, era muito procurada não só pelas vastas plantações de cafezais que se avistavam nos municípios de Cambará, Jacarezinho, Ribeirão Claro e Santo Antônio da Platina, como também pela intensa propaganda promovida pelas companhias concessionárias de terras para fins de colonização, nas regiões abrangidas pelos rios Tibagi, Paranapanema e Pirapó.

Na década de 1920, o processo de construção de estradas era bastante precário. A construção era manual, feita com pá, picareta, broca, marrão. A única máquina disponível era o rolo compressor a vapor. O transporte do material escavado era feito em galeota, tracionada por muares (DER, 2019, p. 1).

Alguns anos mais tarde o relatório de Manoel Ribas – 1931-1939, ao discutir os aspectos sobre as construções e reformas de estradas, apresenta a abertura de uma estrada que ligava Palmas a União da Vitória, ponto importante de entroncamento ferroviário: Um dos trechos da rodovia pode ser visualizado na Figura 13:

Figura13 - Estrada de União da Vitória a Palmas, 1932, dando acesso à estrada de Ferro e a Curitiba.



ESTRADA UNIÃO DA VITÓRIA—PALMAS (Trecho em reconstrução)

FOTO N.º 44

Fonte: FGV (2019).

É importante destacar que esse trecho se direcionava para União da Vitória, pois a ferrovia, como destaca Wachowicz (1988), seria “o meio mais eficiente de transporte para taboas de pinho. Surgiram então centenas, centenas de serrarias ao longo do leito das estradas de ferro” (WACHOWICZ, 1988, p. 204).

Sob a existência de serrarias na região, um ofício sob o nº 5.208, encaminhado ao prefeito de Palmas Rafael Ribas, em 1933, por Alfredo Werminghoff, traz algumas referências a essas empresas. Bem como a paisagem do povoado local. Werminghoff, um dos representantes da colônia Santa Bárbara, veio solicitar resposta ao pedido da colônia de Santa Barbara, requerente do desligamento do posto de correios em Palmas, e solicitando a abertura de um na colônia. Alegando a questão da distância entre o distrito e a sede, sendo o caminho entre eles de difícil acesso e longínquo, promovendo a demora na entrega de cartas e documentos, bem como, muitas vezes a perda das correspondências.

Em uma das correspondências, Werminghoff identifica a necessidade do correio porque possuíam dois hotéis, três moinhos, um a vapor e outro hidráulico, “dois engenhos de serra hidráulico, duas serrarias, uma fábrica de fogões, dentre outros estabelecimentos comerciais” (Anexo I). O documento apresentava a insatisfação da colônia em relação a sede do município, e também tentava demonstrar sua importância e desenvolvimento através dos exemplos dos seus estabelecimentos. Nesse sentido, compreende-se o motivo na ânsia de

desvincular-se como distrito do município de Palmas, e buscar sua emancipação política, fato que acontece em 1936:

O Município de Bituruna teve sua origem em 1924, num núcleo colonial formado por brasileiros, sendo que sua primitiva denominação foi “Santo Antonio do Iratin”. Naquele ano, Oscar Geyer, Alfredo Werminghoff, João Ghilardi, José Carlos Ely, André Carbonera, Gabriel Cherubini, Luiz Torriani e Constance G. Battochio organizaram e fundaram a Empresa Colonizadora Santa Bárbara Ltda., a qual adquiriu da firma Hauer, Beltrão & Cia., as Fazendas Santa Bárbara e Santo Antonio do Iratin, situadas no Município de Palmas (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/bituruna/historico>).

Também existiam serrarias, como aponta Bauer (2002, p. 199), “no distrito de General Carneiro, hoje município, mais propriamente em Jangada de Cima, no lugar denominado Salto Lili, na estrada que demanda à Estação de São João, Santa Catarina” (BAUER, 2002, p. 199).

As estradas, recém-abertas, ainda não possuíam pontes, o que tornava mais dificultoso o escoamento da produção madeireira, que deveria atravessar os rios mais caudalosos em balsas, como essa da Figura 14, que mostra um caminhão carregado de tábuas atravessando o rio Chopim, na década de 1950.

Figura 14 – Caminhão com madeira passando através da balsa de passagem no rio Chopim, Palmas, 1960.



Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2019).

Após a travessia pela balsa, os caminhões seguiam a rota por Bituruna, passando Porto União e União da Vitória, como meio de chegada à capital paranaense e outros pontos de venda da madeira. O Ofício 190, de 13 de agosto de 1943, traz uma tabela de preços que eram cobrados por cada travessia, identificando o valor do caminhão carregado e vazio entre: 3,00 a 3,30 cruzeiros, auto-ônibus vazios e lotados: 3,00 a 4,00 cruzeiros, automóvel vazio e lotado 2,50 a 3,00 cruzeiros, caminhonete vazia 2,50 a 3,00 cruzeiros, carroça cheia ou vazia 1,00 a 2,00 cruzeiros, pedestres de 50 a 80 centavos por grupo, e por fim cavaleiros montados 1,00 cruzeiro. Mendes (1989, p. 45-46), aponta em sua pesquisa que outras serrarias surgem a partir dos anos de 1950, como era o caso da serraria empresa Itibere da Cunha Industrial e comércio. Empreendimentos que contribuíram para o crescimento econômico e populacional do município. Bauer (2000) e Mendes (1989), relacionam o impulso do surgimento do maior número de serrarias no município, incluindo o quadro urbano, a partir da década 1950. Para Bauer (2017, p. 1310), “as serrarias começaram a chegar nos anos 50 e eram movidas por locomoveis a vapor e as serras fita, aumentando a produção, mesmo com o arrasto das toras do mato e abertura de estradas usando métodos arcaicos como é o caso do uso do boi para esses fins”.

Torna-se importante destacar que, onde o caminhão conseguia chegar, era amplamente empregado para o arrasto das toras em meio à floresta, intercalando a junta de boi na realização do trabalho. Conforme a fotografia da Figura 15, pode-se perceber os dois elementos, enquanto meios de transporte e método de força para a derrubada das araucárias.

Figura 15 – Meios de transporte utilizados na retirada e transporte de madeira em 1956.

**Comparativo de forças entre a carroça e o caminhão para o transporte de madeira em 1956**



Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2019).

Oscar Röcker (1970), proprietário de uma das primeiras serrarias de grande porte da região, em entrevista à revista “Palmense”, descreve a visão do madeireiro sobre as dificuldades envolvendo as estradas, a comunicação e isolamento na década de 1950:

Uma das indústrias pioneiras no ramo madeireiro em nosso município fundada em 02/07/1951, no local conhecido como fazenda São Manoel, pelo Sr. Oscar Röcker, atual prefeito municipal, e dedicava-se na ocasião a elaboração de tábuas brutas de pinho, num tempo em que a madeira não tinha grande projeção nos esteios da economia nacional. Conta Oscar Röcker que naquela época, onde imperava extrema carência de recursos desde os meios de transportes às comunicações, as serrarias eram verdadeiros pontos isolados de trabalho hercúleo contra inúmeras imponentes, as mais inimagináveis (RÖCKER, 1970, p. 3).

Embora muitas das dificuldades venham a ser enaltecidas no futuro por parte do discurso do empresário vencedor das adversidades, o depoimento traz algumas considerações sobre as dificuldades encontradas para esse escoamento. Depois de processada, a madeira poderia ser escoada por caminhão, através das estradas abertas que tinham como rumo Curitiba. De lá, empresas dedicadas a esse comércio, revendiam para todo país.

Nessa época, a indústria madeireira despontava como um dos principais setores econômicos do Estado, perdendo apenas para o setor alimentício, o que pode ser visto, por exemplo, no relatório do primeiro centenário da emancipação do Paraná. Sendo esta segunda de maior rentabilidade, como é possível constatar na Tabela 5:

Tabela 5 – Valor da produção industrial em 1951.

|  |                  |
|--|------------------|
| Indústrias extrativas de produtos minerais                   | 61.734           |
| Indústrias extrativas de produtos vegetais                   | 148.932          |
| Indústrias de transformação de minerais metálicos            | 165.763          |
| Indústrias metalúrgicas                                      | 114.083          |
| Indústrias mecânicas   | 13.604           |
| Indústrias do material elétrico e o material de comunicações | 11.292           |
| Indústrias da const. e montagem de materiais de transportes  | 20.941           |
| Indústrias da madeira  | 1.281.815        |
| Indústrias do mobiliário                                     | 128.563          |
| Indústrias do papel e papelão                                | 78.580           |
| Indústrias de couros, peles e similares                      | 117.142          |
| Indústrias químicas e farmacêuticas                          | 201.111          |
| Indústrias têxteis   | 97.781           |
| Indústrias do vestuário, calçados e artefatos de tecidos     | 36.418           |
| Indústrias editoriais e gráficas                             | 89.635           |
| Indústrias de produtos alimentares                           | 2.443.143        |
| Indústrias de bebidas  | 147.410          |
| Indústrias diversas  | 22.586           |
| <b>TOTAL</b>   | <b>5.180.533</b> |

Fonte: CENTENÁRIO de emancipação do estado do Paraná (1953, p. 130).

Em Palmas/PR, nessa época, o setor madeireiro ainda estava começando a atuar de forma mais intensa, superando o processo artesanal na transformação da madeira. Acompanhando esse crescimento, havia também uma necessidade de maior oferta de energia para alimentar o maquinário. Se nos engenhos de serra e serrarias mais simples as rodas d'água e a energia a vapor fornecida pelos locomóveis faziam funcionar as serras, os equipamentos modernos exigiam um volume maior de energia, o que era possível somente através do fornecimento de eletricidade. Assim, rios locais foram represados e deram origem a pequenas barragens para a geração de eletricidade, como é possível observar na imagem da Figura 16, mostrando a primeira usina de energia elétrica no Rio Chopim, em imagem de 1952.

Figura 16 – Usina de Luz no Rio Chopim - as serrarias precisam de energia elétrica.



Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2019).

Se inicialmente a geração da eletricidade por pequenas represas poderia ficar a cargo das próprias serrarias, a partir dos anos de 1960, com o surgimento de políticas de planejamento econômico, procurou-se modernizar a economia paranaense. Metas, como a infraestrutura, melhorando e construindo estradas e a oferta de eletricidade, faziam parte desses planos. Houve um acréscimo na geração e fornecimento, fazendo com que paulatinamente as empresas deixassem de gerar a própria energia:

Na gestão do governador Ney Braga (1961-1966) esse processo, através de um projeto de industrialização se fará de forma concreta através da Codepar

(Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) e do FDE (Fundo de Desenvolvimento econômico do Paraná), incrementara a distribuição de energia elétrica, forma de alavancar a produção nas indústrias (OLIVEIRA, 2001, p. 48-49).

Junto a isso a maior oferta de crédito por parte do governo também possibilitou a compra de máquinas por parte das empresas. Na tabela 06, é possível analisar a porcentagem de investimentos feitos pelo governo paranaense nas questões envolvendo estradas e a ampliação da rede elétrica na potencialização da indústria e no escoamento da produção. É possível, por exemplo, constatar tais avanços, propiciados pelo Fundo de Desenvolvimento do Paraná (FDesenvolvimento do Paraná), observando os investimentos entre 1962 a 1966, observando a Tabela 6.

Tabela 6 – Investimento estadual em energia elétrica e rodovias (1961-1966).

|              | Investimento em energia elétrica |                 |                        | Investimento em rodovias |                 |                      |
|--------------|----------------------------------|-----------------|------------------------|--------------------------|-----------------|----------------------|
|              | Total                            | Recursos F.D.E. | Participação do F.D.E. | Total                    | Recursos F.D.E. | Participações F.D.E. |
| <b>1961</b>  | 800                              | --              | --                     | 1700                     | --              | --                   |
| <b>1962</b>  | 2.800                            | 15,26           | 55                     | 4.400                    | 1270            | 29                   |
| <b>1963</b>  | 5.600                            | 18,65           | 33                     | 9.000                    | 2.622           | 29                   |
| <b>1964</b>  | 10.500                           | 3,732           | 36                     | 22.700                   | 10.388          | 46                   |
| <b>1965</b>  | 32.000                           | 12,906          | 40                     | 41.300                   | 12.080          | 29                   |
| <b>1966</b>  | 45.700                           | 15,662          | 34                     | 50.400                   | 12.600          | 25                   |
| <b>Total</b> | 97.400                           | 35.691          | 36                     | 129.500                  | 38.960          | 30                   |

Fonte: Silva (1984, p. 52).

As demandas por melhorias nesses setores por parte do empresariado local, onde se inclui o setor madeireiro, podem ser percebidas a partir de uma reportagem do jornal *O Estado do Paraná*, de 21 de abril de 1974. A reportagem trazia o panorama das reivindicações do prefeito junto ao governo do estado, como a instalação da Telepar e a construção da BR 280, chamada pelos palmenses de “Rodovia da Esperança”, percorrendo vários municípios do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. Para que dessa forma, fosse resolvido o problema do escoamento dos produtos agrícolas da região.

Em relação ao desenvolvimento da agricultura nas áreas de campos e florestas recém devastadas, a *Revista Palmense*, editada em parceria junto à prefeitura municipal, apresentava o seu avanço e as medidas destinadas a fomentar o cultivo da soja, do trigo, do arroz e da batatinha, produtos para os quais a região apresentava ótimas condições de cultivo. Também abordava aspectos de uma nova opção de cultivo, a fruticultura, tendo como mola propulsora a maçã.

Para fomentar o setor, o município também foi beneficiado através do fornecimento de crédito, sendo inaugurada uma agência do Banco do Estado do Paraná – Banestado,

voltado à nova conjuntura agrícola. No caso da produção de maçã e batata semente, se estabelece a fonte armazenadora, a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), criada em 1956.

A possibilidade de desenvolver a pomicultura no município, devido ao clima, deu origem à implantação de um pomar experimental em 1973. Conforme a *Revista Palmense* (1976), “a implantação de um Pomar Experimental foi concretizado em 1973, para suprir as necessidades internas da região e diminuir a importação de frutas. Criar uma fábrica de champanhe e sucos” (REVISTA PALMENSE, 1976, p. 8). Esses projetos eram bem vistos por grupos locais que investiram nessa área, como por exemplo, um grupo de franceses. Georges Debard, viveirista francês também responsável por conduzir alguns experimentos relacionados ao cultivo de maçãs em Fraiburgo, Santa Catarina, nas décadas de 1960 e 1970 (BRANDT, 2005), destacou que “as macieiras têm desenvoltura (demarrage) magnífica... melhor que na Europa”. Incentivos aos quais, motivaram o prefeito José Maria de Araújo Perpétuo a buscar junto ao governo do Estado incentivos fiscais para tais realizações. O prefeito acreditava que, “Palmas será o pomar do Brasil” (REVISTA PALMENSE, 1976, p. 8) (Anexo L).

Esse contexto foi analisado por Dean (1996) da seguinte maneira no aspecto econômico e ambiental:

No alvorecer do pós-guerra mundial, uma nova e terrível ameaça se projetava sobre a Mata Atlântica – sobre o que restava dela. Era uma ideia, na verdade de obsessão, chamada “desenvolvimentismo econômico”: a proposta de que se podia conceber políticas de governo que estimulariam a acumulação de capital e a industrialização e, com isso, um ritmo de crescimento econômico muito mais rápido que qualquer outro experimentado na história (DEAN, p. 280).

Esse desenvolvimento econômico, traduzido em máquinas que passaram a atuar na devastação da floresta, pode ser notado na Figura 17, onde se observa o trator, motosserra, caminhão e o envolvimento humano necessários para a derrubada de uma imbuia centenária, necessitando de quatro caminhões para ser transportada.

Figura 17 – Fazenda São Manoel, a Beleza da Floresta Palmense.



Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2019).

As motosserras podem ser citadas como uma das novas tecnologias específicas utilizadas na exploração madeireira. McNeill (2003, p. 370), comenta que “em outros lugares [...] seguiu sendo um equipamento de alta tecnologia. Permitia cortar árvores 100 ou 1000 vezes mais depressa que com um machado”. Nesse sentido, milhares de hectares de floresta foram explorados com utilização desta ferramenta na região.

Essa tecnificação, bem como a possibilidade de expansão do setor promovido por ela, pode ser vista também pelos dados apontados por Lavallo (1974), envolvendo a quantidade de madeira para corte entre os três estados do sul. Conforme os dados trazidos pelo autor e compilados na Tabela 7, o Paraná aparece como estado de maior possibilidade na expansão do mercado madeireiro.

Tabela 7 – Árvores em condições de corte.

| <b>Árvores em Condições de Corte</b> |                        |
|--------------------------------------|------------------------|
| Paraná                               | 60.100.000.000         |
| Santa Catarina                       | 34.200.000.000         |
| Rio Grande do Sul                    | 10.400.000.000         |
| <b>Total</b>                         | <b>104.700.000.000</b> |

Fonte: Lavallo, (1974, p. 83).

Nesse espaço promissor propiciado pela floresta, o proprietário da mata rica em araucária e imbuia (*Araucária angustifólia* e *Ocotea porosa* respectivamente), não era responsável pelo pagamento dos trabalhadores. Isso cabia ao dono da serraria. O madeireiro

extraia o material e seguia seu caminho comprando outra área (MENDES, 1989; BAUER, 2000).

Poucos madeireiros no município eram proprietários das serrarias e das terras. Oscar Röcker representa uma das exceções a essa evidência, sendo que além de dono da terra e da serraria, ainda possuía cargo político. Na figura 18, evidencia-se a propriedade da fazenda São Manoel, de Oscar Röcker, envolvendo o dono da terra, da serraria e do pinheiral.

Figura 18- Fazenda São Manoel (1970). Propriedade de Oscar Röcker – Serraria pesada.



Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2019).

A atuação e presença das indústrias madeireiras em Palmas, pode ser observada a partir de propagandas e anúncios veiculados na imprensa local, como o *Jornal de Palmas*, que na edição 26, de 2 de julho de 1974, traz algumas informações da empresa L. Dalmolin & Filhos, que possuía filiais em Ponte Serrada, em Santa Catarina, e General Carneiro, e na Serraria Iratin, de Palmas. Posteriormente, o *Jornal do Povo* (1978, p. 10) apresenta a serraria e madeireira Saporiti, localizada na zona rural de Palmas. A propaganda traz junto uma imagem, onde é possível identificar alguns aspectos da serraria, como a casa dos funcionários e os pinheirais ao fundo. Também informa que a serraria vendia pinho e madeira de lei (no caso, possivelmente imbuia), e o escritório estaria localizado na área urbana do município.

Figura 19 – Jornal Palmas – Madeireira Saporiti, Fazenda Alegria, área rural de Palmas/PR(1974).



Fonte: O Clarim (1974,p.7).

Muitas serrarias não eram proprietárias das terras nas quais exploravam os pinheirais. Era comum que adquirissem apenas as árvores. Muitas compras eram legalizadas e registradas em cartório através de contratos particulares. Um exemplo pode ser encontrado no tabelionato de Palmas, em uma averbação onde os proprietários da fazenda procuram a justiça para desfazer o contrato com a serraria. A mesma descumpriu o que havia sido legalmente formalizado entre as partes.<sup>12</sup> Segundo consta na averbação:

Estabelece-se um contrato a partir do ano de 1969 entre a Industrial madeireira Banguê e os fazendeiros, Eurico Tibes, Josué Guimarães, Nery Souza Thibes, envolvendo a exploração da madeira, nos Quinhões 31 e 32, da Gleba II, Quinhão VI, nos Quinhões XI E XVI, na comunidade do Iratim, distrito de Coronel Domingos Soares, concluindo em uma rescisão por inadimplência por parte da serraria (CARTÓRIO DE NOTAS DE PALMAS, 1970) (Anexo K).

Essa prática era recorrente nas florestas, como apontam Cabral e Cesco (2008): “quando a floresta se encontrava em terra privada, era costume comprar dos proprietários as árvores em pé, sendo atribuição da empresa cortar e transportar os troncos” (CABRAL e CESCO, 2008, p. 33). Isso pode ser observado também em outros acordos que envolviam a compra e venda da madeira:

<sup>12</sup> Averbação encontrada no livro 3 – U e 17, 153, folhas 265- 266, do livro – U.

Certifico que, através do contrato particular de compra e venda de pinheiros em pé, passado e assinado nesta cidade de Palmas, em data de 10 de maio de 1971, devidamente registrado sob Nº 2298 às fls 366/369 do livro Nº b-10 do registro de títulos e documentos desta comarca, adquirente Maria Ferreira Ribas, e seu marido Waldomiro Ribas, qualificados naquele instrumento, venderam à firma madeireira Souza Ltda., com sede nesta cidade, 526 (quinhentos e vinte e seis) pinheiros em pé da bitola de 18 polegadas e acima de diâmetro 230 (duzentos e trinta) pinheiros em pé da bitola 14 a 17.9 polegadas inglesas de diâmetro, cujos pinheirais já se encontram marcados com três piques feitos á machado, à altura aproximada de 80 cm do solo, e que deem no mínimo uma tora de 14 pés, limpa e própria para a industrialização, localizados no imóvel, Fazenda Salto, constate desta transição, pelo preço total de CR\$101,090,000 (cento e um mil e noventa cruzeiros), cuja a quantia será paga na forma estabelecida no citado contrato particular foi estipulado um prazo de 20 anos, a contar da data do contrato para o total retirado dos pinheiros aludidos, salvo comprovado motivo de força maior, quando esse prazo poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes contratantes- Fica arquivada neste cartório uma certidão do mencionado registro Nº 2,298 extraída em data de 18/05/1971, pelo oficial do registro de títulos e documentos desta comarca, juntamente com um requerimento firmado do Waldomiro Ribas (24/05/1971).

Em relação à soma envolvida na transação, Bauer (2017) comenta que “a maioria dos fazendeiros penava com falta de dinheiro, tinham imensas fortunas em campos e reservas florestais. Com as serrarias, nunca tinham visto tanto dinheiro em suas vidas” (BAUER, 2017, p. 131).

Para se ter uma ideia da quantidade de empresas que atuaram no município, consultando os alvarás de licença concedidos pela prefeitura Municipal de Palmas, encontrou-se, somente no período entre 1970 e 1970, 45 serrarias na área urbana e 52 na área rural, incluindo três laminadoras. Conforme esses documentos, também se encontram apenas dois escritórios das empresas na cidade, bem como, dois contadores residentes, demonstrando que as matrizes dessas empresas se encontravam em outras cidades. A tabela 8 apresenta as empresas levantadas através dos alvarás.

Tabela 8 – Serrarias, madeireiras e laminadoras em Palmas/PR (1970 a 1980).

| Nome                                  | Ramo     | Endereço  | Abertura e fechamento |
|---------------------------------------|----------|---|-----------------------|
| 1 Serraria Kremer Ltda.               |          | Rua Ubirajara Araújo                              | 1979-1982             |
| 2 Schenatto&Honaiser Ltda.            |          | Rua Constantino Fabrício da Silva Pinto, s/n      | 1973                  |
| 3 Serrarias Reunidas Ltda.            |          | Estrela   | 1970                  |
| 4 Serraria Nossa Senhora das Graças   |          | Costa do Iratim                                   | 1968                  |
| 5 Serralheira Palmas Ltda.            |          | Rua João Pimpão                                   | 1974-1989             |
| 6 Serraria Palmital                   |          | Fazenda São Lourenço                              | 1974-1980             |
| 7 Serraria Palmital S/A               | Serraria | Fazenda Alegria                                   | 1970-1973             |
| 8 Serrarias Reunidas Irmãos Fernandes |          | Fazenda Cacumbangue – Distrito de Ubaldino Taques | 1973-1980             |
| 9 Serrarias Reunidas Irmãos Fernandes |          | Fazenda Alegria                                   | 1970                  |
| 10 Serrarias Alba Ltda.               |          | Fazenda Alegria e Fazenda                         | 1970                  |

|    |   |                                 |                               |  |           |
|----|---|---------------------------------|-------------------------------|--|-----------|
| 11 | Sociedade São José Ltda.                    | a                               | Serraria                      | Santa Cruz<br>Fazenda Cruzeiro   | 1971-1979 |
| 12 | Sociedade São José Ltda.                    |                                 |                               | Fazenda Cruzeiro   | 1970-1973 |
| 13 | Sincol S/A – Indústria e Comércio           |                                 |                               | Fazenda da Alegria –<br>Distrito de Padre Ponciano                     | 1977-1992 |
| 14 | Serraria Butiá Ltda.                        |                                 |                               | Fazenda Butiá – Distrito de<br>Coronel Domingos Soares                 | 1976-1981 |
| 15 | Madeira Sul Paraná S/A                      |                                 |                               | Fazenda Alegria  | 1967-1970 |
| 16 | Madeira Danart S/A                          |                                 |                               | Quarteirão Serrinha  | 1968-1970 |
| 17 | Madeira Três Arroios Ltda.                  |                                 | Comércio de<br>Compra e Venda | Fazenda São Lourenço   | 1968-1970 |
| 18 | Serraria Marina Agro Indústrias             |                                 |                               | Butiá  | 1968-1970 |
| 19 | Serraria Madeira e Pecuária Conte Ltda.     |                                 |                               | São João – Distrito de<br>Coronel Domingos Soares –<br>Fazenda da Cruz |           |
| 20 | Madeira e Pecuária Conte Ltda.              | Madeira                         |                               | Rua Paulo de Araújo  | 1974-1980 |
| 21 | Madeira e Serraria Fagimel                  | Madeira                         |                               | Rua Augusto Guimarães, s/n   | 1973      |
| 22 | Madeira Central Ltda.                       | Serraria                        |                               | Av. 7 de Setembro, 3085 –<br>Bairro São Francisco                      | 1986-1992 |
| 23 | Madeira Souza Ltda.                         | Serraria                        |                               | Estrada de Mangueirinha<br>Km 1  | 1974      |
| 24 | Madeira Begra Ltda.                         | Serraria                        |                               | Bairro Caldeiras   | 1970-1973 |
| 25 | Madeira Bona Ltda.                          | Serraria e<br>Laminadora        |                               | Fazenda Alegria  | 1970      |
| 26 | Madeira Aurora Ltda.                        | Serraria                        |                               | Rua Carlos Seixas Saldanha   | 1974-1984 |
| 27 | Madeira Ipiranga S/A                        | Serraria                        |                               | Estrada de Palmas à<br>Mangueirinha Km 8                               | 1970      |
| 28 | Moacir Andrade                              | Serralheria                     |                               | Fazenda São Manoel   | 1970-1981 |
| 29 | Marcos Nunes Camargo – Madeiras             | Extração vegetal<br>de madeiras |                               | Rua Paulo de Araújo, s/n –<br>Bairro Lagoão                            | 1979-1985 |
| 30 | Moacir Pereira de Abreu                     | Extração de<br>Madeira          |                               | Rua Augusto Guimarães,<br>1123   | 1988-1989 |
| 31 | MazzochiLetti S/A Indústria e Comércio      | Serraria                        |                               | Rua Dr. Bernardo Ribeiro<br>Vianna                                     | 1981      |
| 32 | Madeira Uvarana Ltda.                       | Serraria                        |                               | Fazenda Alegria – Distrito<br>de Padre Ponciano                        | 1974-1981 |
| 33 | Mapil – Madeira Pinhal Ltda.                | Serraria                        |                               | Fazenda Cacumbangue  | 1974      |
| 34 | Madeira Marcinense S/A Indústria e Comércio | Serraria                        |                               | Fazenda Pinhal   | 1974-1982 |
| 35 | Madeira Saporitti Ltda.                     | Serraria                        |                               | Distrito de Coronel<br>Domingos Soares                                 | 1974-1981 |
| 36 | Madeira Marval Ltda.                        | Serraria                        |                               | Fazenda Alegria – Distrito<br>Padre Ponciano                           | 1974-1981 |
| 37 | Madeira Wale do Rio Butiá Ltda.             | Serraria                        |                               | Bairro Caldeiras   | 1974-1978 |
| 38 | Madeira Itiberê Ltda.                       | Serraria                        |                               | Fazenda Butiá  | 1974-1977 |
| 39 | Madeira Escada Ltda.                        | Serraria                        |                               | Distrito de Coronel<br>Domingos Soares                                 | 1974-1977 |
|    |   |                                 |                               |  | 1978-1981 |

|    |  |   |  |           |
|----|--|---|--|-----------|
| 40 | Madeira São Pedro Ltda.                        | Serraria, beneficiamento, compra e venda de pinho e madeiras de lei | Rua Bernardo Ribeiro Vianna, s/n             | 1973-1973 |
| 41 | Madeira Souza Ltda. (Filial 2)                 | Serraria  | Rua Ubirajara de Araújo, 976                 | 1974-1989 |
| 42 | Marina Agroindustrial Ltda.                    | Serraria  | Capitão Frederico Teixeira Guimarães – Butiá | 1970      |
| 43 | Madeira Santo Agostinho Ltda.                  | Serraria  | Butiá  | 1970-1973 |
| 44 | Madeira Novo Mundo S/A (Filial)                | Serraria  | Rua Mangueirinha – Bairro Lagoão             | 1974-1990 |
| 45 | Madeira Novo Mundo S/A (2ª Filial)             | Serraria  | Rua Barão de Capanema                        | 1970-1980 |
| 46 | Madeira Kampmann Ltda.                         | Serraria  | Gleba 12 – Distrito de Ubaldino Taques       | 1974-1985 |
| 47 | Madeira Furghipel Ltda.                        | Serraria  | Bairro Lagoão                                | 1978-1981 |
| 48 | Madeira Arvoredo Ltda.                         | Serraria  | Bairro Lagoão                                | 1974-1979 |
| 49 | Madeira Casagrande Indústria e Comércio Ltda.  | Serraria  | Retiro                                       | 1974-1981 |
| 50 | Madeira Empoçada Ltda.                         | Serraria  | Gleba 12 – Distrito de Ubaldino Taques       | 1974-1981 |
| 51 | Madeira Caingangue do Brasil                   | Comércio, Indústria e Beneficiamento de Madeiras                    | BR 280 Km 64                                 | 1980-1981 |
| 52 | Sociedade São José Ltda.                       | Serraria  | Fazenda Cruzeiro                             | 1970-1981 |
| 53 | Madeflor Madeira flor Ltda.                    | Comércio de Madeira   | Bairro São Sebastião                         | 1984-1990 |
| 54 | MMS Schimitt& Cia Ltda.                        | Indústria e Comércio de Madeiras                                    | Rua Capitão Francisco Antônio de Araújo, 35  | 1986-1995 |
| 55 | Madeira Pórtico Ltda.                          | Indústria e Comércio de Madeiras                                    | Rua Palmas, 107                              | 1983      |
| 56 | Madeira Barra Grande Ltda.                     |   | Av. Governador Pedro de Souza, 48            | 1980-1993 |
| 57 | Maito&Maito Ltda.                              | Comércio de Madeiras  | Rua Expedicionário Palmense, s/n             | 1985      |
| 58 | Madeira Noé Ltda.                              | Indústria de Confecção de Móveis                                    | Rua Orvalina Oliveira Melo, s/n              | 1983      |
| 59 | Sandrin Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. | Desdobramento de Madeiras   | Distrito de Coronel Domingos Soares, s/n     | 1982      |
| 60 | Serraria e Madeira Tomasi S/A                  |   | Cacumbangue                                  | 1967-1987 |
| 61 | Madeira Thomasi S/A                            | Indústria e Comércio de Madeiras                                    | Rua Vereador Amazonas Fonseca                | 1974      |
| 62 | Sambarp Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. | Desdobramento de Madeiras de Pinho e Lei                            | Rua Camarista Jacob Mazalotti, s/n           | 1985-1989 |
| 63 | Madeira Central Ltda.                          | Comércio  | Estrada de Mangueirinha Km 1                 | 1973      |
| 64 | Madeira Batista                                | Indústria de  | Av. Clevelândia                              | 1970-1973 |

|                   |                                |   |   |                             |
|-------------------|--------------------------------|---|---|-----------------------------|
| Pigatto S/A<br>65 | Madeira<br>Simioni             | Madeiras<br>Escritório  | Rua Bispo Dom Carlos                        | 1974-1976<br>(desaparecido) |
| 66                | Madeira<br>S/A<br>Ipiranga     | Escritório  | Rua Augusto Guimarães                       | 1974-1981                   |
| 67                | Madeira<br>Bonito Exp. Ltda.   | Pouso<br>Indústria,<br>Comércio e<br>Exportação de<br>Madeiras de<br>Pinho e Lei                  | Av. Sete de Setembro, 2784                  | 1986-2001                   |
| 68                | Madeira<br>Butiá Ltda.         | Vale do Rio<br>Indústria e<br>Comércio de<br>Madeiras e<br>Aproveitamento<br>de Madeira de<br>Lei | Distrito de Coronel<br>Domingos Soares      | 1982                        |
| 69                | Madeira Souza Ltda.            | Indústria e<br>Comércio de<br>Madeiras  | Rua Ubirajara Araújo, 976                   | 1964-2001                   |
| 70                | Madetonio<br>de Madeiras Ltda. | Comercial<br>Comércio,<br>Desdobramento e<br>Beneficiamento<br>de Madeiras                        | PRT 449 Km 1,2                              | 1983-1998                   |
| 71                | Madeira Tívole Ltda.           | Indústria e<br>Comércio de<br>Madeira   | Rua Ubirajara Araújo                        | 1984                        |
| 72                | Madeira<br>Ltda.               | Centenaro<br>Desdobramento e<br>Comercialização<br>de Madeiras                                    | Distrito de Coronel<br>Domingos Soares, s/n | 1987-1990                   |
| 73                | Madeira<br>Ltda.               | Serraembala<br>Indústria de<br>Desdobramento<br>de Madeiras                                       | Rua Marechal Deodoro, s/n                   | 1986-1990                   |
| 74                | Madeira<br>Ltda.               | Deltoni<br>Desdobramento<br>de Madeiras   | Chácara Alto da Glória                      | 1987-1993                   |
| 75                | Madeira<br>Ltda.               | Uvarana<br>Madeira  | Fazenda Cacumbanguê                         | 1971-1973                   |
| 76                | Madeira<br>Ltda.               | Saporitti<br>Indústria de<br>Madeira  | Fazenda Alegria                             | 1973                        |
| 77                | Madeira<br>Ltda.               | Wale do Rio<br>Indústria e<br>Comércio de<br>Madeiras Pinho e<br>Lei                              | Fazenda Butiá                               | 1973                        |
| 78                | Madeira Itiberê Ltda.          | Comércio de<br>Madeiras   | Distrito de Coronel<br>Domingos Soares      | 1973                        |
| 79                | Madeira<br>Ltda.               | Quadros<br>Madeira  | Rua José Tesseroli – Bairro<br>Lagoão       | 1978-1984                   |
| 80                | Madeira<br>Mundo S/A           | Novo<br>Indústria de<br>Madeiras  | Rua № 5 – Bairro Lagoão                     | 1985-1990                   |
| 81                | Madeira<br>Mundo S/A           | Novo<br>Indústria   | Estrela – Distrito de<br>Ubaldo Taques      | 1975                        |
| 82                | Madeira<br>S/A                 | Varaschin<br>Extração e<br>Serragem de<br>Madeira   | Rua Ubirajara Araújo                        | 1977-1979                   |
| 83                | Madeira<br>S/A                 | Varaschin<br>Indústria e<br>Comércio de<br>Madeiras   | Rua Paulo de Araújo, 1249                   | 1978                        |
| 84                | Madeira<br>Forte S/A           | Miguel<br>Madeira   | Fazenda Butiá                               | 1972-1989                   |
| 85                | Madeira<br>Ltda.               | São Pedro<br>Madeira  | Rua Paulo de Araújo                         | 1974-1981                   |

|    |   |  |   |  |
|----|---|--|---|--|
| 86 | Madeira Rio Butiá Ltda.                           | Comércio de Madeiras                                     | Fazenda Butiá – município de Palmas   | 1971-1973                                    |
| 87 | Mehlpar Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.    | Comércio e Fabricação de lâminas, compensados e serrados | Rua Marechal Deodoro, 2081  | 1981-1985                                    |
| 88 | Madeira Miramar Ltda.                             | Laminados em geral                                       | Bairro Lagoão   | 1974-1981<br>(cancelado por desaparecimento) |
| 89 | Madeira Baptista Pigatto<br>Madeira Fagimel Ltda. | Laminadora<br>Desdobramento de Madeiras (Serrarias)      | Rua Constantino Fabrício da Silva Pinto<br>Rua Ubirajara Araújo, 681 – Bairro Caldeiras | 1974-1975<br>(desapareceu)<br>1986-1990      |
| 90 | Madeira Fagimel Ltda. (Filial 2)                  |  | Rua Andrade, 2880 – Bairro São Francisco  | 1989-1990                                    |
| 91 | Madeira Barbieri Ltda.                            | Indústria de Madeiras                                    | BR 280, Km 64 – Bairro Serrinha   | 1984-1990                                    |
| 92 | Secoar – Serviços de Corte de Árvores Ltda. S/C   | Serviços de Cortes de Árvores em Geral                   | Rua Nº 5 – Bairro Lagoão  | 1983   |
| 93 | Sebastião Everaldo Machado                        | Corte e Estaleiramento de Toras de Pinho e Lei           | Av. Tiradentes, 1190  | 1984-1987                                    |
| 94 | Madeira e Serraria Dambor Ltda.                   | Indústria da Serraria                                    | Fazenda Santa Clara – Palmas - PR   | 1973-1985                                    |
| 95 | Madeira Durante Ltda.                             |  | Bairro Caldeiras  | 1970   |
| 96 | Madeira e Serraria Bom Sucesso Ltda.              |  | Bairro Lagoão   | 1970   |

Fonte: Alvarás da Prefeitura Municipal de Palmas/PR, Setor de Tributação (2017) (organizado pela autora).

Com exceção das empresas que possuíam o parque industrial na área urbana, as empresas estavam distribuídas por praticamente todo território do município onde houvesse uma mancha de floresta, e facilidade de acesso. Nesse contexto, a paisagem rural se complementa com a presença das serrarias, com suas chaminés, acompanhadas pela capela de cunho católico, a casa dos trabalhadores e uma escola primária. Sob essa questão, a tabela 9 levanta algumas das escolas e capelas localizadas junto às serrarias:

Tabela 9 – Campos, floresta, escola, capela e serraria (1970).

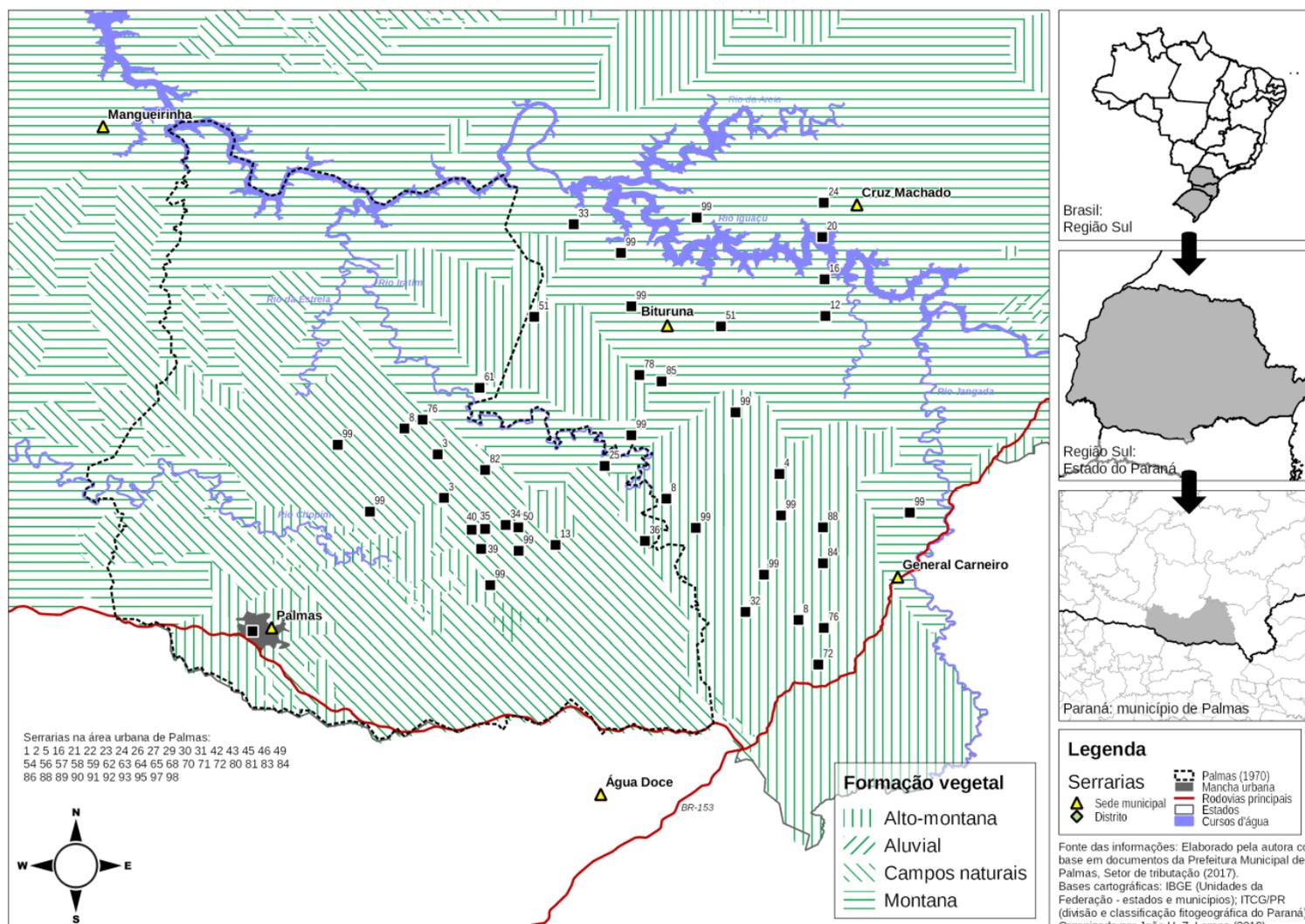
| Fazenda                 | Serraria                 | Escola                | Localidade              | Capela                   |
|-------------------------|--------------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------|
| São Lourenço            | Três Arroios Strait      | Lúcio Seixas Saldanha | Iratim                  | Nossa Senhora de Lurdes  |
| São João do Serro Agudo | São João                 | São Sebastião         | São João do Serro Agudo | São Sebastião            |
| Emilio Leonardi         | São José                 | Sete de Setembro      | Iratim                  | São José                 |
| Biguá                   | Nossa Senhora das Graças | Presidente Kennedy    | Iratim                  | Nossa Senhora das Graças |

Fonte: MAPA, IBGE 1970 (organizado pela autora).

Um dado nos chama a atenção, as serrarias que não se apresentam nos alvarás cedidos pela prefeitura municipal de Palmas/ PR, como: Lavrage, Selva Verde, Irmãos Rubro, Gleba Oito, Nossa Senhora da Graças, Faqui Brás, Maria Clara, Cotovelo, Santa Gema, São Sebastião, Gleba Doze e Betega.( IBGE, 1970).

A localização das serrarias indicadas na Tabela 8, distribuídas entre os Campos e a Floresta Ombrófila Mista no município de Palmas pode ser visualizada no mapa 5:

Mapa5 –Localização das serrarias no espaço urbano e rural de Palmas (1970-1980).



Fonte: Acervo da autora, organizado por João Henrique Zöchler Lemes.



À medida que as árvores eram postas ao chão, a terra devastada e os campos cediam espaço às lavouras de soja, trigo, milho, feijão, pomares de maçã e pecuária. A pecuária continuava a desempenhar um importante papel na economia do município, conforme é possível verificar no Censo agropecuário de 1975. “O censo aponta Palmas como o segundo produtor de carne bovina em número de cabeças, totalizando 55.426, no Paraná, só perdendo para Paranaíba no norte novíssimo com 111, 783 cabeças” (IBGE,1975, p. 80). O espaço deixado pela serraria foi promissor ao pecuarista. Ainda conforme o mesmo censo, os números correspondentes à quantidade da floresta podem ser observados através da Tabela 10, que relaciona a quantidade em m<sup>3</sup>, de madeira e lenha extraídos em 1975 no município.

Tabela 10 – Lenha e madeira extraídas e contabilizadas no Censo de 1975.

| <b>Lenha</b>                     |                     | <b>Madeira</b>               |                     |
|----------------------------------|---------------------|------------------------------|---------------------|
| Quantidade em mil m <sup>3</sup> | Valor mil cruzeiros | Quantidade ml m <sup>3</sup> | Valor mil cruzeiros |
| 51, 000 m <sup>3</sup>           | 1, 022              | 49, 000 m <sup>3</sup>       | 12, 135             |

Fonte: Censo (1975, p. 882).

Também é possível analisar, em relação à tabela 11, como os métodos de exploração e o incentivo do governo na industrialização, favoreceu que a floresta remanescente fosse dando seus últimos suspiros na década de 1980.

Tabela 11 – Árvores abatidas em Palmas/PR (em m<sup>3</sup>).

| <b>1986</b>           | <b>1987</b>           | <b>1988</b>            | <b>1989</b>            |
|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|
| 80.000 m <sup>3</sup> | 70.000 m <sup>3</sup> | 109.200 m <sup>3</sup> | 106.260 m <sup>3</sup> |

Fonte: IBGE (2019).

Também se deve levar em consideração que os números apresentados nas duas tabelas são resultantes de dados fornecidos aos meios públicos, não incluindo aquelas árvores que foram abatidas e transformadas em madeireira na clandestinidade.

A tabela 12 traz mais alguns dados referentes a exploração vegetal como um todo:<sup>13</sup>

<sup>13</sup>Os dados fornecidos para extração madeireira em Palmas possuem indicadores somente nos quatro últimos anos da década de 1980. Fato verificado no IBGE de Curitiba, via telefone com Rogério. Disponível em: «<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=4117602#/S/CM/A/52/E/1>». Acesso em: 24 abr. 2019.

Tabela 12 – Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo.

|      | <b>7.1 Carvão Vegetal (toneladas)</b> | <b>7.3 Madeira em tora (metros cúbicos)</b> | <b>9.1 Pinheiro Brasileiro (nó de pinho) (metros cúbicos)</b> | <b>9.2 Pinheiro Brasileiro (árvores abatidas) (mil árvores)</b> | <b>9.3 Pinheiro Brasileiro (madeira em tora) (metros cúbicos)</b> | <b>10.1 Angico (casca) (toneladas)</b> |
|------|---------------------------------------|---|---|---|---|--|
| 1986 | 200                                   | 220.200                                     | 4.500   | 44  | 80.000  | —                                      |
| 1987 | 350                                   | 180.000                                     | 4.000   | 39  | 70.000  | —                                      |
| 1988 | 400                                   | 185.000                                     | 3.800   | 27  | 109.200   | —                                      |
| 1989 | 876                                   | 180.000                                     | 3.600   | 25  | 106.260   | —                                      |

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

Quando esses dados são relacionados à transformação da paisagem de Palmas, é possível imaginar, nos pátios das empresas e nos seus entornos, um amontoado de toras nas serrarias, caminhões chegando e saindo das estradas principais que dão acesso aos portos de Paranaguá e São Francisco, a floresta prestes a se tornar caixas, móveis, portas, utensílios e casas inteiras.

Oliveira (2001), aponta na direção do pensamento econômico em relação à floresta:

A extração da madeira e as indústrias correlatas, como papel e papelão, mobiliário, etc.; passaram a fazer parte da paisagem econômica de grande número de municípios paranaenses, empregando nestes a maior parte dos trabalhadores na indústria e ao mesmo tempo disseminavam a industrialização pelo interior do Estado. Mais ainda, à medida que iam sendo colonizadas as terras do Norte e Sudeste do Paraná e ampliada à rede de transportes rodoviária e ferroviária, mais áreas da Mata Atlântica e Araucárias iam se tornando disponíveis para exploração (OLIVEIRA, 2001, p. 30).

Já a percepção que a História Ambiental focaliza se torna mais ampla, entre a relação da vida e da sobrevivência do ecossistema e sua interação global. Worster (1991) diz que “para o historiador, o objetivo principal deve ser descobrir como uma cultura inteira – e não apenas indivíduos excepcionais dentro dela – perceberam e avaliaram a natureza. Mesmo a sociedade materialmente mais primitiva pode ter tido visões bastante sofisticadas e complexas” (WORSTER, 1991, p. 210).

Nesse sentido, a exploração madeireira levou à derrubada de pinheiros, imbuias, angicos, sendo arrastados por tratores e transformados em tabuas, fósforos, caixotes, móveis e outros objetos. Enquanto isso ocorria, a fauna ficava sem seu habitat, em detrimento de um lucro nas mãos de poucos, distribuído “legalmente”, para uma mão de obra, que mais tarde ficará sem lucros, novamente procurando um salário mínimo para viver.

Essa análise pode ser observada em uma reportagem sobre a Serraria Ipiranga S/A, estando no município desde 1950, posteriormente, implantando uma filial em Curitiba,

ampliando as diferentes modalidades de uso da madeira, devido à tecnologia da Capital do estado. A matéria prima, a floresta, era retirada do espaço palmense, e em 1970, se traduz em uma grande exportadora de bens envolvidos pela floresta, que inclusive, levou ao reconhecimento público da referida serraria como preferência por simpatia, o que não está dissociado do simbolismo do discurso do progresso em detrimento da floresta.

Figura 20 – Revista O Palmense - Palmas exporta Madeira (1970).

## Palmas também exporta Madeira Ipiranga S/A.

Palmas, além da pecuária e do comércio, depende muito para o seu desenvolvimento da indústria extrativa, representada em nosso município pela madeira. O avanço que sofreu a cidade nos últimos tempos, tem suas raízes mais firmadas na indústria madeireira, a qual ajuda a edificar uma cidade grande. Uma das indústrias pioneiras no ramo madeireiro em nosso município, foi fundada a dois de junho de mil novecentos e cinquenta e um, no local conhecido por fazenda São Manoel, pelo Sr. Oscar Röcker, atual prefeito municipal, e, dedicava-se na ocasião, unicamente à elaboração de tábuas brutas de pinho, num tempo em que a madeira não tinha grande projeção nos esteios da economia nacional. Conta-nos o sr. Oscar Röcker, que naquela época, onde imperava extrema carência de recursos, desde os meios de transporte às comunicações, as serrarias eram verdadeiros pontos isolados de trabalho hercúleo contra inúmeras oposições, as mais inimagináveis.

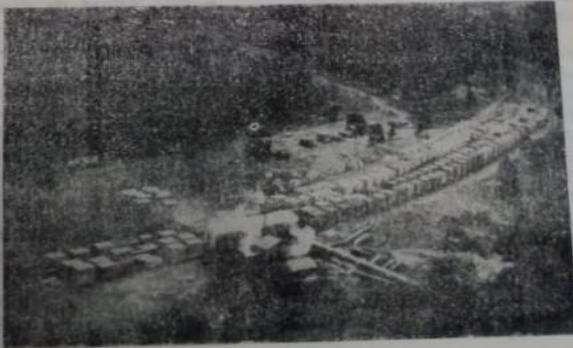
Entretanto, o hercúleo trabalho, situando-se no tempo, automaticamente situou-se em crescente progresso. Em 1967, a Madeira Ipiranga S/A, já em fase de franca expansão, fundou sua filial na capital do estado, e voltou parte de seus interesses para o beneficiamento e aprimoramento da matéria prima. Não esquecendo a exportação, especial finalidade, montou fábricas de caixas, tacos, fôrros e aplainados em geral que imediatamente alcançaram ótima introdução no mercado.

Conhecido como homem dado estritamente ao trabalho, e provido de insusceptível tino administrativo, foi o sr. Oscar Röcker visado pelas esferas políticas, como candidato ao executivo palmense. Lançando-se, viu seu nome sair vitorioso das urnas de 15/1/68. A partir dessa data, pensou seriamente no governo municipal, e depois de empossado, devido aos inúmeros afazeres que lhe trouxe o cargo, nomeou seu bastante procurador na Madeira Ipiranga S/A, seu filho Hermenegildo Röcker. Continua, porém, o sr. Oscar Röcker como diretor presidente da empresa, embora seja o jovem Hermenegildo quem atualmente se encarregue das responsabilidades gerenciais atinentes a este cargo.

**DIRETORIA**  
Cabendo a direção pre-

sidencial, por procuração, ao jovem e dinâmico Hermenegildo Röcker, a diretoria desta sociedade anônima ainda é composta pelos senhores Júlio Röcker Junior e Luiz Oscar Röcker, que ocupam respectivamente os cargos de Diretor Comercial e Diretor Técnico. Salientamos antes de finalizarmos, que a Madeira Ipiranga S/A, mereceu consagração pública em primeiro lugar, em pesquisa efetivada por órgão especializado em preferência e simpatia.

Neste rápido flach de reportagem que efetuamos nos escritórios da Madeira Ipiranga S/A, salientamos-nos quanto grande é a importância desta firma que em Palmas nasceu e a Palmas beneficia por ter sede em nosso município. Nesta oportunidade nossa reportagem tem a agradecer ao jovem e dinâmico Hermenegildo Röcker, pela maneira atenciosa com que nos prestou informações.



Fonte: Biblioteca Santos Dumont (2019).

Jornais como o *Clarim* (1970) e o *Palmense* (1970), publicam em seus exemplares reportagens e anúncios de várias serrarias leves e pesadas, abrindo novas filiais, exportando e oferecendo seus produtos. Isso demonstra o crescimento econômico do município através da industrialização da madeira, promovendo “progresso” através da devastação da floresta.

#### 4.4. AS SERRARIAS TRANSFORMAM A PAISAGEM E MODIFICAM O ESPAÇO URBANO

A exploração madeireira torna-se um dos motivos mais visíveis para o aumento da população urbana e rural no município. As serrarias transformam a paisagem, não apenas derrubando as florestas, mas também atraindo pessoas para o trabalho. Nesse caso, de forma semelhante ao que aponta Castells (2011), “o elemento dominante é a indústria, que organiza inteiramente a paisagem urbana. Este domínio, no entanto, não é um fato tecnológico, mas a expressão da lógica capitalista que está na base da industrialização” (CASTELLS, 2011, p. 45-46).

Um exemplo dessa afirmação pode ser analisado através da imagem da Figura 21. Publicada no grupo do *Facebook*, chamado “História que vivi”, tem por objetivo mostrar o Colégio Estadual Dom Carlos em 1955. Mas a imagem também mostra duas serrarias leves<sup>14</sup>. A primeira indicada através da seta denomina-se Serraria Pigatto, (atualmente no espaço ocupado pela Prefeitura Municipal), na serraria observam-se lâminas secando ao sol, tábuas de pinheiro empilhadas e toras de pinheiro a serem submetidas à transformação. Na imagem é possível observar um tímido início do espaço, o qual hoje é conhecido como Bairro Divino. Na serraria ao fundo, denominada como Remonta, é possível visualizar, o tamanho menor em relação à primeira, voltadas para as mesmas características. Sendo que, essa serraria dará origem à primeira escola da classe popular no núcleo urbano do município, a escola Remonta. Outro aspecto se refere à formação dos atuais bairros Cascatinha e Klubegi, na parte superior da imagem.

---

<sup>14</sup> De acordo com Cesco e Cabral (2008), as serrarias leves compreendem aquelas que, por sua possibilidade de deslocamento, acompanhavam a marcha do povoamento. Já as serrarias eram o resultado de grandes investimentos, não apresentando a mesma facilidade de deslocamento, considerando a importância das máquinas.

Figura 21 – Serrarias no espaço urbano na década de 1950.



Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2019).

Imagens de anúncios em jornais, como o da Figura 22, da Madeireira Bona, em 1971, também mostram a área de produção junto ao espaço urbano:

Figura 22 – Madeireira Bona (1971).



Fonte: O Clarim (1971, p. 10).

A imagem da Figura 23, apresenta a serraria Giacomet e Pollo no início de suas atividades em 1973, localizada no bairro Santuário.

Figura 23 – Serraria Giacomet e Pollo (1973).



Fonte: Acervo da autora.

Figura 24 – Serraria Giacomet e Pollo (1983).



Fonte: Acervo da autora.

Essa transformação na paisagem pelo aporte das serrarias, trazendo trabalhadores para se inserir nesse mercado de trabalho, propicia também o surgimento de novos loteamentos na área urbana do município. Visualizando essa modificação, Mendes (1998, p. 101), em sua pesquisa intitulada *A terra urbana Palmense no seu processo de (Re)Construção*, comenta que “observando para as décadas de 70 e 80 a ampliação do espaço urbano, relacionando ao surgimento de loteamentos como o Jardim São Luiz, Pedro S. Cortes, no setor sul, Bela Vista o oeste e Zanatta e Schimith no setor nordeste”.

Igualmente se observarmos os jornais *Clarim*, *Impacto*, *Palmas* e *Palmense* nas décadas de 1970 e 1980, lá estavam as serrarias, com maior ou menor complexibilidade na transformação da madeira e na atração de pessoas e posterior construções de imóveis. Seja pela proximidade do local de trabalho, seja pela facilidade na obtenção de luz elétrica, pois os postes de luz estavam presentes devido à existência da serraria. Esse processo de atração vai, aos poucos, dando origem a bairros, atraindo comércio, dinamizando o local.

É conveniente ainda, apontar no sentido em que alguns fazendeiros, vivenciando o declínio causado pela redução das áreas florestais em suas terras, passam, na década de 1980, além de vincular a terra à agricultura, a lotear parte de suas propriedades que se encontravam próximas a área urbana. Sob esse aspecto, Mendes (1988) indica que:

A família Mendes apresenta, no contexto palmense, uma situação peculiar: tendo na pecuária suas atividades produtivas originais, expandiu-se gradativamente para outros setores como o comércio e a indústria (no caso, relacionado à madeira). Nas últimas décadas, em face da diversificação de suas atividades, tornaram-se grandes proprietários do solo urbano palmense reaplicando o capital obtido naquelas atividades (MENDES, 1988, p. 123).

Do mesmo modo, usando o que a serraria deixou na mata, Dimorvam Carraro, conseguiu, por meio da venda de algumas araucárias, o dinheiro para comprar o maquinário necessário e iniciar uma indústria. Tito, como é popularmente conhecido, foi proprietário da Estrela Indústria de Papel, primeira empresa a fabricar a pasta mecânica no município, localizada as margens do Rio Estrela. O que traduz, dessa maneira, sua ideia em relação à floresta e ao futuro dos negócios:

Meu novo empreendimento nasceu quando conheci a fábrica de Pasta, montada por um pessoal de Caçador – SC, a Pasta Santo Antônio e depois a Pasta Buriti. Tive a ideia de também construir uma, pois observei que estavam muitos resíduos de madeira nas serrarias, que poderiam ser aproveitadas. Era uma nova chance que se apresentava e eu nunca deixei uma chance passar, sem ver se daria certo ou não (NAZARO, 2013, p. 34).

Além da presença material das serrarias no espaço palmense, cabe também ressaltar os aspectos imateriais, relacionados ao lazer, desenvolvidos a partir da presença das serrarias. Em seguida serão analisados através das fotografias, o aspecto de como elas também modificaram ações culturais no modo de agir e conviver nesse espaço.

#### 4.5. A PAISAGEM E LAZER: O COTIDIANO NAS SERRARIAS

As serrarias, nas décadas de 1950 a 1970, tornaram-se cada vez mais importantes para o desenvolvimento econômico e geração de empregos no município. Quem não estava estabelecido no comércio, e nem tinha propriedade particular, encontrava na serraria uma fonte de sobrevivência, contando ainda, com local de moradia. Esse aspecto pode ser notado, segundo dados do IPARDES, a respeito da população, indicando que no ano de “1950 a população do sudoeste do Paraná (Palmas, Mangueirinha e Clevelândia), possuía 8.471 habitantes na área urbana e 85.685 na área rural” (IPARDES, 2009).

Nesse contexto, a vida particular e familiar, mesmo que não fosse o objetivo, fazia parte do espaço de trabalho e do dia a dia de todos. O lazer das crianças estava envolvido em dar saltos nas montanhas de serragem, às vezes de cor branca, às vezes amarela e às vezes preta. A brincadeira de esconde-esconde em meio às máquinas, que pareciam monstros de serra, e também, corridas entremeando as pilhas de madeira no pátio. Nesses momentos, havia a possibilidade de as crianças serem surpreendidas pelo guarda responsável pela segurança da serraria dia e noite.

O tempo era também regulado pelo ciclo de trabalho. O apito da serraria soava às seis de manhã, onze e meia, dezesseis e trinta, dezoito, vinte duas, meia noite. Havia serrarias que se ouvia o apito de hora em hora. Na noite do dia 31 de dezembro, a cidade era tomada pelos sons de ferros que batiam e os apitos, avisando que um novo ano ia chegar. Assim, todos participavam do cotidiano das serrarias. Dessa forma, a vida cotidiana dentro desses lugares se expandia para toda cidade, denotando a relação do cotidiano, ligada a paisagem onde cada família estava inserida.

Dentre as práticas de recreação dos trabalhadores, o futebol assumia o protagonismo. Torneios e partidas eram comuns, da mesma forma que campeonatos locais envolvendo as empresas. Na fotografia da figura 25, os jogadores do Dissenha, estavam se preparando para viajar a General Carneiro para disputar um torneio entre serrarias. Na fotografia da figura 26, o time já organizado, com o nome de Atlético Club Dissenha, fundado em 01/01/1982. Na

oportunidade, Ademar de Oliveira Souza era o presidente do clube. Em outra fotografia, aparece o time do Real Tomazi, representando a serraria Tomazi, localizada no perímetro urbano de Palmas.

Outro fato importante nesses torneios e campeonatos, era a presença dos vizinhos das serrarias acompanhando as partidas torcendo pelo time favorito. Ou seja, essas serrarias, também eram um espaço de integração, amizade e lazer, dentro e fora de seus pátios. Essa integração se estabeleceu pela proximidade entre as casas dos moradores do bairro em relação à vila operária. Assim, o espaço da serraria caracteriza a multiplicidade de trocas, em uma paisagem que se configura em um encontro de pessoas, que fazem parte do espaço, por um elo que os uniu, a floresta.

A respeito da multiplicidade, cabe destacar o que enfatiza Massey (2006, p. 137), analisando a questão da distância em relação ao espaço, que “a distância é uma condição da multiplicidade, mas igualmente ela própria não seria pensável na multiplicidade”. Assim, a distância não se impõe como uma falta de empatia com um grupo diferente, ao contrário, quando a multiplicidade dos conceitos e ideologias se integra ao espaço, a distância une aqueles que se colocam nesse meio.

Figura 25 – Jogadores da Serraria Dissenha – Viagem à General Carneiro em 5 abr. 1978.



Fonte: Acervo de Ademar de Oliveira Souza, trabalhador aposentado do Dissenha.

Figura 26 – Atlético Dissenha Club Futebol (1982).



Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2019).

Figura 27 – Real Tomazi.



Fonte: Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2019).

Outro momento de lazer envolvendo os motoristas de caminhão que transportavam madeira, se refere aos finais de semana lavar os caminhões e ao mesmo tempo, reunir a família para brincadeiras no rio Bandeira e Caldeiras, os quais possuíam lajeados, onde os caminhões podiam ser estacionados. Isso acabava por se tornar um momento de descontração que poderia envolver toda a família. Momento o qual pode ser observado através da figura 28:

Figura 28 – Domingo, dia de lazer no Rio Caldeiras (1982).



Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2019).

Do mesmo modo, as paisagens atreladas às serrarias e seus objetos, envolvendo os cidadãos palmenses, estava por todo lado. Como mostra a fotografia da figura 29, em 1982, onde os trabalhadores, levam a vagonete (meio de transporte, movido pela força humana), transitando no espaço, com destino a encaminhar as laminas ao secador (nas décadas de 1970 e 1980, o secador era um local coberto, preparado para posicionar as laminas, de forma que secassem ao ar livre). Todas essas informações estão envolvidas na memória, não somente desse município, mas de quem viveu e conviveu nesse processo de exploração da floresta.

Figura 29 – Trabalhadores da Serraria, Indústria e Comércio de Madeira Dissenha.



Fonte: Fonte: Facebook. Palmas, Histórias que vivi (2019)...

Todero (2000), em sua pesquisa, sobre a mão de obra na indústria madeireira em Palmas, aponta que “entre os anos de 1970 havia 1.657 trabalhadores formais e em 1980 havia 2.261” (TODERO, 2000, p. 85). Ao relacionar aspectos analisados envolvendo o lazer e o trabalho, podemos identificar a questão da memória. Schama (1998), em seu livro *Paisagem e memória*, tem como objetivo exercitar um modo de olhar que possibilita a redescoberta do que possuímos. Pensar nesse olhar para o caso das serrarias palmenses, nos auxilia a traduzir o contexto que se insere no cotidiano dos trabalhadores desses lugares, envolvidos em cultura, memória, história do ambiente.

Tais memórias ficam no inconsciente das pessoas. A serraria, os trabalhadores, o vai e vem dos caminhões, os sons e os costumes. Mas tudo isso só se torna memória porque a protagonista principal dessa história, a floresta, nessa vivência foi se esvaindo, deixando sua existência para tornar-se também memória. Assim as serrarias, são lembranças de um tempo que transformou a paisagem do município.

#### 4.6. O ESPAÇO RURAL OCUPADO E MODIFICADO PELA SERRARIA: OS ÚLTIMOS SUSPIROS DA FLORESTA NATIVA E REMANESCENTE

Em detrimento de toda essa expansão econômica envolvendo o setor madeireiro, o espaço deixado pelas máquinas foi “substituído por plantações de soja, milho, cevada, feijão, batata, maçã, pequenos. Mantendo a pecuária e exploração de erva mate” (REVISTA PARANAENSE DO MUNICÍPIO, 1979, p. 5).

Do mesmo modo, é possível estabelecer uma relação entre a inserção da lavoura em larga escala, como a soja e a introdução da silvicultura, com o emprego do *Pinus spp.* Vindo a superar o pinheiro. Para se ter uma ideia de rápida difusão do *pinus* no município, a contagem de árvores realizada no Censo Agropecuário do IBGE, em 1975, apontou para o corrente ano um total de 1.778.000 araucárias, em comparação ao número de 11.177.000 *pinus*.

Um exemplo da introdução dessa espécie em Palmas, pode ser visto em uma entrevista realizada pela revista *OPalmense* (1970, p. 7), ao madeireiro Osmar Stieven, que residia em Caçador/SC, sendo proprietário no Bairro Caldeiras. Tendo como título da entrevista “Pioneiro no reflorestamento”, o madeireiro conta sobre sua primeira experiência com o *pinus* ter acontecido no Chile em 1962, quando foi assistir à Copa do Mundo. Devido ao seu grande interesse por essa espécie de fácil adaptação no ambiente palmense, solicitou junto ao Parque Florestal de Caçador, 61.700 mudas de *pinus*. Em seguida, contratou a

“Técnica Florestal S.A.”, de Curitiba, para executar o plantio de 800.00 árvores sendo 10% de “*Araucária angustifolia* (Pinheiro paranaense), ou seja, 80.000 e 720.000 de mudas de *Pinus*” (Anexo M).

A inserção do *pinus* para o reflorestamento de áreas desmatadas pela indústria madeireira não foi um aspecto exclusivo da região de Palmas. Moretto (2010), analisou como foram estabelecidos os projetos para o reflorestamento na região de Lages-SC, entre 1960 e 1990. Conforme destaca a autora, o reflorestamento com exóticas foi intensificado por meio da promulgação do Código Florestal de 1965.

Em relação ao madeireiro Osmar Stievem, sua procura por essa espécie exótica no estado de Santa Catarina, o levou a verificar em loco, a viabilidade desse empreendimento para o município. Podemos relacionar alguns aspectos pertinentes, envolvendo a pesquisa de Samira Peruchi Moretto, que apontam para o incentivo ao reflorestador presente na legislação:

A falta de descrição de com quais espécies deveria ser feito o reflorestamento no Código Florestal de 1965 deu abertura para uma série de irregularidades no processo de liberação de créditos para inserção de distintas espécies. Como não foi estipulado que o replantio deveria ser feito com espécies nativas ou simplesmente delimitado as espécies que não poderiam ser consideradas próprias para o replantio, o reflorestamento passou a ser feito com espécies exóticas e também com árvores frutíferas. As espécies exóticas como o *Pinus ssp* e o *Eucalyptus* foram preferíveis não pelo seu valor comercial, mas sim por sua maturidade precoce comparada a espécies nativas (MORETTO, 2010, p. 137).

Outras possibilidades eram buscadas na inserção de uma planta exótica que substituísse a araucária. O *Jornal de Palmas* trazia, em 1974, uma reportagem mediada pela Oliveira Reflorestadora sobre o Kiri (*Paulownia tomentosa*), apontando para as várias vantagens que esse tipo de planta exótica oriunda do Japão poderia trazer aos madeireiros como uma alternativa à araucária

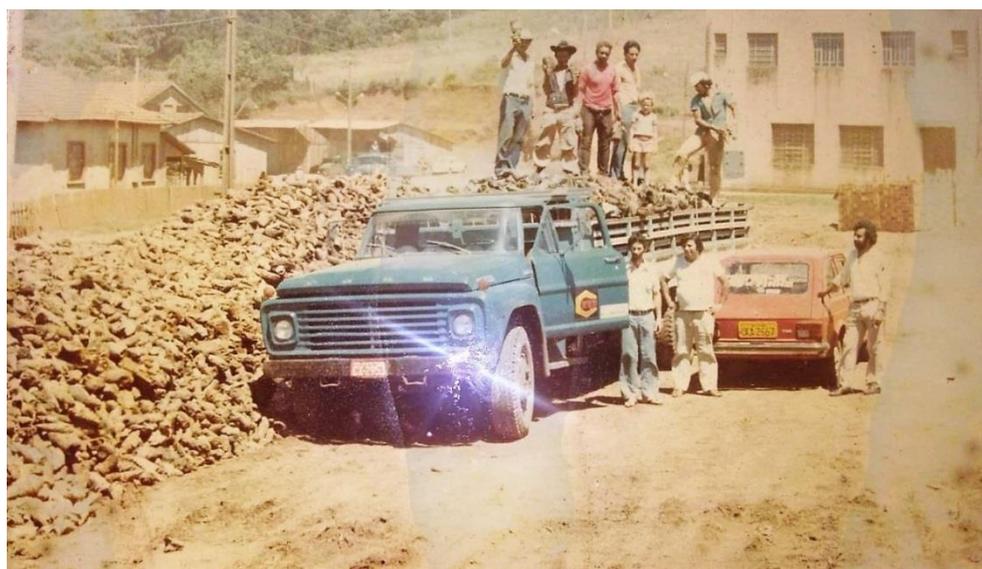
Está surgindo um terceiro gênero de essência que pode conciliar as vantagens e as utilizações do *Pinus ssp* e do *Eucalyptus* à qual é chamada de KIRI. O KIRI é uma árvore com uma enorme gama de utilidades: Crescimento rápido produtora de madeira com características melhores que dá *Araucária angustifolia*, o nosso pinheiro e adapta-se a qualquer tipo de solo super úmido e solo pouco profundo (JORNAL DE PALMAS, 1974, p. 8).

Entretanto, o Kiri não obteve o sucesso esperado, “assim como na região de São Paulo/SP e Caçador/SC, não surtiu o efeito esperado, fora abandonado” (THOMÉ, 1995, p. 39). Dessa forma, ficou no município a preferência pelo *Pinus ssp*, prevalecendo a espécie

*Pinus elliottii*. Assim, conforme vem se delineando a década de 1980, envolvendo as espécies nativas, somente resta juntar o que ficou pelo mato, usar na fabricação da pasta mecânica, ou como é o caso que se configura ao do nó de pinho, sendo utilizado em outras regiões como elemento de combustão nas caldeiras e desenvolvimento para produtos químicos. Motivo pelo qual atraiu ao município a empresa curitibana Indústrias Químicas Carbomafra, utilizando a resina extraída do nó para fins industriais. Apontando ainda para o aspecto de seu uso popular, o nó de pinho no município já era conhecido e utilizado como fonte medicinal, usado em massagens no alívio de dores ósseas. Também sendo ótima fonte de aquecimento. Os artesãos usam na confecção de peças ornamentais, transformando – os em objetos que identificavam a região.

Em conformidade com o exposto, a fotografia da figura 30, o nó de pinho representa o último suspiro da floresta no município:

Figura 30 – Carga de Nó de Pinho - Caminhão da Indústria Química Carbomafra de Curitiba (23 mar. 1981).



Fonte: Acervo da autora.

Pedrollo (2000) faz uma análise na área de economia através de pesquisa oral, junto às lideranças dos setores econômicos em Palmas, em especial o setor madeireiro, e aponta a decepção desses entrevistados em não terem aproveitado o excelente momento em que a exploração madeireira teve seu ápice, enquanto gerador de riquezas por meio da floresta, sendo o município apenas um fornecedor de matéria prima. E ainda, alerta para o setor madeireiro futuro alguns pontos norteados por sua pesquisa ao setor madeireiro, tais como:

As principais deficiências do setor, apontadas pelos entrevistados, se referem à falta de liderança política competente; falta de políticas voltadas ao desenvolvimento florestal; capacidade empresarial e gerencial deficientes; precário conhecimento científico e tecnológico; falta de matéria prima que trará dificuldades para os próximos quatro ou cinco anos, ou seja, até que, os reflorestamentos existentes estejam aptos a transformação (PEDROLLO, 2000, p. 93).

Com o declínio das atividades madeireiras na exploração das araucárias, como foi visto, foram inseridos nos campos, substituindo em alguns espaços a pecuária, e nas florestas devastadas, a agricultura, fruticultura e a silvicultura. Dentre essas atividades, além do *pinus*, destacam-se a maçã e a batata-semente. Ambas, concretizam uma nova fonte de renda para o desenvolvimento. Políticas de promoção a agricultura, junto a CODAPAR foram responsáveis pela construção de uma unidade armazenadora frigorífica para a maçã, com capacidade para 7.000 toneladas, sendo chamada de COPASA (O CLARIM, 1986, p. 1).

Como vimos, o espaço rural de Palmas foi gradativamente transformado a partir da década de 1950 com a ascensão das serrarias, provocando o esgotamento da floresta na década de 1980, sendo substituída pela agricultura, fruticultura e pelo *Pinus spp*. Sendo assim, a araucária e a imbuia (*Ocotea porosa*) são substituídos pelo *Pinus spp*, de forma a possibilitar o abastecimento das serrarias que permaneceram no município.

Dessa forma, as serrarias ocuparam o espaço, o qual o tempo econômico lhe proporcionou. Já a floresta e os campos, deram lugar a outro segmento lucrativo, a agricultura. Por sua vez, a fauna e flora remanescentes, ocupam um espaço como sobreviventes em migalhas como podem, como suportam, vivendo e sobrevivendo em a essa modificação do espaço.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar o processo de transformação na paisagem no município de Palmas, partindo de 1950, quando as primeiras serrarias de grande porte começam a marcar presença, até chegar a década 1980, quando o setor, que chegou a possuir mais de uma centena de estabelecimentos, entrou em crise. Com o fechamento de unidades ou substituindo o processamento da araucária e outras espécies abundantes nos Campos e na Floresta Ombrófila Mista por espécies exóticas, como o *pinus*. Esse processo teve como consequência o esgotamento da floresta das araucárias para fins comerciais. Além disso, os campos também foram utilizados para agricultura. Dessa forma, configura-se o resultado de uma transformação na paisagem, entrelaçada na relação homem e natureza.

Procurou-se, nos três capítulos, problematizar a ação envolvendo o ser humano na modificação do espaço, colocando em foco a serraria como a principal protagonista na transformação na paisagem palmense nas três décadas analisadas.

No primeiro capítulo foram apresentadas as características da Mata Atlântica, que na região se encontra por meio da Floresta Ombrófila Mista e dos Campos, aproximando o leitor da realidade do ecossistema local em uma abordagem nas diferentes áreas do conhecimento acadêmico, como a geografia, biologia, arqueologia, física, química e história. Assim, possibilitou o entendimento dos aspectos relativos ao meio ambiente da região onde, mais tarde, foram instaladas as serrarias, objeto do presente estudo.

No segundo capítulo, buscou-se demonstrar como as primeiras ações antrópicas interagiram e modificaram a paisagem, envolvendo o manejo dos campos e florestas, por parte das populações indígenas, empregando o fogo, por exemplo.

Concomitante, a chegada dos primeiros europeus na região, e a fixação definitiva dos fazendeiros oriundos de Guarapuava, atraídos pelos campos “desabitados” para criação de gado, concretizando o povoamento dos campos de Palmas. Portanto, ao longo de mais de um século, a pecuária agiu como um elemento que modelou a paisagem da região, tanto rural quanto urbana. A forma de povoamento proporcionada pela pecuária é caracterizada por um povoamento disperso, com baixa densidade demográfica e pequenos núcleos urbanos. Esses aspectos estão presentes nos jornais e demais documentos da época, inclusive na *Notícia da descoberta dos Campos de Palmas*.

Dessa forma, o homem e a mulher indígena formam o primeiro grupo humano a ocupar o espaço, que posteriormente, foi movido para criação de gado. Sendo a primeira e

significativa transformação no ecossistema, pelo fogo e pisoteio do gado. Também utilizada como fonte de calor, usada na construção de casas e cercas, ou para com um corte central, secar e morrer embalada pelo tempo, vindo dar lugar ao criatório.

Sendo ainda analisado o papel do tropeiro na modificação do espaço, e tornando-se um dos símbolos culturais do pecuarista. Além do simbolismo, destaca-se o papel dos caminhos das tropas no que diz respeito à formação de pequenos povoados nas localidades em que os tropeiros paravam para repouso. Desses povoados, foram originadas as fazendas dedicadas à pecuária.

No terceiro capítulo, a análise das fontes demonstra a partir dos anos de 1950, o caminhão, a motosserra, abertura de estradas, configurando meios de referência na rapidez e facilidade, para a derrubada da floresta. Estabelecendo a real substituição dos engenhos de serra, pela a inserção das serrarias, movidas a motor a vapor até a década de 1950. A partir da década seguinte, 1960, por intermédio das políticas desenvolvimentistas, destaca-se a força trazida pela eletricidade.

As serrarias que aportavam em Palmas trouxeram métodos mais sofisticados e rápidos para a exploração da floresta. Formatando uma segunda leva de imigrantes oriundos da região Sul, principalmente de Porto União SC/, União da Vitória PR/ e Caçador SC/, já acostumados à exploração madeireira vindo a ampliar os negócios nesse setor. A estrada de Ferro Rio Grande São Paulo, foi mola propulsora para abertura e manutenção das primeiras estradas de acesso a Palmas por esse caminho, dando acesso a Curitiba, possibilitando o comércio da madeira para outros pontos do país, impulsionando o quadro de exportações.

Os alvarás, cartas topográficas e fotografias, apontam nesse período para a existência de cerca 45 serrarias na área urbana e 52 no espaço rural, concomitante, 12 estabelecimentos, não incluídos nos documentos legais da Prefeitura Municipal, identificado, na carta de mapeamento realizado pelo IBGE na década de 1970. Isso dá um total de 109 serrarias no espaço do município nesse período.

O terceiro capítulo, ainda produziu discussões acerca da vida cotidiana na serraria, envolvendo o lazer e o trabalho. Atraindo imigrantes, ampliando espaços, fazendo interlocuções envolvidas em diferentes formas de viver e conviver, vinculando ao lazer da serraria, tão próximo das pessoas do bairro, estabeleceu-se um processo dinâmico na multiplicidade que envolve a relação homem e natureza.

Dessa maneira, a chegada da década de 1980, apresenta a visível modificação no espaço palmense, tanto no espaço rural, quanto urbano, motivado pelo elemento serraria,

vindo a transformar a paisagem. Dados estatísticos sobre a exploração de espécies como a araucária e a imbuia apontaram, para essa década, o esgotamento da disponibilidade dessas fontes para o comércio. Como consequência desse desmatamento, a ação das serrarias deixou espaço já limpo, ocasionando a inserção do plantio de *Pinus spp.*, tanto nos Campos, quanto nas florestas, bem como, a introdução da agricultura representada pela soja, milho, trigo, feijão e, dentro da fruticultura, a maçã. Dessa forma, as serrarias colaboraram para a modificação na paisagem urbana e rural do município, assim como o desenvolvimento das culturas citadas também em áreas de Campos.

Nesse sentido, as serrarias cumpriram seu papel comercial e os madeireiros pagaram pelos pinheiros. Com o esgotamento da araucária, muitos desses madeireiros, que não fixaram moradia, migraram para outras regiões investiram seu capital em outros locais. Outra opção encontrada por essas pessoas para que fosse possível se manter no setor madeireiro foi o investimento nos plantios de *pinus*. Deixando o Bioma da Mata Atlântica alterado, pela realidade de plantas exóticas as quais hoje integram com o espaço do município.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Transformações na vida camponesa:** o Sudoeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: USP, 1981.
- ALONSO, M. T. A. **Geografia do Brasil.** 5.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.
- ANDREIS, A. **Palavras e Contra palavras:**entendendo o cotejo como proposta metodológica. São Carlos: Pedro & João, 2017.
- APESC, Ofício de Nereu Ramos a Secretária-Geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina, 29/04/1916. Ofícios diversos à SGNE, 1916. Mais tarde, Nereu Ramos sucedeu a Carlos Luz na presidência da República. In: MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica:** teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.
- AVALIAÇÃO e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília: MMA/SBF, 2002. 404p. Disponível em: «[http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/bio5.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/bio5.pdf)» Acesso em: 17 ago. 2018.
- BARROS, J. D’A. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem.** Irati, v. 1, n. 2, p. 73-102, maio/ago., 2010.
- BAUER, A. C. L. **Palmas nas vivências de um campeiro.** Palmas: Kayganguê, 2017.
- BAUER, J. de A. **Reminiscências, Histórias de Palmas.** Palmas: Kayganguê, 2002.
- BECKER, E. *et al.* Sustainability: a cross-disciplinary concept for social transformations. **Most Policy, paper**, n. 6. Paris: UNESCO, 1997.
- BENDER, B. **Contested landscapes. Movement, exile and place.** Oxford: Berg, 2001.
- BERNARDAN, A.; SOARES, B. A. Campos de Palmas: um ecossistema ameaçado. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 16-29, 2016.
- BERNASKI, J.; DE SOUZA, A. O capitão comandantes dos índios – Vitorino Condá, nos Campos de Palmas, no Iranin e no Chapecó: os Kaingang e as terras indígenas do planalto meridional no século XIX (1839-1844). **Memórias Rurais e Urbanas**, v. 28, n. 42, jun., 2015.
- BRANDT, M. Criação da Sociedade Agrícola Fraiburgo (Safra) e o início da pomicultura em Fraiburgo/SC, na década de 1960. In: **Revista discente expressões geográficas.** Florianópolis: Depto. Geografia, jun. 2005. n. 1.

BRANDT, M. Dos pinheirais à “terra dos trigais”: colonização e Transformação da paisagem – Colônia Marechal Hindemburgo (1930-1950). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 195-208, set., 2010.

\_\_\_\_\_. **Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina**. 2012. 332p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Cultural. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

BRANDT, M.; NODARI, E. S. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. **Curso de geografia para professores do ensino de I e II graus, julho de 1972**. Rio de Janeiro: GB, 1972. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13930.pdf>>.

BRAVIN, J.; RIBEIRO, N.; GÓES, L.; BRAVIN, S.; RIBEIRO, S. A Formação Industrial no Paraná: do desenvolvimento e formação de aglomerados a distribuição desigual no espaço. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 7, n. 18, p. 48-66, set. 2015.

BRITO, T. A. de. **Esboço do mapa dos Campos de Palmas e territórios contíguos**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. do Archivo militar, 1843. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart176716/cart176716.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176716/cart176716.html)> Acesso em: 10 jan. 2019.

CABRAL, D. de C.; CESCO, S. Notas para uma história de exploração madeireira na mata Atlântica do Sul – Sudeste. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XI, n. 1, p. 33-48, jan./jun., 2008.

CAMARGO, A. A. **Mensagem do governador Affonso Alves Camargo, dirigida ao Congresso Legislativo do Paraná – 01/02/1920**. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1920\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1920_p.pdf)>. Acesso em: 8 maio 2018.

CARVALHO, J. L. de. **O comércio no Paraná: uma história de conquistas**. Aimoré Índio do Brasil Arantes. Curitiba: Sistema FEVOMÉRCIO/Sesc/Senac, 2008.

CARVALHO, M. M. X. de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern BrazilLumberandColonization (1870-1970)**. 300p. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História Cultural. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

CARVALHO, M. M. X. de; NODARI, S.. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de Araucária no Médio Vale Iguaçu (1884-1920). **Cadernos do Ceom**, ano 21, n. 22, Bens culturais e ambientais. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/329>>Acessoem: 12 set. 2018.

CASTELA; B.; RIBEIRO, M. C. The Brazilian Atlantic Forest: how much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. **Biological Conservation**, 142, p. 1141-1153, 2009.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CODAPAR. Estação frigorífica de Palmas. Disponível em: «<http://www.codapar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=21>» Acesso em: 12 jul. 2019.

CORRÊA, R. L. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Bas. Geo**, n. 1, p. 87-98, 1970.

\_\_\_\_\_. **Região e Organização Espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991

CORRÊA, S. D. História Ambiental e a paisagem. **Halac**, Belo Horizonte, v. II, n. 1, p. 47-69, set., 2012, fev., 2013. Disponível em: «<https://halacsolcha.org/index.php/halac/article/download/187/18>»

COSTA, O. R. G. **Ação empresarial do Barão do Serro Azul**: subsídios para o estudo da industrialização no Paraná. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

CRONON, W. **Changes in the land**: Indians, colonists, and the ecology of New England. New England: Hill and Wang, 1989.

CRONON, W. **Uncommon ground**: toward reinventing nature. New York: W.W. Norton & Company, 1996.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: «<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319>» Acesso em: 19 jun. 2017.

DRUMMOND, J. A. Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade**, ano V, n. 10, 1º Semestre de 2002.

EITEN, G. A vegetação do estado de São Paulo. **Boletim do Instituto de Botânica**, 7, p. 106, jan., 1970.

FERREIRA, J. C. V. **Vicente Ferreira**. Maringá, PR: Memória Brasileira, 1996.

GEIDIEL, J. A. P. Cartografias controversas. In: PORTO, L.; SALLES, J. de O.; MARQUES, S. M. dos S. (orgs.) **Memórias dos povos do campo no Paraná – centro sul**. Curitiba: ITCG, 2013.

GERHARDT, M.; NODARI, E. S. Aproximações entre História Ambiental, Ensino de História e Educação Ambiental. In: BARROSO, V. L. M.; *et. al.* **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST, 2010. p. 57-7

HOBBSAWM, E. **O que os historiadores devem a Karl Marx?** In: \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

IBGE. **Censo Agropecuário: Paraná**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

\_\_\_\_\_. **Recenseamento do Brasil em 1872. Província do Paraná – IBGE**. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IPARDES. **Os vários Paranas: Sudoeste Paranaense: especificidades de diversidade**. 2009. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense\\_especificidades%20e%20diversidades.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense_especificidades%20e%20diversidades.pdf)> Acesso em: jul. 2019

IPARDES. Censo de 1950. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense\\_especificidades%20e%20diversidade](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense_especificidades%20e%20diversidade)> Acesso em: 03 jul. 2019.

JORNAL DE PALMAS, 18/11/1973, p. 08.

JORNAL DE PALMAS, n. 26, p. 06. 02 jul., 1974.

JORNAL DO POVO, edição 12, p. 10, 1978.

JORNAL “O CLARIM”, p. 01, 1986.

JORNAL “O CLARIM”, p. 03, 1988.

JORNAL “O IMPACTO”, ano I, n. 28, p. 1-10, 1973.

JORNAL O ESTADO DO PARANÁ, 14/10/1976.

KRÜGER, N. **Sudoeste do Paraná – História de Bravura, Trabalho e fé**. Editora e produção gráfica: Sinval Sergio de Andrade Gomes, Ricardo Trento, 2004.

LAVALLE, M. **Ainda. A madeira na economia paranaense**. Dissertação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

LOEFGREN, A. Ensaio para uma distribuição dos vegetais nos diversos grupos florísticos do estado de S. Paulo. **Boletim do Instituto Geológico e Geográfico**, 11, p. 31-48, 1896.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

MARTINS, R. Bandeiras povoadoras do Paraná: povoamento dos campos de Palmas. **Revista do Círculo de Estudos**. Núcleo de Documentos e pesquisa História de Palmas (NDPH-Unics). Relação de inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1899-1903). [s.d.].

MARTINS, A. R. Caminhos históricos do Paraná. In: **Rede de Viação Paraná Santa Catarina**. Cinquentenário da Estrada de Ferro do Paraná 1885-1935. Curitiba, 1935.

MASSEY, D. Space-time, 'Science' and. The relationship between physical geography and human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 24, n. 3, set., p. 261-276, 1999.

MENDES, A. M. **Origem e Composição das Fortunas na Sociedade Tradicional Paranaense. Palmas – 1859-1903**. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/.../D%20-%20MENDES,%20ADILSON%20MIRANDA.pdf>>.

MENDES, C. M. **A terra Urbana Palmense no seu Processo de (Re)Construção**. (Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Instituto de Geociências e Ciências Exatas). Rio Claro, SP, 1988.

MINEROPAR. **Censo populacional do Município de Palmas PR – 1980**. Disponível em: <[http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/economia\\_mineral/Populacao\\_Censitaria\\_do\\_Parana\\_por\\_municipio\\_1980\\_a\\_2010.pdf](http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/economia_mineral/Populacao_Censitaria_do_Parana_por_municipio_1980_a_2010.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2019.

MINEROPAR. **Dados estatísticos nas décadas de 1980 e 1970 em Palmas**. Disponível em: <[http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/economia\\_mineral/Populacao\\_Censitaria\\_do\\_Parana\\_por\\_municipio\\_1980\\_a\\_2010.pdf](http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/economia_mineral/Populacao_Censitaria_do_Parana_por_municipio_1980_a_2010.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2019.

MOMBELI, R. Comunidades quilombolas em Santa Catarina: resistência negra e luta pela terra. In: RADIN, J. C. (org.) **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015, v. 1, p. 130-145.

MORETTO, S. P. **Remontando a floresta**: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990). (Dissertação), Florianópolis, SC, 2010. 281 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93519>. Acesso em: 07 set. 2019

NAZARO, L. S. B. **DimorvamCarraro**: uma história de sucesso. Palmas: Kaygangue, 2013.

\_\_\_\_\_. **Palmas, uma história de fé, luta e garra de um povo**. Palmas: Kaygangue, 1991. 156p.

\_\_\_\_\_. **História e Histórias do Kaingang de Palmas – Paraná**. Uma literatura indígena. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

NODARI, E. S. **Mata Branca**: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. 2012. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/262601718\\_Mata\\_Branca\\_o\\_uso\\_do\\_machado\\_do\\_fogo\\_e\\_da\\_motosserra\\_na\\_alteracao\\_da\\_paisagem\\_no\\_estado\\_de\\_santa\\_catarina/citation/download](https://www.researchgate.net/publication/262601718_Mata_Branca_o_uso_do_machado_do_fogo_e_da_motosserra_na_alteracao_da_paisagem_no_estado_de_santa_catarina/citation/download)> Acesso em: 8 set. 2019.

NÖTZOLD, A. L. V. **Nosso vizinho Kaingang**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003.

PADIS, P. C. **Com formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981, Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

PÁDUA, A. J. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/09.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: estabelecendo um marco de análise. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 232-251, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>.

PALAVRAS e contra palavras: entendo o cotejo como proposta metodológica. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

PÁDUA, J. A. (org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009. p. 118-150.

\_\_\_\_\_. As bases teóricas da história ambiental. *Revista Estudos Avançados* 24 (68), 2010.

PALMAS, uma História de Fé, Luta e Garra de um Povo. Caingangue, 1999. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/bituruna/historico>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PALMAS. Câmara Municipal de Palmas. **Projeto de Lei Nº 15/2015**. 2015.

\_\_\_\_\_. **Folha do Sudoeste**, out., 2017.

\_\_\_\_\_. **Livro de Registro do Cartório de Notas de Palmas-PR**: Livro Nº 3, inscrições 1 a 729, folhas Nº 4-30.

\_\_\_\_\_. **Livro de Registros de Bens e Imóveis**. Tabelionato de Palmas-PR.

\_\_\_\_\_. **Livros**: Nº 3, inscrições 1 a 179. Folhas: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. 1891 a 1898.

\_\_\_\_\_. **Memória que vivi**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2090465001197910&set=g.952463711594967&type=1&theater&ifg=1>>.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto Ambiental do Paraná. **Bioclima Paraná**: a Biodiversidade Paranaense. Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

PARELLADA, I. C. **Arqueologia do Paraná.** Disponível em: <[www.museuparanaense.pr.gov.br](http://www.museuparanaense.pr.gov.br)>. Acesso em: 17 jan. 2018.

PEDROLLO, M. O. **Estado Municipal e desenvolvimento econômico:** Reflexões sobre o Município de Palmas - PR, 1985-1998. (Dissertação de Mestrado, apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Sociais Aplicadas – área Economia – Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL). Palmas, PR, 2000.

PEREIRA, L. C. B. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricode desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

PERES, J. A. **Entre as matas de araucárias:** cultura e história Xocleng em Santa Catarina (1850-1914). Dissertação (Mestrado em História). 2009, 81 fl. Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina 2009.

PILLAR, V. de P. *et al.* **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília: MMA, 2009.

PINSKY, C. B. (org.). **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil) Fontes históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, J. P.; TURAZZI, M. **Ensino de História:** diálogos com a literatura e a fotografia. São Paulo: Moderna, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

PROCHNOW, M. (org.) **O Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta:** unidade de Conservação da Mata Atlântica. Rio do APREMAVI, 2009.

PROJETO de Levantamento Arqueológico Complexo Gerador Eólico, Subparques Rota das Araucárias I e II, Palmas, PR. 04/03/2013. Disponível em: <[http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/2014\\_EIA\\_RIMA/Palmas/3\\_ESTUDOS\\_ARQUEOLOGICOS\\_EOLI CAS\\_SUL\\_FINAL\\_MAIO\\_2014\\_compressed.pdf](http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/2014_EIA_RIMA/Palmas/3_ESTUDOS_ARQUEOLOGICOS_EOLI CAS_SUL_FINAL_MAIO_2014_compressed.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O campesinato brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1973.

RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. **História da Fronteira Sul.** Porto Alegre: Letras & Vida, 2015.

REVISTA DE PALMAS. Edição Especial, jan., 1983.

REVISTA GEOGRAFARES, n. 16, p. 217-225, jan./jun., 2014

REVISTA MUNICIPAL PALMAS UMA NOVA ERA.

REVISTA on-line. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

REVISTA PALMENSE. Ano I, edição 03, jul., 1970.

REVISTA PARANAENSE DOS MUNICÍPIOS. **Palmas 100 Anos**, Edição Especial, p. 16, 1979.

RIBEIRO, G. A. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na Região de Palmas e Guarapuava. **Boletim de geografia – UEM**, ano 7, n. 1, p. 24-25, set. 1989. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/viewArticle/12896>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RISSO, C. V. **Entre trabalho e lazer: as memórias dos moradores de Irati, Jardinópolis, União do Oeste e Sul Brasil (1920-1980)**. 2018. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2094/1/RISSO.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SANQUEATA, C. R.; TETTO, A. F. **Pinheiro-do-paraná: lendas & realidades**. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1999.

SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Da sociedade à paisagem: o significado do espaço do homem**. In: SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **La naturaleza del espacio: técnica y tiempo. Razón y emoción**. Barcelona: Ariel, 2000.

SCHAMA, S. **Landscape and Memory**. New York: Alfred A. Knopf, 1995. 652p. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/7506/5669>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

SCHMITZ, p. I. As Casas. Fragmentos da História dos Índios Kaingang. **Ciência Hoje**, v. 31, n 181, p. 23-29, 2002.

SHELHARD, D. C. História Ambiental e a paisagem. **HALAC**, Belo Horizonte, v. II, n. 1, p. 47-69, set., 2012; fev., 2013. Disponível em: <<https://halacsolcha.org/index.php/halac/article/download/187/182/>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

SILVA, A. M. F. **Da África ao Rocio São Sebastião – Quilombo de Palmas – Paraná. Memórias Vividas.** Curitiba: Clube de Autores, 2018.

SILVA, C. M. da; BRANDT, M.; CARVALHO, M. M. X. de. **Uma história ambiental da fronteira sul: campos, florestas e agroecossistemas.** In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, p. A. História da Fronteira Sul. Porto Alegre: Letras & Vida, 2015,

SILVA, M. C. da. **As rodovias no contexto sócio econômico paranaense: 1946-1964.** (Dissertação de mestrado em História – DeHis/UFPR) Curitiba, 1984. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24631/D%20-%20SILVA,%20MACLOVIA%20CORREA%20DA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

SOUZA, M. A. A. de. Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. **Boletim Paulista**, n. 46, p. 38-87, 1971.

SOUZA, N. B. de. **Cultura popular como mirante do trabalho ideológico.** IN: Palavras e contrapalavras: entendendo o cotejo como proposta metodológica. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

STRAUBE, K. V. K. **A Estruturação Sócio-Espacial do Sistema Tropeiro – o caso do caminho das tropas entre palmas e união da Vitória, PR.** (Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia, Curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná). Curitiba, 2007. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/GEOGRAFIA/Dissertacoes/disserta\\_tropeiros.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/GEOGRAFIA/Dissertacoes/disserta_tropeiros.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. O caminho tropeiro de Palmas-União da Vitória como elemento do desenvolvimento regional de 1850 até a atualidade. **Revista Eletrônica Geografar**, v. 1, n. 34, p. 36, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/7382/5286>>. Acesso: 07 mar. 2019.

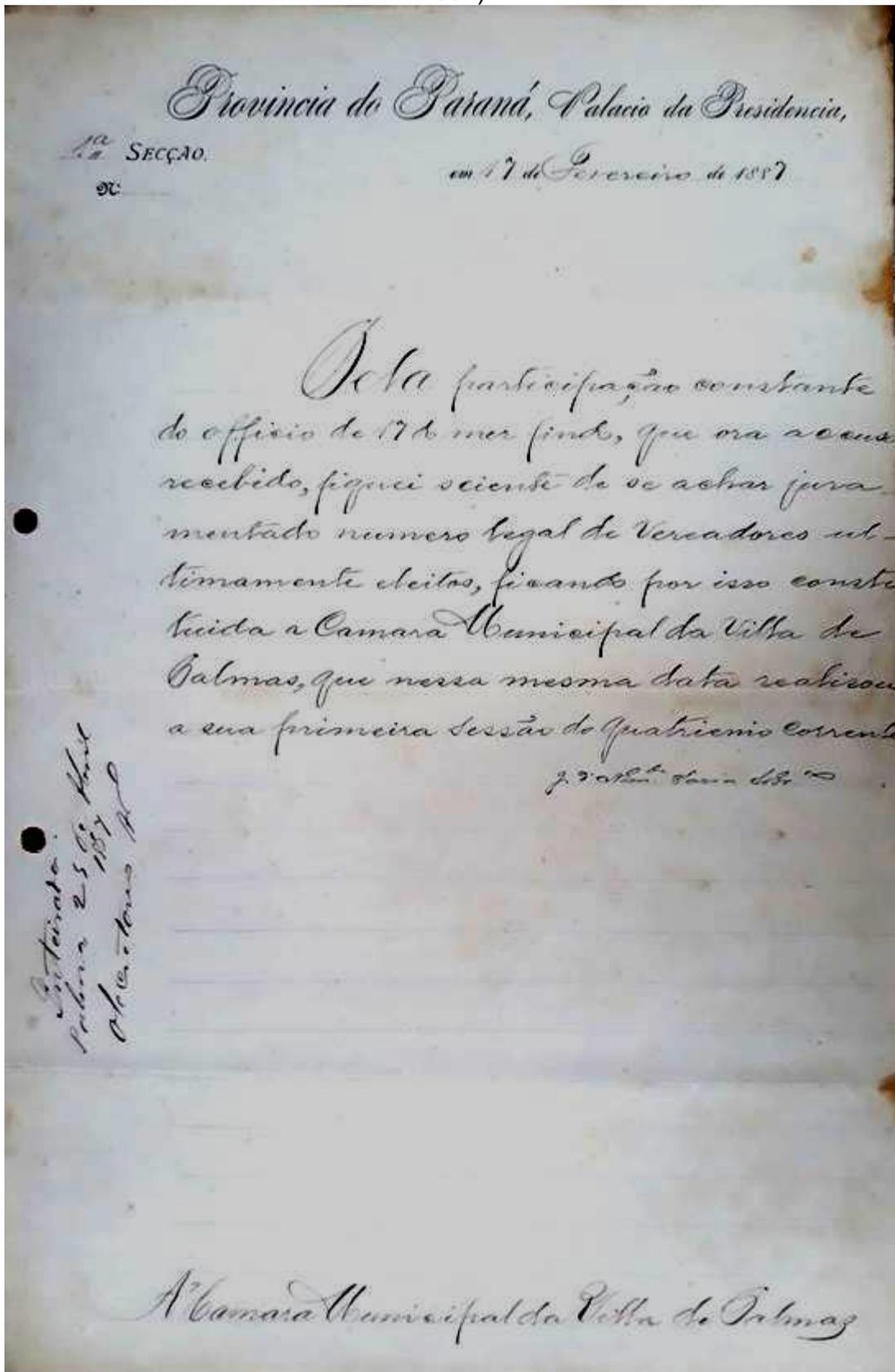
TODERO, P. L. **Uma análise do perfil da mão-de-obra na indústria madeireira palmense frente a demanda e as novas tecnologias de produção.** Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais Aplicadas. Palmas, 2000.

UNIVERSIDADE Livre do Meio Ambiente. **História e geografia do Paraná: textos e metodologias de mapas e maquetes?** Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente, 2002.

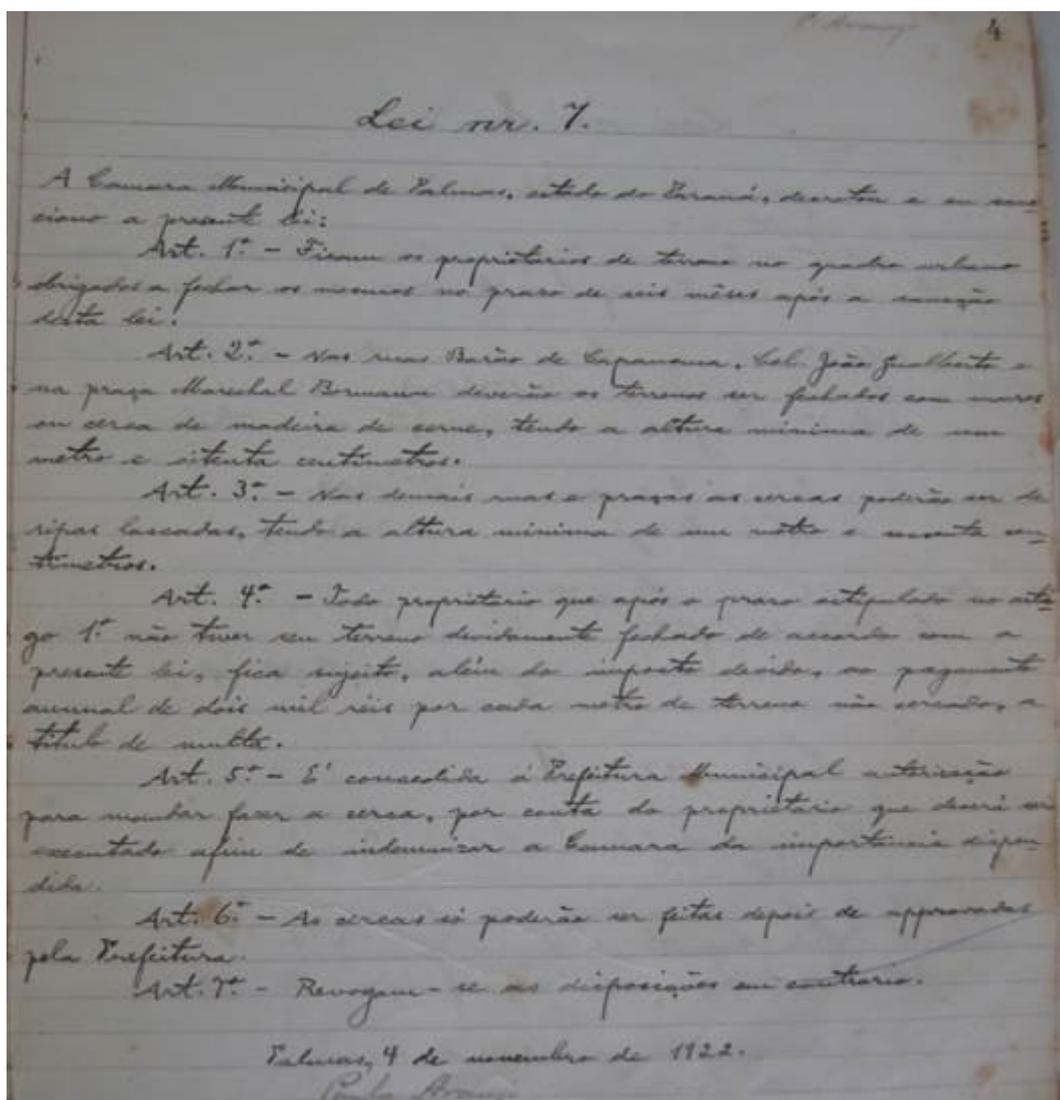
WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/85.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente e Sociedade**, v. 5, n. 2, 2003.

ANEXO A – Primeira sessão da Câmara de Vereadores de Palmas/PR (17 fev. 1887)



## ANEXO B – Lei n. 7, para fazer cercas nos terrenos da zona urbana de Palmas/PR



Fonte: Livro nº 1 Decreto-lei 1922 a 1928  
Disponível: Câmara de Vereadores de Palmas

**ANEXO C – Solicitação da Diretoria Geral de Saúde do Paraná em relação à quantidade de fábricas de banha e derivados de carne em Palmas/PR, em 1932**

 Directoria Geral de Saúde Publica do Estado do Paraná

Curitiba, 27 de Dezembro de 1932

Nº \_\_\_\_\_

Ilmo. Snr. Prefeito Municipal de

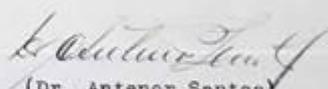
Circular. Palmas

Solicito-vos a fineza de remeter uma relação das fabricas de banha e derivados de carne, bem como dos matadouros existentes neste Municipio, afim de serem regularisadas as respectivas licenças nesta Diretoria.

Obsequio remetel-a á Sub-Inspetoria de Carnes, anexa a esta Diretoria.

Com os meus agradecimentos apresento-vos protestos de alta consideração.

Saudações.

  
(Dr. Antenor Santos)  
Diretor Interino.

## ANEXO D – Ofício – Questão Paraná-Santa Catarina

1844

599

Ilmo. e Exmo. Sr. Telo officio que V. Exa. se dignou dirigir-me, datado de 8 de Novembro proximo passado e com o qual respondendo V. Exa. ao meu de 21 de Setembro antecedente, servio-se V. Exa. declarar-me que adoptava o recurso que lhe lembrei, de submitter aos Poderes competentes a questao vertente sobre os limites desta e essa Provincia na parte relativa ao Municipio de Lagoa e isto porque V. Exa. se não conformava com as razoes que lhe expressei para convenhel-o de que era inequivel a reclamação que por parte dessa Provincia, fazia V. Exa. dos campos de Palmas como territorio integrante daquelle Municipio. Com este accordo de V. Exa. terminara esta questao entre as duas Presidencias, visto que vai ella ser ventisfada em superior instancia, a unica que pode decidir em taes conflictos e a cuja deliberacao cumpre nos sujeitar.

Todavia sem que pretendo reincidir nos provas allegadas em sustentação de direito que esta Provincia tem sobre aquelle Territorio, pois que eu as mesmas ou as que poderia apresentar de novo não boaria a V. Exa. ao arrependimento desse direito uma vez que fizou suas ideias em sentido opposto, permitta-me V. Exa. que restabeleça duas asserções minhas, que sem duvida porque as não enuncieiro com a necessaria clarezza não se apresentaro ao claro discernimento de V. Exa. em sua genuina intelligencia. Nunca presupy em V. Exa. a mes-

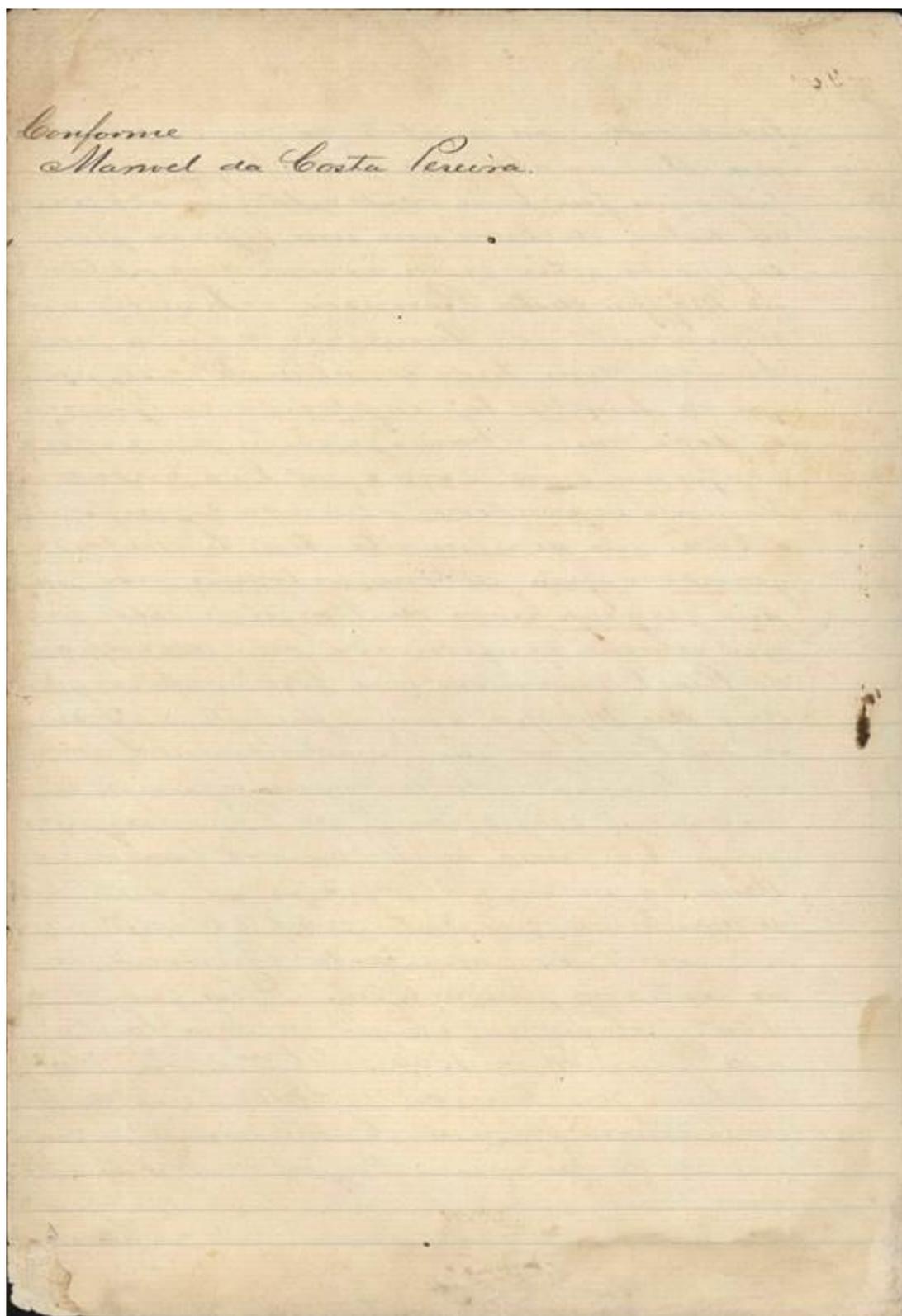
01

mequinha intenção de agitar entre as duas  
 Residências um conflicto sobre Posse-  
 sões territoriaes, porque, questões de esta na-  
 tureza tem o caracter da incurialidade  
 quando ellas sahem da orbita que lhes  
 tem marcado a Constituição. V.ª. servio,  
 se perguntar-me sobre os confins limita-  
 des entre esta e sua Provincia, relativamen-  
 te ao municipio de Lages e que se fossem  
 elles tais quaes indicavão os mappas geo-  
 graphicos que V.ª. consultou e as noticias  
 e tradiçoes que tnhão chegado ao seu conhe-  
 cimento, vinha a pertencer a essa os Cam-  
 pos de Palmas. Julguei dever responder a  
 V.ª. que os Mappas não apresentavão  
 um fundo de certeza e exactidão tal, prin-  
 cipalmente no tocante ao interior do Bra-  
 zil, que sobre elle poderem basearse con-  
 clhantes questões e que raras vezes deicava  
 de prevalecer em tradiçoes e noticias par-  
 ticulares mal entendido espirito de interesse  
 se e se assim não me fiz entender. Foi em  
 verdade esse o genuino e hermeneutico  
 sentido do embaixado por mim sobre esse  
 quizito. Ha um equívoco no 5º periodo  
 do officio de V.ª. que julgo indispensavel  
 esclarecer, por não que ella pode induzir a  
 que se pense da minha parte algum vis-  
 lumbr de parcialidade. A inequidade  
 em que classifiquei as Cartas geographi-  
 cas do interior do Brazil, he extensiva não  
 só as que V.ª. consultou, quando expen-  
 deo sua opiniaõ a respeito das localida-



localidades em questão como as mesmas que estão ao alcance desta Presidência, e julgo que fui bem explicito quando a cerca destas, declarei em um officio que supposto estiverem assim descriptos no Mappa desta Provincia os limites correspondentes ao Municipio de Lages, não merecia com tudo semelhante assignação de limites tão implicita confiança e (logo mais abaixo) assim penso por conformar-me com o que levo precedentemente expozido, quando significuei a V. Ex.<sup>a</sup> que geralmente tem se notado grande copia de inequações nos mapas geographicos do Brazil, e isto mesmo se acha confirmado pela descripção do Rio Canoinhas que V. Ex.<sup>a</sup> o do segundo o seu Mappa, com affluente de Jopraspi ou Coró, no que ha identidade com o do Marechal Muller e que segundo a descripção geographica de Dymbarguier Souza Chichorro, he elle um dos braços do Uruguay mirim ou Jopceim. Dahi pois se deprehende que esta geral classificação não exclui o mappa desta Provincia, como ao contrario penso V. Ex.<sup>a</sup>. Deus guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. Palacio do Governo de São Paulo 5 de Dezembro de 1844. - Ilmo e Exmo Sr. Antonio José Ferreira de Brito Presidente da Provincia de Santa Catharina = O Presidente da Provincia Manuel da Fonseca Lima e Silva.

Confer.



Fonte: Museu Histórico Paranaense. Disponível em:  
<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=93>

**ANEXO E – Recenseamento de 1890, envolvendo os distritos na jurisdição da Comarca de Palmas/PR**

| DIVISÃO CENSITARIA                  |   |  |                    |                         |
|-------------------------------------|---|--|--------------------|-------------------------|
| RÉPARTITION CENSITAIRE              |   |  |                    |                         |
| DA COMARCA DE PALMAS                |   |  |                    |                         |
| DE LA COMARCA DE PALMAS             |   |  |                    |                         |
| TERRITÓRIOS<br>territoriaux         |   |  |                    |                         |
| Colônia Militar do Chopim. . . . .  | } |  |                    |                         |
| Colônia Militar de Chapecó. . . . . |   |  |                    |                         |
| Palmas . . . . .                    | } | SENHOR DOM JESUS DE PALMAS.<br>(parochia—paroisse) | PALMAS. . . . .    |                         |
| Palmas do Sul . . . . .             |   |  |                    |                         |
| N. S. da Luz da Boa-Vista. . . . .  | } | N. S. DA LUZ DA BOA VISTA.<br>(parochia—paroisse)  | }                  |                         |
| Campos de Erê . . . . .             |   |  |                    |                         |
| Mangueirinha . . . . .              |   |  |                    |                         |
| S. Sebastião do Passo do Carneiro.  |   |  |                    |                         |
| União da Victoria. . . . .          | } | N. S. DA VICTORIA . . . . .                        | UNIÃO DA VICTORIA. |                         |
|                                     |   |  |                    |                         |
|                                     |   |  |                    | COMARCA<br>DE<br>PALMAS |

(Note: The table uses brackets to group territories under specific parishes and municipalities. The 'COMARCA DE PALMAS' label is positioned to the right of the main list of territories.)

**NOTA—** Esta divisão foi adoptada unicamente para o objecto do recenseamento, comprehendendo, sob a denominação generica de territorios, as duas colonias militares, os seis districtos policiaes e a região denominada Campos de Erê.

**Rémarque—** Cette répartition a été adoptée seulement dans le but du dénombrement, ayant été classées sous la dénomination générale de territoires les deux colonies militaires, les six districts de la police et la région appelée Champs d'Erê.

Fonte: Museu Histórico Paranaense. Disponível em:  
<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=93>

## ANEXO F – Tabela de preços para passagens em balsas, Palmas/PR

TABELA DE PREÇOS PARA PASSAGENS EM BALSAS.

222

|                                    |                    |
|------------------------------------|--------------------|
| Caminhão vazio.....                | Cr\$ 3,00          |
| " carregado.....                   | mais 0,30 centavos |
| por arroba até o máximo de.....    | Cr\$ 5,00          |
| Auto-ônibus vazio.....             | Cr\$ 3,00          |
| " " lotado.....                    | Cr\$ 4,00          |
| Automovel vazio.....               | Cr\$ 2,50          |
| " lotado.....                      | Cr\$ 3,00          |
| Caminhonete vazia.....             | Cr\$ 2,50          |
| " carregada.....                   | Cr\$ 3,50          |
| Carroção de 4 rodas vazio.....     | Cr\$ 2,00          |
| " " " " carregada.....             | Cr\$ 3,00          |
| Carroça " " " vazia.....           | Cr\$ 1,50          |
| " " " " carregada.....             | Cr\$ 2,00          |
| Carroça " 2 " vazia.....           | Cr\$ 1,00          |
| Carroça " " " carregada.....       | Cr\$ 1,50          |
| Pedestres - por pessoa.....        | Cr\$ 0,80          |
| " - por grupo de mais de 2.....    | Cr\$ 0,50          |
| Cavaleiros, inclusive montada..... | Cr\$ 1,00          |

Fonte: Acervo do IFPR – PALMAS-PR

ANEXO G – Ofício enviado pela Colonizadora Santa Barbara ao Prefeito de Palmas/PR, Rafael Ribas (1933)

do  
RIO POLITICO DO BRASIL

Porto Vitoria 19 de Dezembro de 1933

Illm. Snr. Rafael Ribas  
D.D. Prefeito do Municipio de Palmas

Pela copia do officio Nº5.208 que teve a gentileza de enviar-me vejo que a Diretoria dos Correios pede resposta dos itens que consta do mesmo.

Quando estive em Curitiba falei com o Dr. Diretor, substituto, em Setembro do corr. e este me orientou mais ou menos como devia fazer o abaixo assinado, depois de feito, enviei a Curitiba com os dados ect.

Não sei se V.S. já respondeu o officio; juntarei aqui alguns dados em resposta aos itens.

a) qual a categoria e importancia da localidade; resposta- é sede do Distrito Judiciario e da Colonia Santa Barbara no Municipio de Palmas, a area do Distrito de Santa Barbara é de 1.593.958,080 m. quadrados mais ou menos ou sejam 65 mil alqueires, só a Colonia Santa Barbara tem mais ou menos 35 mil alqueires, em sua maioria vendido em lotes colonias a agricultores, sendo assim a sede Santa Barbara uma localidade de grande futuro e muita importancia para toda esta zona e Distrito;

b) qual a população dentro dum raio de 5 quilometros; resposta - dentro deste raio deve ter uma população de mais ou menos 1.200 a 1.500 almas mas, a meu ver não pode ser restrito assim pois, se tem grande numero de colonos que residem de dez, vinte, 30, até cincuenta quilometros alem da sede, pelas estradas atuas, não compreendo como pode se querer levar em conta somente a população dentro desta area, se toda a população do Distrito e Colonia Santa Barbara recebem sua correspondencia no centro, que é a sede; a correspondencia até esta data tem sido levada de União da Vitoria a Santa Barbara, por carreteiro, caminho oct. mas o commercio e industria estão reclamando já a muito tempo uma agencia de correio e, com razão, porque sempre a estraviu, uma vez as cartas, jornaes ect. são entregues a um, outra vez a outro, que as distribue e quantidade de correspondencia que se estravia não vindo as mãos de quem é direito, enfim é completamente impossivel continuar assim;

c) qual a Agencia mais (postal) mais proxima; resposta- é a de União - Porto União que tem 66 a 68 quilometros, por uma estrada de rodagem, está passa pela colonia "Amazonas" colonia "Vitoria" "Loureiro" e atravessa a colonia Santa Barbara em direção a "Mangueirinha" estando construída até o quilometro 98 e os estudos e nivelamento até o povoado "Mangueirinha" com 164 quilometros;

d) qual o numero de estabelecimentos industriaes e comerciaes; resposta - somente dentro dos cinco quilometros de acordo com o officio tem: tres moinhos, um a vapor e dois hidraulicos, dois engenhos de serrar, dois hydraulicos, duas ferrarias, uma funilaria e fabrica de fogões, fabrica de queijo, uma de moveis, duas de barris, pipas ect, uma de cerveja e gazes, uma sapataria e loja, duas casas comerciaes, dois hotéis, varios fabricas de vinho, tres fabricantes de agua ardente, carroceiros, uma linha de caminho de Porto União a Santa Barbara e ect.

Numero estes dados de acordo com o pedido nos itens, dentro de um raio de cinco quilometros, o que bastante me surpreende.

Contando com o valioso auxilio de V.S. para conseguimos a Agencia de correio na Sede Santa Barbara, que faz tanta falta como o proprio não para aquela zona subscrevo-me bastante agradecido

De V. S.  
Cr. e Obro.  
Alfredo Wisniewski

ANEXO H – Jornal O Palmense – descrição de alguns elementos da fauna paranaense e exploração madeireira

3 — O PALMENSE —

## Palestra

(Conclusão)

Nas florestas do araucaria estabeleceram-se espessos de terra, nos precipícios e nos taquas rústicos, outras grandes e esportividades, e, como o de uma Companhia Araucaria, que tira diariamente 1200 diâmetros de tábuas.

Nas encostas da Oeste, margeando o rio Paraná, o pinheiro é de todo ausente, substituindo a madeira do lei é substituído.

Sebastião Paraná cita:—A vegetação que adorna as margens do rio Paraná e todo o seu vale, desde a Serra de Maracajá, é verdadeira pintura, embora não se vissem campos nem as altas encostas do planalto.

Mas, para substituir nos claros a caprichosa primavera estacionada por tuas, nas montanhas, por vales planas e campos, ocultando em suas dobras uma Colômbia de nova espécie, e um Nigara também de aspecto mais novo, mais vasto e deslumbrante...

E continua o mesmo autor:—O viajante que penetra aquela vasta e secular floresta verá surgir-se erguer-se por todas as ladeiras, cheios de um belo colorido e firmosíssimas troncos—

a **peroba ou paloros**, dos paraguayos, com diâmetro que atinge a 2 metros e uma altura aproveitável de 20 metros, madeira cor de rosa; o **ipê ou lapacho** dos Argentinos, que na primavera amela as encostas com suas flores purpúreas, e cuja madeira é de um belo verde como a **marulhão**; o **tafajuba**, de folhas lobas finas, a **panjovira**, bela árvore erguida, de folhas arredas e ramagens abundantes; a **caibriúva**, de um **estrupe suave** na casca e de cores também cheirosas oferecendo as mesmas propriedades da **intubia**, conhecida em toda parte oriental do Estado, como excelente madeira para obras de luxo, molduras, etc.; o **alecrim**, espécie erecta e lustrada, de folhagem verde-clara; a **canna fistula**, outra espécie a que dão o nome de **manjolo**, por ter de madeira preta e rija na construção de uma machina usada entre os rústicos e **conjurana**, de folhas potentes com as d' **cedro**, verdes, lúgus e empalmadas, e outras.

"De grandes troncos; diz Sáveira Netto, referindo-se a Foz de Iguaçu, uma vez abastidos, são rodados pelas **planchadas**, grandes clareiras abertas a margem do rio, até o nível d'água onde se reúnem as árvores, formando balsas extensas, como largo estrado sobre a água, para descerem demandando o porto de Posadas, ao impulso de uma lancha a vapor."

Em todo o Paraná fazem-se derramações das matas, sem que haja uma lei abrangendo o reforestamento. Si existisse essa, os posses descendentes, daqui a alguns tempos, desgras florestas só terão notícias.

A araucaria é que desaparecerá primeiro, pois, sendo de crescimento micrométrico, ainda que se faça o reforestamento, é natural que as plantas araucarias da descida não possam sobreviver.

E assim se extinguirá o pinheiro, a bela araucaria do planalto, que com sua alta parte esportivada e paraguai paraguai, e é sempre disputada pelas árvores em suas encostas suaves...

Terminando, agradeço-vos pela atenção que dedicastes a esta compilação, tão da estrada quanto da ciência de homens.

Vespertino M. de França,  
(Agricultor.)  
Piracicaba, S. Paulo, Novembro-1915.

---

## ILLUMINAÇÃO

Deixamos, como era natural, de agradecer a alguém o que temos escrito sobre o contrato que existe por aí do lado letrado para o estabelecimento da iluminação elétrica da nossa Cidade.

Em cumprimento, porém, das obrigações que nos pesam, de trabalhar ao favor dos interesses desta zona, não podemos deixar de falar relativamente e si de outra forma não lilliamos, só e, de maneira mais clara, é porque desobedecemos as cláusulas do contrato, que, segundo nos informaram, já foi rubricado, por ter o primeiro preceito uma das cláusulas principais, constantes da proposta, talha que visa prejudicar enormemente os particulares que quiserem estabelecer uma luz em suas casas.

Oviamos que o contractante, diante da lei e S. Paulo onde dita concessão autor-se de concessão para dar cumprimento ao contrato tendo em Collybê lido a aquisição de um motor e certos outros materiais necessários a instalação da iluminação, facto que, devemos dizer, nos causou estranheza.

O que necessitamos é que o sr. Prefeito não se torne publico esse contrato, pois, a parte que tem de arcar com o dinheiro necessário, precisa conhecê-lo, além de procurá-lo.

Em Paranaíba acaba de se dar-se factos de certa gravidade devido a desconhecidas exigências da Empresa contractante da iluminação, pelo que muito prudente é que a nossa Municipalidade desde já tome precauções, no intuito de evitar que aqui possa também surgir-sei factos desagradáveis.

Antes que o tal cresça, cortamos-lhe a cabeça.

Antes prevenir que curar.

ADVOCADO

Dr. Gilberto de Araujo Santos

PALMAS

Cartões de visitas  
com rapidez, todos os tempos.  
N.º 110 Typo

**ANEXO I – Averbação de cancelamento do contrato entre serraria e fazendeiros**

A presente averbação é feita aqui, pelo motivo de não haver espaço suficiente às margens das transcrições ns. 16.054, Ho, 204, do livro 3-6, 16. 890, fls. 179/ 180, do livro 3-u, 1746, fls. 262, do livro 3-u, 17150, fls 264/ 265, do livro 3-u e 17 153, fls 266, do livro -u, referentes a terras localizadas nos quinhões 31, 32, sitos na gleba II, do Quinhão VI, nos quinhões XI e XVI e no lugar denominado “Iratim”, tudo da Fazenda “Cacumbanque” sita neste município e comarca de Palmas, Domício Scaramellu, Eurico de Souza Thibes, Dr. Josué Guimarães, DorildaGaldina Telles, José de Souza Thibes, Pedro de Souza Thibes, Nery Souza Thibes, Maria VaniThibes da Silva, NaiarCarlimNegretti, José de Souza Pires e de Ubiratam José de Araujo: certifico que, por instrumento particular de contrato de rescisão e transação com referência a direitos e obrigações contratuais formado nesta cidade, em data de 6 de fevereiro de 1969, registrado sob nº 1836, no livro Bn nº 9, de registro Integral de Títulos e documentos desta comarca, em data de 13 de fevereiro de 1969, na qual são partes, de um lado, a Industrial Madeireira Banguê Ltda., pessoas jurídicas de direito privado, estabelecida em União da Vitória, representada neste ato pelo Sr. SadySilochi. Com o interferência de Armindo Seffrein e Elsa Tinti, todos qualificados da primeira contratante, os Srs Domício Scaramella, Eurido de Souza Thibes, Dr., Josué Guimarães, Dorilda Telles de Camargo, José de Souza, todos aqueles também qualificados no mencionado instrumento, conta: A primeira contratante, que pelo, instrumento datado de 7 de junho de 1965 e registrado sob nº 1,5 26, nº 1526, no livro B nº 8, do Registro de títulos e documentos desta comarca, com as alterações havidas posteriormente com o contrato datado de 29 de março de 1966 e registrado sob nº 1565, do mesmo livro e cartório e as restrições ocorridas pelo contrato datado de 1º de março de 1968 e registrado sob nº 1.696, da mesma hora e cartório, tem uma relação contratual de industrialização e serragem de madeiras com os segundos contratantes, denunciados por esses segundos contratantes pelo protesto e interpelações judiciais, formuladas pelos autos de nº 431/ 68, do Cartório da Civil Comarca de vir a dar cumprimento às suas obrigações, resolve como de fato resolvido tem em caráter irrevogável irrevogável rescindir essa relação contratual, com os segundos contratantes, a fim de que, com a extensão á sua atuação de inadimplente e com esse preciso objetivo de rescisão, para ficar desfeita essa mesma relação contratual, extinguindo-se todos os direitos e s obrigações seus bem assim, os direitos e obrigações com referência a primeira contratante, reconhecem, em caráter irrevogável e irrevogável, o estado de inadimplência da primeira contratante nessa relação contratual, manifestando, na mesma caráter que a solução única é a recorrida e abrigam-se na forma de direito, pela presente transação acumulada com revisão dessa mesma relação contratual, inclusive com referencia a qualquer ato da primeira contratante com qualquer terceiro. Esta averbação é feita a requerimento do Eurico de Souza Thibes, o com uma via do citado instrumento particular, fiscal arquivado neste cartório- Eu, Lazzi Mazzaloti Dal Pian, oficial maior. (8/05/1970).

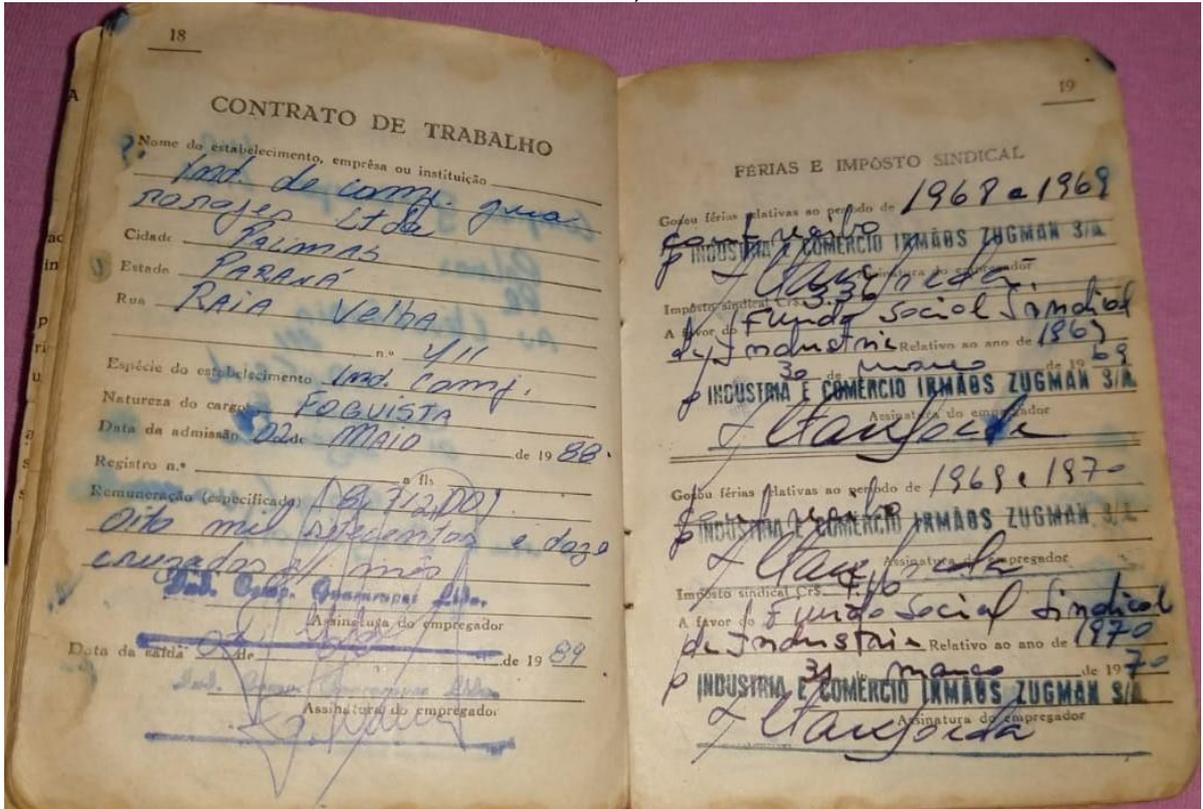
Fonte: Cartório de Palmas-PR

## ANEXO J – Averbação envolvendo venda de pinheiros (1971)

| das Transmissões      |  |
|-----------------------|--|
| Condições do Contrato | Averbações   |
|                       | <p>             fô de bitola de 14 a 17,5 polegadas inglesas de diâmetro, cujo di-<br/>             âmetro se encontra no sentido norte marcados com três pinos feitos à<br/>             mão com a altura de um metro de solo, aproximadamente, e foram<br/>             bitolados com cerca de altura aproximada de 30 centímetros de solo,<br/>             e que além no mínimo, seja terra de 14 pés, limpa, e própria<br/>             para industrialização, localizados no imóvel Fazenda Santa, sobre a<br/>             ta desta transação, pelo preço total de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil<br/>             e novecentos e noventa e nove reais) sendo pago na forma esta-<br/>             belecida no título abstrato particular, por estipulação um prazo de<br/>             vinte (20) anos, a contar da data do contrato, para a total retirada<br/>             dos pinheiros ali existentes, salvo comprovado motivo de força maior<br/>             pelo esse prazo poderá ser dilatado, mediante acordo entre as<br/>             partes contratantes. - Fica arquivada neste cartório, uma cópia<br/>             do mencionado registro nº 2.298, entrada em data de 18 de<br/>             de 1.971, pelo Oficial do Registro de Títulos e Documentos<br/>             para, juntamente com um requerimento firmado por<br/>             Tibas. - Eu, João de Moraes, Oficial Maior, a escrevi e assi-<br/>             na em<br/>             Palmas, 24 de maio de 1.971. -<br/>             O Oficial Maior: - <i>[Assinatura]</i> </p> <p>             Ver averbação de Jurem de<br/>             de curso de - <i>[Assinatura]</i> </p> |

Fonte: Cartório de Notas de Palmas (2017). Livro 3A – Folhas 231 e 232

ANEXO K – Carteira de trabalho de trabalhador das serrarias de Palmas/PR (1968 a 1988)



Fonte: Acervo pessoal de José Carlos Pinheiro

## ANEXO L – Pioneiro no reflorestamento de pinus em Palmas/PR

### *Osmar Stieven: pioneiro no reflorestamento*

Produzir riquezas e dar aproveitamento à mão-de-obra local tem sido, até agora, o objetivo primeiro de todas as indústrias madeireiras do País.

O Município de Palmas, onde se encontram, ainda, preciosas reservas florestais, continua, até os nossos dias, a tradição de grande produtor de madeira do Paraná.

Porém, de acordo com o Código Florestal vigente, não basta à indústria extrativa da madeira, produzir matérias para a construção civil, ajudando no crescimento das cidades, oferecendo a matéria-prima com que o homem edifica o abrigo residencial para a família. À medida que se cortam árvores, é preciso substituí-las, numa obra de preservação do futuro, pois, a floresta é fonte primária de bem-estar da espécie, dando ao ser humano não apenas a casa para abrigo da família, mas também os móveis e outros inúmeros derivados.

Em Palmas, no Bairro Caldeiras, existe uma indústria extrativa e beneficiadora de madeiras de propriedade do Sr. Osmar Stieven, com quem nosso reportagem manteve agradável contato.

Revelou o Sr. Osmar Stieven, que, após uma viagem por ele realizada ao Chile, em 1962, a fim de assistir a Copa do Mundo, teve oportunidade de apreciar, numa parada entre Santiago do Chile e Vila Delmar, a beleza de uma plantação de "Pinus Elliottii".

Entusiasmado com o espetáculo natural que presenciou, decidiu realizar, em suas terras, no município de Palmas, experiência semelhante.

Após solicitar ao Parque Florestal de Caçador, Estado de Santa Catarina, 61.700 mudas daquela espécie florestal, plantou-as numa grande área de sua propriedade.

Posteriormente, contratou com a "Técnica Florestal S.A.", de Curitiba, um projeto para o plantio de 800.000 árvores, sendo: 10 por cento de "Araucária Augustifolia" (Pinho Paranaense), conforme legis-



Osmar Stieven Pioneiro do Reflorestamento em Palmas.

condições de sobrevivência econômica para as gerações vindouras, transmitindo a seus filhos um nobre exemplo de conduta para a preservação das espécies florestais.

Sendo um industrial madeireiro, o Sr. Osmar Stieven plantou muito mais que derrubou árvores.

Seu endereço é: Rua Santa Catarina, 520 - Caixa Postal, 105, na cidade de Caçador, Santa Catarina, onde reside.

La ou aqui no município de Palmas, onde tem serraria, nosso focalizado se tornou, antes de tudo, um exemplo de previdência que deve ser imitado por todos os empresários da indústria madeireira nacional.

E é trabalhando pelo bem de sua



As mudas plantadas em 1965

lação vigente na época. O restante, diversificado noutros espécimes florestais.

Passou, então, a incentivar seus colegas madeireiros para que fizessem o mesmo.

Sua filosofia de trabalho é criar

gente e pelo fortalecimento econômico de dois grandes Estados, que o Sr. Osmar Stieven extema, por nosso intermédio, sua grande alegria pela passagem festiva do primeiro centenário de autonomia político-administrativa do Município de Palmas.

## ANEXO M – O cultivo de pomares de maçã também substitui o espaço da floresta

### Nos campos de Palmas uma nova riqueza.

A fruticultura nobre, que está em desenvolvimento no município representa perspectivas econômicas de grandes dimensões não apenas em âmbito regional mas também nacional, pela abrangência que possui em termos de produção de frutas para o consumo e, principalmente, para a industrialização, que abre extraordinárias possibilidades de desenvolvimento. Esse setor é de fundamental importância para o município de Palmas, para o Paraná e para o Brasil. Como é sabido, o Brasil é um dos grandes importadores de maçã, o que proporciona o carregamento de elevadas somas de divisas para o exterior porque a nossa produção ainda é praticamente insignificante, se comparada com a demanda, e o processo de implantação de projetos arrojados, incipiente.

Dessa forma, o despertar de Palmas para essa importante atividade econômica vai resultar em benefícios de significativas consequências econômicas e sociais. O desenvolvimento da fruticultura no município desencadeará, paralelamente, a implantação de empresas industrializadoras que formarão um novo segmento na economia municipal e estadual, abrindo oportunidades para novos empregos, possibilitando um novo posicionamento sócio-econômico de Palmas no contexto paranaense e brasileiro. A implantação do Pomar Experimental de Fruticultura de Palmas, em 1973, propiciou ao município ingressar num novo tempo e foi o primeiro passo para uma nova era de desenvolvimento, um novo estágio econômico que não tardará a se consolidar. O objetivo do Pomar, instalado pela Prefeitura Municipal de Palmas, é a implantação de uma fruticultura tecnificada que venha suprir as necessidades internas e diminuir a importação de frutas do exterior, além de dar ao município uma infra-estrutura econômica das mais rentáveis. Inclui-se ainda o aproveitamento das diversas regiões municipais com uma fruticultura diversificada, uma vez que Palmas é apontado como um dos melhores locais do Brasil para o desenvolvimento da fruticultura nobre, segundo informe constante de



um estudo realizado pelas principais autoridades mundiais no assunto, entre eles os viveiristas franceses Georges Delbard e Roger Biau.

Os projetos em andamento se relacionam ao comportamento de macieiras (Palmas, segundo o diretor do IAPAR, dr. Raul Juliato, será em breve a "Califórnia Brasileira", uma vez que a maçã encontra aqui as melhores condições climáticas, topográficas e edáficas do Brasil), pessegueiros, ameixas, nectarinas e outros estudos de grande importância.

Além de diversas iniciativas de grupos locais e nacionais, está se instalando um grupo de franceses, que forma sociedade com palmenses, para já neste ano plantar 25 mil mudas de macieiras. Pretende o grupo da França desenvolver uma fruticultura de clima temperado em alta escala para a produção, industrialização e comercialização. Devendo instalar brevemente uma fábrica para produção de Champanhe, sucos e derivados. A título de incentivo, a Prefeitura já destinou uma área para a implantação da fábrica.

Grças ao seu clima e altitude, Palmas será em breve o maior pomar do Brasil, o que garantirá grande destino econômico ao município.

#### RELATÓRIO

Em documento encaminhado ao IAPAR, o fruticultor e roseirista europeu, Georges Delbard, após análise de solo palmense, realizada na França, destaca que em regiões do Município "as macieiras têm uma desenvoltura (demarrage) magnífica... melhor que na Europa!"

Palmas poderá abastecer a curto prazo os principais mercados nacionais, contribuindo grandemente com a economia brasileira. Em 14 de abril de 1976, a Prefeitura realizou a 1ª FESTA DA MAÇÃ, com frutas colhidas do Pomar Experimental de Fruticultura.



Fonte: Revista Palmense – Disponível: Biblioteca Santos Dumont – Palmas - PR